

EM FOCO

Que na CDU nenhum voto falte

Porque, nestas eleições,
o voto na CDU é o
único que conta para
mais esquerda no
Parlamento Europeu.



■ Octávio Teixeira

Pág. 18

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 9 de Junho de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1332 • Director: José Casanova

Eleições para o Parlamento Europeu no Domingo

CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Onde pára o novo Plano de Desenvolvimento Regional

Não se pode permitir que, a coberto das
eleições e do encerramento da Assembleia
da República, o Governo defina o modelo e
os instrumentos de desenvolvimento para o
próximo futuro, como se de uma quinta
privada se tratasse.

■ Lino de Carvalho

Pág. 19

Mistificações de vento em popa

As mistificações teorizadoras procuram
ocultar as opções e os caminhos de uma
«construção europeia» dominados pelos
interesses do capital transnacional, das
grandes potências europeias que tentam
fazer da União Europeia um instrumento
para a guerra económica e competição
mundial com os EUA e o Japão,
convergindo embora na exploração
dos trabalhadores e povos do planeta.

■ Agostinho Lopes

Págs. 20 e 21

Uma França inquieta em vésperas de eleições

■ Miguel Urbano Rodrigues

Pág. 22

MAIS ESQUERDA



Reportagens
da campanha
nas páginas 5 a 10

11 de Junho
Sexta-feira
no Coliseu,
em Lisboa,
a encerrar
a campanha
CDU

Intervenções de
Beatriz Matias
Manuela Cunha
Ilda Figueiredo
Carlos Carvalhas

Espectáculo com o grupo
Quadrilha

Eles apoiam a CDU

Centrais

feita-comício

Editorial **Um voto democrático**

INTERNACIONAL
Atenas
Conferência
internacional
condena
ataques da NATO

Pág. 15

Um voto democrático

Enquanto em Colónia, na cimeira da União Europeia, o Primeiro-Ministro português, em bicos de pés, se apresentava quase como o principal obreiro da pequena réstea de esperança de paz que é suposto ter ali nascido; enquanto nos chegava, vinda da mesma cimeira, a informação de que três governos presentes se pronunciaram pelo fim imediato dos bombardeamentos e que o governo do PS português estava ao lado do outro lado, isto é, defendia a continuação dos bárbaros bombardeamentos; enquanto éramos informados de que a supracitada cimeira estava decidida a que o tristemente célebre senhor Solana - em vez de, justamente, estar a ser julgado como criminoso de guerra - passasse a chamar-se senhor PESC, com o acordo e o aplauso do governo dos EUA e com os aplausozinhos de, entre outros, o engenheiro Guterres; enquanto, apesar das supostas esperanças de paz, as bombas continuavam a cair sobre a Jugoslávia espalhando a destruição, o sofrimento e a morte, naquele que é um dos mais cruéis genocídios deste século - enquanto tudo isso acontecia, prosseguia e aproximava-se do seu termo a campanha eleitoral para o Parlamento Europeu. Uma campanha na qual, naturalmente, a guerra e a paz têm tido presença permanente. Cada qual no seu devido lugar, como é evidente: do lado do PS, do PSD e do CDS/PP, a guerra; do lado da CDU, a paz. E assim continuará a ser. E assim será, mesmo no exacto momento em que cada eleitor, consciente ou não dessa realidade, depositar o seu voto na urna.

Está provado, ao que parece, que a mentira é, muitas vezes, uma eficaz fornecedora de votos. Mas é indiscutível que os votos alcançados com verdade contêm um especial valor democrático, social e humano.

Entretanto, entrámos na recta final da campanha, naquele momento que, por ser decisivo, nos coloca exigências e responsabilidades especiais a que é necessário responder. E a que responderemos com todas as nossas forças e seguindo as formas de intervenção esforçada, séria e digna que nos caracterizam: dando continuidade intensificada à magnífica campanha que temos vindo a desenvolver; persistindo na postura de respeito pela verdade e pela inteligência e direitos dos eleitores; ampliando a divulgação das propostas da CDU e do projecto de Europa que elas configuram; intensificando a informação sobre o trabalho desenvolvido pelos três deputados comunistas e suscitando a pedagógica comparação entre esse trabalho e o que foi realizado pelos deputados das outras forças políticas; repondo a verdade onde a mentira foi lançada; enfim, apelando às inesgotáveis reservas de dedicação, de esforço, de entusiasmo, de confiança dos activistas e apoiantes da CDU.

Muito há, ainda, a fazer e muito é possível fazer daqui até ao próximo Domingo, nomeadamente no que respeita à mobilização para o voto na CDU de segmentos porventura desmotivados, ou menos motivados, do eleitorado de esquerda. Sabendo-se, por experiências anteriores, que nas eleições para o PE, a taxa de abstenção é mais elevada do que em quaisquer outras eleições - e que essa abstenção tem atingido, de forma mais ou menos acentuada, todas as forças concorrentes - impõe-se que travemos, com persistência e com confiança, a batalha política necessária: demonstrando que, ao contrário do que muitos dizem, é de extrema importância termos no PE, por muito longe que ele esteja de nós, deputados que defendam com determinação e coragem os interesses de Portugal e dos portugueses; demonstrando a importância e o significado do voto na CDU,

do reforço da sua expressão eleitoral e do aumento do número dos seus deputados; demonstrando que as lutas futuras, nomeadamente a luta contra o pacote laboral que o governo do PS quer oferecer ao grande patronato, serão tanto mais fortes e conseguidas quanto mais expressiva for a votação na CDU; demonstrando que o voto na CDU é o voto no fim dos bombardeamentos e na procura de um caminho que, através do diálogo, conduza à paz na Jugoslávia; demonstrando que o dia 13 de Junho é um dia de luta e que, nesse dia, a luta se trava votando naqueles que, todos os dias e em todas as situações, estão sempre na primeira fila da luta pela defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País.

Regra geral é também nestes últimos dias de campanha eleitoral que os profissionais da caça ao voto atingem a plenitude e cometem aquela proeza que toda a gente julgava impossível: superando-se a si próprios, tiram da manga mais um, ou mais meia dúzia, de truques e golpes baixos, e disparam, a varrer, as últimas rajadas de demagogia e mistificação - assim confirmando que, para eles, o vale-tudo não conhece margens nem limites. E tudo isto, sempre e como é da praxe, embalado em altíssimas proclamações de seriedade democrática. Eles andam por aí: aguardem-nos, pois.

É este, igualmente, o tempo propício à proliferação das «sondagens de opinião» feitas por encomenda, à vontade do freguês - sondagens que, cada vez mais, constituem elementos de influência do voto e não passam de (mal) encapota-das formas de espúria intervenção eleitoral, de factores de viciação e empobrecimento do conteúdo democrático do processo eleitoral. Temos vindo, já, a assistir à divulgação de um vasto rol dessas «sondagens» e desta vez com a inovadora particularidade de nos serem servidas aos pares, uma para o Parlamento Europeu outra para a Assembleia da República, de forma a melhor alcancarem o objectivo pretendido de espalhar a confusão e de fazer com que a manipulação surta melhor efeito.

Ea propósito de manipulações, importa voltar a referir e a desmontar a golpaça que prossegue em torno da chamada «eleição do presidente do parlamento europeu». Só um total desrespeito pelas pessoas pode explicar tão grosseira e antidemocrática manobra e nunca é de mais desmascarar essa situação. Se um candidato a deputado, igual a qualquer dos outros candidatos a deputados, diz e manda dizer ao eleitorado - em português corrente ou com subterfúgios de linguagem - que ele é um candidato diferente e que se obtiver muitos votos será eleito presidente do parlamento europeu - então é preciso avisar toda a gente que o referido candidato e os seus porta-vozes estão a mentir descaradamente. Mesmo que esse candidato, Mário Soares (que, recorde-se, começou por ser apresentado e afirmar-se como «candidato suprapartidário» e agora garante, fingindo-se ofendido, que nunca tal coisa foi afirmada...), continue a invocar a seu favor um passado sem mácula em matéria de infracção da verdade. Passado só dele conhecido, diga-se em abono da verdade.

Está provado, ao que parece, que a mentira é, muitas vezes, uma eficaz fornecedora de votos. Mas é indiscutível que os votos alcançados com verdade contêm um especial valor democrático, social e humano.



Candidatos e activistas da CDU empenham-se na campanha eleitoral

RESUMO

2 Quarta-feira

Ilda Figueiredo e Carlos Carvalhas deslocam-se a Aveiro e Coimbra ■ Realizam-se na África do Sul eleições legislativas que dão maioria esmagadora ao ANC ■ O enviado russo Viktor Chernomirdin e o seu homólogo ocidental Martti Ahtisaari apresentam ao Presidente jugoslavo Slobodan Milosevic um plano de paz comum ■ O secretário-geral da NATO, Javier Solana, defende em Berlim um modelo de cooperação para as forças de manutenção de paz no Kosovo semelhante ao aplicado na Bósnia ■ O Partido dos Trabalhadores do Curdistão apoia os apelos feitos à paz feitos pelo seu líder Abdullah Ocalan ■ A aviação indiana ataca pelo oitavo dia consecutivo os guerrilheiros separatistas pró-paquistaneses em Caxemira ■ A Comissão Europeia manda tirar do mercado galinhas e ovos belgas suspeitos de terem dioxinas.

3 Quinta-feira

Realiza-se em Faro um comício-festa da CDU com Carlos Carvalhas e Ilda Figueiredo ■ Milhares de timorenses aplaudem a abertura oficial da representação das Nações Unidas em Díli ■ A República Federal da Jugoslávia aceita o plano de paz apresentado pelos comissários europeu e russo Martti Ahtisaari e Viktor Chernomirdin ■ A Comissão Europeia anuncia que vai alargar aos porcos e bovinos belgas as medidas tomadas em relação aos produtos avícolas suspeitos de estarem contaminados com dioxinas.

4 Sexta-feira

A população de Vila Franca de Xira recebe calorosamente a comitiva da CDU ■ O ministro da Agricultura e das Pescas proíbe a importação de quaisquer produtos belgas de origem animal em Portugal ■ Os líderes da União Europeia confirmam o nome de Javier Solana, secretário-geral da NATO, para primeiro alto representante para a Política Externa e de Segurança Comum ■ A União Europeia adia a escolha do novo presidente do Banco Europeu de Investimento ■ A Índia prossegue os bombardeamentos em Caxemira contra os guerrilheiros separatistas muçulmanos.

5 Sábado

Ilda Figueiredo desafia em Beja os cabeças de lista do PS,

do PSD e do PP a aceitar que 15% das verbas previstas no III Quadro Comunitário de Apoio sejam geridas pelas autarquias ■ Um grupo de 448 agentes da Brigada Móvel da polícia indonésia chega a Díli para reforçar o contingente no terreno que irá manter a segurança no território até ao referendo de dia 8 de Agosto ■ A NATO encontra-se com responsáveis militares para discutir as modalidades de uma retirada jugoslava do Kosovo ■ Estudantes indonésios manifestam-se a um dia das eleições e exigem reformas políticas e o julgamento de Suharto ■ A Índia adia negociações com o Paquistão sobre a resolução do conflito em Caxemira.

6 Domingo

No Barreiro, Ilda Figueiredo afirma que é necessário combater a abstenção e «os votos em vão» ■ À noite, em Alhandra, um grande comício recebe a candidatura da CDU ■ Os independentistas açorianos assinalam o 24.º aniversário da manifestação do 6 de Junho em Ponta Delgada ■ As autoridades guineenses decidem permitir a saída do ex-presidente, João Bernardo Vieira, do país ■ Jimmy Carter, observador estrangeiro às eleições na Indonésia, exprime a sua convicção de que as eleições vão ser justas e democráticas e o escrutínio vai ser honesto ■ Bombardeiros norte-americanos atacam posições sérvias perto da fronteira contra a Albânia, que tentavam impedir o avanço de guerrilheiros do UCK.

7 Segunda-feira

Ilda Figueiredo desloca-se ao Tortosendo ■ Na V sessão legislativa do projecto «A Escola e a Assembleia», 120 jovens «deputados» condenam agressão da NATO à Jugoslávia ■ Realizam-se eleições gerais na Indonésia ■ Xanana Gusmão manifesta-se contra adiamento do referendo de 8 de Agosto, defendido por outros dirigentes da Resistência ■ José María Aznar, presidente do governo espanhol, confirma encontro realizado há três semanas entre representantes seus e da ETA num país europeu ■ Impasse mantém-se nas negociações entre militares da Jugoslávia e a NATO que, entretanto, prossegue bombardeamentos ■ O líder albanês do Kosovo, Ibrahim Rugova defende desmilitarização do UCK ■ Governo belga retira a manteiga do mercado por eventual contaminação com dioxinas.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa - Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes, 3 - 1600 - 196 Lisboa
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
1169-161 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
1169-161 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capu Rota - Linho - 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1169-161 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1169-161 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Héka Portuguesa, SA
Campo Raio
2110 - 139 Sintra
Deposito legal nº 205/95

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Quatro dias

Até domingo, faltam pois quatro dias.

Que importa que sejam quatro dias para esclarecer incansavelmente, e por mais incrível que a cada um pareça esta necessidade, que não vamos eleger nenhum Presidente do Parlamento Europeu, que não vamos eleger uma só pessoa para representar Portugal, que no domingo não há nenhuma espécie de presidenciais, que ninguém tem de gramar ninguém e que não há desistências a favor de ninguém. E que vamos sim eleger 25 deputados portugueses, que a CDU tem os seus próprios candidatos e que, de Bragança aos Açores e do Algarve a Viana, todos os votos contam para eleger deputados da CDU.

Quatro dias para insistir fortemente que, estando Soares praticamente eleito, dar-lhe mais votos não é dar mais força a Portugal na Europa, é antes, e primeiro que tudo, dar mais força à política de direita do PS em Portugal, e levar para o Parlamento Europeu mais uns turistas políticos à boleia de Soares.

Quatro dias para prosseguir com a desmontagem desse colossal embuste, que goza de tantas complicitades, que é apresentar como grandes antagonistas eleitorais dois par-

tidos - PS e PSD - que toda a gente sempre disse serem, nesta matéria e não só, apenas rótulos diferentes de uma mesma política e de uma mesmo projecto.

Quatro dias para conseguir que mais trabalhadores compreendam que não há caixas fechadas e separadas entre eleições e interesses sociais e que se lembrem que as peças mais gravosas do pacote laboral lá estão na Assembleia da República à espera que passe o próximo domingo e que estes resultados eleitorais poderão ser determinantes ou para passarem à aprovação final, ou para fazer com que vão definitivamente para a gaveta.

Quatro dias para explicar mais e mais que muitos eleitores podem achar-se longe da Europa e podem até pensar que estas eleições lhes dizem pouco, mas é do seu próprio interesse repararem que as eleições são aqui em Portugal, os votos vão ser contados aqui em Portugal e será aqui em Portugal, como logo se verá nas emissões televisivas de domingo à noite, que terão as maiores consequências, a quatro meses das legislativas seguintes.

Quatro dias para ganhar mais apoio à CDU também para dar mais força à causa da paz na

Europa e de uma Europa de paz e para punir merecidamente os partidos da guerra (PS, PSD e PP).

Quatro dias para alargar ainda a compreensão que muitos ainda não terão de que, na noite de domingo, já seria tarde para descobrirem como o seu voto tinha feito falta à CDU, já seria tarde para o arrependimentos e o desgosto, enquanto que, na manhã e na tarde de domingo, estão muito a tempo para não faltarem com o seu voto em quem também nunca lhes falta.

Quatro dias para lembrar onde for preciso que, nestas eleições em que uma força concorrente para eleger um único deputado precisa de ter 4% dos votos, não é altura de desperdiçar votos à esquerda.

Quatro dias para ampliar um grande movimento de vontade, lucidez e consciência política que assegure uma ida massiva às urnas por parte dos eleitores que sempre confiaram na CDU e dos muitos mais que podem ser ganhos para o melhor e mais útil voto de esquerda nestas eleições.

■ Vítor Dias

O voto de Santo António

Calha o povo ir às urnas em dia de Santo António. E já que Santo António vai aturar tal coincidência, justifica-se metê-lo ao barulho.

Num dos seus célebres «Sermões», teve um dia o padre António Vieira a ideia de invocar a figura de St.º António, em alegoria, como «procurador» (diríamos hoje, representante, deputado) nas Cortes de 1642, em que se discutiam medidas de defesa relativas à guerra da independência contra o domínio espanhol. E justificou-o com palavras que ainda hoje têm actualidade. Reconhecia-lhe Vieira duas qualidades necessárias para o exercício dessa função: «ser fiel e ser estadista», acrescentando: «Deu-lhe a fidelidade a terra própria. A razão de Estado, as estranhas» - por outras palavras, a experiência que tivera de terras europeias. Ou seja: o cumprimento dos deveres e compromissos perante aqueles que representava; a defesa dos interesses de Estado, isto é, do país, consubstanciado em aspirações nacionais do momento e projectadas no futuro.

O que então dizia Vieira poderá aplicar-se a esta campanha eleitoral?

Partia Vieira, como «primeiro fundamento», do pressuposto de que «devemos e havemos de tratar da nossa conservação». De que formas e por que meios está esse pressuposto a ser equacionado?

Nestas eleições está em causa uma política nacional para a Europa.

As políticas impostas a Portugal pela UE já deixaram muitas ruínas na nossa agricultura, nas pescas, em muitos sectores da indústria, com gravíssimos prejuízos para a economia nacional. Falam-nos abundantemente nos subsídios da UE e seus generosos benefícios. Mas vão-nos escondendo que desde 1986 lhe estamos pagando impostos: mais de 238 milhões de contos só neste ano corrente. E como revelou Ilda Figueiredo no debate da RTP, os portugueses, em relação aos seus rendimentos,

pagam para a UE mais do que a maioria de outros europeus, como por exemplo os ingleses. Falam-nos no potencial da Europa. Mas vão subordinando e cada vez mais esse potencial aos interesses dos EU/NATO e do capital financeiro transnacional, desencadearam uma guerra na Europa e já nos acenam com um «exército europeu» para uma Europa supranacional, que até já reclama um novo imposto.

Há quem fomenta uma resignação fatalista perante essa evolução do processo europeu, segundo o velho provérbio: o que não tem remédio, remediado está. A isto bem se pode aplicar o sábio dito de Vieira: «Quando os remédios não têm bastante eficácia para curar a enfermidade, é necessário curar os remédios, para que os remédios curem ao enfermo.»

Que a CDU tem proposto muitos e bons remédios para as enfermidades da Europa, não há dúvidas. Mas terá o apoio suficiente para os fazer aplicar?

A questão é lutar por isso. E valerá a pena lembrar por que motivo St.º António fez o seu famoso sermão aos peixes: tinha-lhe sido boicotada a prédica desse dia, mas St.º António não desistiu: dirigiu-se ao mar e pregou bem alto. Quando acabou estava na praia uma grande multidão a ouvi-lo.

E já que vamos a votos nesse dia, St.º António também não poderá abster-se. O voto é secreto, mas sendo ele como é um santo popular, e seguindo os sábios conselhos de Vieira, aposto: o voto de St.º António irá para a CDU. Portanto, se virem nesse dia alguém com um manjerico encimado por um cravo vermelho embandeirando uma quadra brejeira, podem bem sussurrar-lhe: «Olá, grande malandro... Vieste para votar ou só estás à espera da noitada? Vem daí!»

■ Aurélio Santos

O(s) partido(s) da GUERRA

Logo que estejam disponíveis forças suficientes, e que o tempo o permita, as instalações terrestres da Força Aérea jugoslava e a cidade de Belgrado serão destruídas através de bombardeamentos aéreos permanentes, diurnos e nocturnos. Completada essa fase, vergaremos a Jugoslávia." As palavras poderiam ser de Clinton ou Blair. Mas são de Hitler, na sua Directiva de Guerra n.º 25, de Março de 1941. "Se acordarem de manhã e não tiverem electricidade em casa, nem gás no fogão, e se a ponte que vos leva para o trabalho tiver sido abatida e ficar a flutuar no Danúbio durante os próximos 20 anos, penso que irão começar a perguntar: 'Oh, Sloba, o que se passa, afinal? E quanto mais disto é que vamos ter que suportar?'" Estas palavras (salvo o 'Sloba') poderiam ser de Hitler, mas são do General Michael Short, comandante das forças aéreas da NATO, na sua entrevista ao *International Herald Tribune* (18.5.99). "Soam a uma autêntica estratégia de terror contra a população civil da Jugoslávia", foi o comentário da deputada (dissidente) trabalhista britânica Alice Mahon. E confirmam que a espiral genocida que caracterizou a agressão da NATO à Jugoslávia, alvejando pontes, hospitais, fábricas, residências, autocarros, comboios, embaixadas, lares residenciais, centros de refugiados, refugiados nas estradas, centrais eléctricas e (nos derradeiros dias) os sistemas de abastecimento de água potável das grandes cidades, não foram meros "danos colaterais", ou "erros", e sim uma estratégia deliberada de condução da guerra. Caracterizada também pela utilização de armas que violam as Convenções de Genebra (bombas de fragmentação) e armas de destruição de massas (urânio empobrecido), bem como pelo prosseguimento dos bombardeamentos mesmo após a imposição à Jugoslávia do chamado plano de paz para o Kosovo. Esta barbárie (apoia-da por Guterres) tem caracterizado as (muitas) guerras da máquina militar imperial dos EUA. Ao cabo de dez semanas de destruição sistemática do país, a Jugoslávia aceitou um acordo que, não contendo os aspectos mais descarados do ultimato de Rambouillet, é inegavelmente um pesado acordo. Alguns aspectos concretos não estão ainda totalmente definidos, e é seguro que o imperialismo tudo fará para ir muito além dos termos acordados em Belgrado.

Mas as principais causas desta guerra nunca foram as questões específicas da Jugoslávia, e isso é hoje mais evidente do que nunca. Atente-se nas conclusões da cimeira de Colónia da União Europeia, que decidiu avançar a passo forçado para a criação de forças armadas europeias. Atente-se na inconcebível escolha do "socialista" Solana, porta-voz político da NATO durante esta guerra, para o novo cargo de "Ministro dos Negócios Estrangeiros" da UE "socialista". Atente-se no súbito, e quase universal, discurso sobre a necessidade de novas forças armadas, de mais despesas militares, de novas guerras. Mário Soares quer novos impostos para fazer as guerras europeias. O seu companheiro de comícios britânico, Blair, afirma que "a capacidade militar da Europa nesta fase é modesta - demasiado modesta" e afirma ser necessário "reestruturar as nossas capacidades de defesa (?!) para que possamos projectar força, colocar e manter as nossas tropas, navios e aviões longe das suas bases nacionais, equipados para lidar com qualquer nível de conflitualidade que possam vir a enfrentar" (*Financial Times*, 9.3.99). Mais explícito, o seu "ideólogo" Anthony Giddens (autor do livro *A Terceira Via*) afirmou explicitamente que "haverá outros Kosovos, outras guerras como esta" (*Corriere della Sera*, 8.5.99). Um articulista do *Financial Times* (4.6.99) diz que "o Kosovo tem de ser o catalisador que persuade a Europa ocidental a (...) corresponder aos desafios colocados há uma década pela queda do Muro de Berlim. A União Europeia tem de mostrar que está pronta para organizar as suas forças militares - e que tem a vontade política de as utilizar. Além disso, o rápido alargamento da UE para Leste (...) apresenta-se agora como uma opção entre a guerra e a paz no Continente" (!).

Era inevitável. A derrocada da URSS aguçou o apetite do imperialismo. E a sua linguagem natural é a guerra. Os factos estão a falar por si. É urgente que nestas eleições europeias falem os povos da Europa. O partido da guerra tem de ser travado.

■ Jorge Cadima

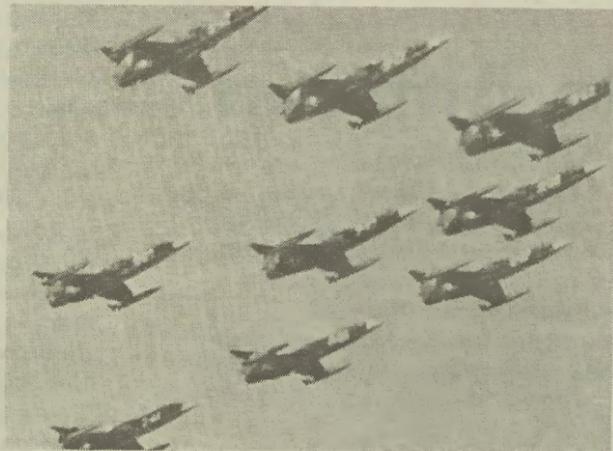


Foto: Vítor Castro

Kosovo contaminado com bombas da NATO

A prestigiada revista *New Scientist* afirmou, em edição desta semana, que o Kosovo não está apenas devastado pelos bombardeamentos da NATO, mas também contaminado pela radioactividade das bombas de urânio enriquecido (UE) lançadas às centenas de milhares (se não milhões...) sobre o território e deixando-o contaminado com milhares de toneladas de UE. A revista cita declarações de Douglas Rokke, um físico que, em 1991, integrou o exército dos EUA numa missão ao Médio Oriente para limpar o urânio utilizado na Guerra do Golfo. Rokke participou na descontaminação de 23 blindados aliados atingidos por engano e hoje tem dificuldades respiratórias, problemas dermatológicos, e lesões nos pulmões e no fígado.

Segundo a revista, o urânio enriquecido é um metal pesado radioactivo que, como produto derivado da indústria nuclear, é barato e abundante, sendo os projecteis com ele fabricados uma arma muito eficaz contra tanques e blindados. Veteranos da Guerra do Golfo, como Rokke, acreditam que a exposição a esse UE é uma das causas da chamada «síndrome da Guerra do Golfo», a até agora misteriosa doença – ou conjunto de doenças – que atingiu centenas de militares ocidentais que participaram nesta guerra, enquanto cientistas iraquianos afirmam que o UE é responsável pelo aumento do número de cancro e de malformações congénitas verificados no Sul do Iraque. A *New Scientist* adverte, ainda, que os níveis



de radiação espalhados no Kosovo por milhões de toneladas de bombas de UE serão mortíferos para toda a gente que para lá se desloque, colocando obviamente em risco tanto os kosovares que para lá regressem, como as tropas que lá se instalem, caso não se proceda a uma gigantesca (e ela própria perigosa) operação de descontaminação do território.

do, enquanto logo em 1994 (três anos depois da missão), o nível de urânio detectado na sua urina era quatro mil vezes maior que o limite de segurança estabelecido nos EUA (0,1 microgramas por litro). É um crime de guerra usar munições de urânio, quando homens, mulheres e crianças ficam expostos sem qualquer rastreio médico ou cuidados de saúde», afirmou o cientista.

«Nino» Vieira autorizado a sair de Bissau para Lisboa

O ex-Presidente da Guiné-Bissau, João Bernardo «Nino» Vieira, foi autorizado pelas autoridades guineenses a sair do país para se instalar em Lisboa. A decisão foi tomada no decorrer de um encontro entre o Presidente interino da Guiné-Bissau, Malam Bacai



Sanhá, o comandante da Junta Militar, Ansumane Mané, o primeiro-ministro, Francisco Fadul, os dirigentes dos partidos políticos guineenses e líderes parlamentares, permitindo assim que «Nino» Vieira saísse da embaixada portuguesa em Bissau, onde se encontrava refugiado desde que foi derrubado há um mês num assalto final da Junta Militar. Os dirigentes guineenses invocaram razões humanitárias para esta decisão, dado que «Nino» Vieira afirma ter necessidade de tratamento médico no estrangeiro. A saída do país de Bernardo Vieira desbloqueou o impasse a que se chegara, quando este pediu asilo político a Portugal na sequência de ser escoltado pela própria Junta Militar para a embaixada portuguesa em Bissau, mas ficou impossibilitado de beneficiar desses estatuto porque as novas autoridades guineenses foram confrontadas com apelos e exigências da população para que «Nino» Vieira e o seu regime fossem sujeitos a julgamento em tribunal. O ex-presidente da Guiné-Bissau voou primeiro para a Zâmbia e, daí, para Portugal.

“É um dado adquirido que os últimos meses assinalaram uma viragem histórica na configuração e papel da NATO. Unanimemente se considera que a agressão à Jugoslávia e as modificações no seu conceito estratégico concederam à Aliança não apenas um efectivo papel de braço armado dos Estados Unidos como a transformaram num aparelho militar com incidência planetária.”

(Rúben de Carvalho, *Diário de Notícias*, 4.6.99)

“Quer no parlamento português quer no europeu, ainda hoje estamos para assistir a um debate sério e a uma votação explícita sobre a guerra na Jugoslávia. Ora, não havendo neste momento questão mais importante para a Europa do que a guerra, é de perguntar para que servem os parlamentos...”

(Manuel Villaverde Cabral, *idem*)

“E se os parlamentos já não servem para nada, a não ser para eleger governos que não respondem pelas suas decisões mais graves, não é de admirar que os eleitorados se desmobilizem e se afastem das urnas.”

(*idem. ibidem*)

“O dr. Pacheco e o dr. Portas são capazes de vender a alma por três segundos no telejornal”

(Vasco Pulido Valente, *Diário de Notícias*, 5.6.99)

“(...) A televisão permite que eles se aliviem de uma ou duas frases (...) O seu único propósito é mostrar que a televisão regista as idiotias do sr. A ou do sr. B, se eles não se importarem de passar por idiotias. E eles não se importam.”

(*idem, ibidem*)

“Não se deixem embebedar com os resultados das sondagens”

(António José Seguro, candidato do PS, *Diário de Notícias*, 4.6.99)

“Paulo Portas faz apelo à «revolta» dos agricultores”

(Título do *Diário de Notícias*, *idem*)

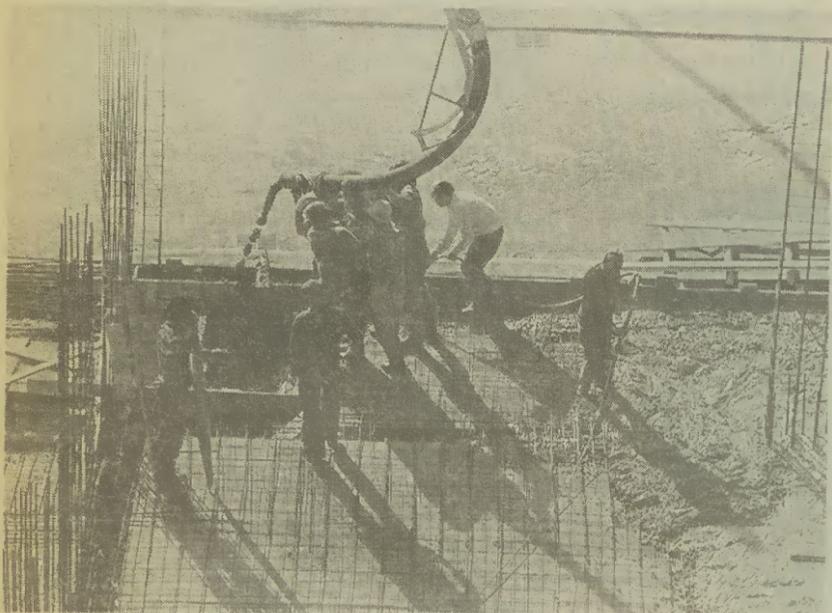
“Ó menina, diga-me a verdade: isto é para os apanhados, não é?”

(Idosa no mercado de Penalva visitado por Paulo Portas, *Diário de Notícias*, 5.6.99)



Faleceu Jerónimo Rodrigues

Vítima de doença prolongada, faleceu Jerónimo Rodrigues, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN desde 1983 e da sua Comissão Executiva desde 1992. Pertencia também ao Secretariado da CGTP-IN e coordenava o Departamento Administrativo e Financeiro, sendo, ainda, coordenador da tendência sindical socialista da CGTP-IN. Nascido em Lisboa a 30 de Maio de 1946, Jerónimo Fernando da Silva Rodrigues desenvolveu a sua actividade profissional na Transtejo-EP, onde foi delegado sindical de 1974 a 1978, altura em que foi eleito para a direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Terra da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca, transitando dois anos mais tarde para a União dos Sindicatos de Lisboa, a cujo Secretariado pertenceu entre 1980 e 1986. Era também membro do Comité Nacional e do Comité Paritário da CEE para os Transportes Interiores. Militante do Partido Socialista desde 1974, Jerónimo Rodrigues era actualmente membro da Comissão Nacional do seu partido. Ascendeu à Comissão Política no penúltimo congresso do PS.



«Buraco» legislativo lança caos na construção

Entrou esta semana em vigor a nova legislação que estipula o regime de acessos e permanência na actividade de empreiteiro de obras públicas e de industrial da construção, sem que tenham sido publicadas as respectivas portarias regulamentares complementares. Resultado deste autêntico «buraco» legislativo aberto pelo Governo: milha-

res de empresas de construção civil ficaram em situação ilegal a partir da entrada em vigor desta nova legislação, enquanto os donos de obras públicas se encontram impossibilitados de lançar quaisquer novos concursos e as câmaras municipais se viram forçadas a suspender o licenciamento de obras particulares.

Porcos e vacas belgas suspeitos de contaminação

A Comissão Europeia (CE) anunciou esta semana que vai alargar aos porcos e bovinos da Bélgica as restrições aplicadas recentemente aos produtos avícolas deste país por suspeita de contaminação com dioxinas, um produto altamente cancerígeno. Em causa estão, para já, produtos oriundos de 500 suiniculturas belgas, abrangendo meio milhão de porcos, e de 150 vacarias, todas suspeitas de contaminação desde 15 de Janeiro, encontrando-se ainda de quarentena 70 suiniculturas. Um alto funcionário da CE admitiu já que «não está excluída a possibilidade de o leite e os laticínios serem também abrangidos por esta medida». O problema desencadeou-se com a detecção de aves e produtos avícolas belgas contamina-

dos com dioxinas através de farinha animal. Estes novos desenvolvimentos mostram que a contaminação com dioxinas através da farinha animal não se ficou pelas aves, alastrando já aos porcos e às vacas. A origem deste grave problema de saúde pública estará na distribuição de farinha animal contaminada por empresas belgas do sector, nomeadamente a Verkest, que tem já dois responsáveis presos preventivamente sob a acusação de fraude. Entretanto, o ministro belga da Agricultura já foi substituído, na sequência de protestos acusando o seu Ministério de ter retido informações sobre esta nova epidemia, que ameaça alastrar às proporções assumidas pela chamada «doença das vacas loucas».



CDU

Eleições Europeias 99

Domingo com sol na Margem Sul

Discursos directos

“É vulgar dizerem-nos: “Se não fossem os comunistas, se não fossem vocês na AR, no PE, nas autarquias, a lutar e defender os nossos direitos, isto em Portugal ainda estava pior.” É preciso, então, votar na CDU.”

Ilda Figueiredo

“Deixem-se de baixa política! Gostaríamos era que os candidatos das outras forças dissessem se estão de acordo em votar connosco no PE para reformar a Política Agrícola Comum, em favor da especificidade da agricultura portuguesa; se estão de acordo em dar mais apoios às pescas portuguesas; se estão de acordo em rever o Pacto de Estabilidade, que é um cutelo sobre o Orçamento português; se estão de acordo em lutar por maior democracia na UE, nomeadamente, um controlo democrático do banco central; se estão de acordo em lutar pela redução do horário de trabalho para as 35 horas semanais, de forma faseada e progressiva e sem perda de direitos nem salários.”

Carlos Carvalhas

“Não ponho em causa a seriedade das empresas que fazem sondagens, o problema é o seu aproveitamento. Por exemplo, o “Público”, sexta-feira, trazia uma sondagem que dava 57 por cento ao PS nas próximas legislativas. Se vamos ler o texto que escreveu o próprio director do jornal, essas pessoas que agora dão 57 por cento ao PS, em 1995 deram-lhe 58. Afinal, o PS não está a crescer, está a diminuir.”

Octávio Teixeira

“Há oposição às consequências das políticas comunitárias no nosso país, há contestação, há o desejo de que no Parlamento Europeu estejam deputados que defendam com firmeza os direitos e interesses dos pequenos agricultores, dos pescadores, dos trabalhadores, dos pequenos industriais e comerciantes. E mais: há o reconhecimento de que são os deputados comunistas que o têm feito até agora.”

Ilda Figueiredo

Motivos claros para votos de confiança

Da Costa de Caparica a Alcochete, Ilda Figueiredo e Carlos Carvalhas estiveram domingo num distrito onde a CDU venceu as últimas eleições europeias e onde o resultado de dia 13 é esperado com confiança - e com persistente trabalho de convencimento e mobilização para o voto na coligação dos «deputados de 5 estrelas», da fidelidade aos compromissos assumidos com os eleitores e onde as mulheres estão presentes em igualdade. De outras jornadas - nas Beiras, no Algarve, no Alentejo e no distrito de Lisboa - damos notícias nas páginas seguintes. De muitas outras, envolvendo milhares de apoiantes, activistas e candidatos, apenas terá ficado uma referência na Agenda, ou até nem isso. Das que se vão ainda realizar, realçamos o comício de sexta-feira, no Coliseu de Lisboa. Até domingo, comunistas, «verdes» e independentes empenham-se na ponta final da campanha, somando mais razões aos motivos que já temos para encarar o resultado eleitoral com confiança.

À beira-mar, pelo fim da manhã de domingo, o sol da Costa mostrava-se tímido. Em contraste, a cabeça-de-lista da CDU evidenciava grande à-vontade no contacto com os locais e forasteiros, nem que estes fossem espanhóis. Acompanhada do secretário-geral do PCP, do presidente do grupo parlamentar comunista, de outros dirigentes e militantes do Partido e apoiantes da CDU, Ilda Figueiredo cumprimentou muitas dezenas de pessoas, recebendo em troca uma muito elevada percentagem de declarações de apoio e promessas de voto.

A música que saía do coreto, o cheiro da sardinha assada e os guarda-sóis azuis com mesas brancas marcavam o cenário de campanha eleitoral no jardim da Cova da Piedade. Após o almoço-convívio, o duo da música cedeu o lugar à equipa política, propriamente dita. Octávio Teixeira, reconhecido e aplaudido por quem o reelegeu deputado em 1995, começou a sua intervenção salientando a importância política das

eleições europeias, acentuada pelas opções que os deputados portugueses poderão levar para Estrasburgo. O dirigente comunista reafirmou que os deputados eleitos na lista da CDU irão «defender na UE o melhor para Portugal, o melhor para os trabalhadores portugueses, mas também o melhor para os trabalhadores da UE».

Ilda Figueiredo recordou os contactos que, neste período pré-



Costa de Caparica

-eleitoral, já teve com trabalhadores da Lisnave, com estudantes e professores e com a população, no concelho de Almada, apontando exemplos de como «as políticas europeias cada vez interferem mais com as políticas nacionais». Acerca da forma como tem decorrido a campanha, a candidata adiantou que «tem-se sentido grande simpatia e apoio à candidatura da CDU, grande convergência com as nossas opiniões e posições». Ao falar da indústria naval, denunciou «aqueles negócios dos terrenos da



Cova da Piedade

Lisnave, que querem fazer passando por cima do poder local», e recordou os elogios do presidente dos Estaleiros de Viana do Castelo (antigo ministro do PSD) à acção dos deputados comunistas no PE.

No concelho do Barreiro, a candidata da CDU foi recebida com bolos e moscatel no Santoantoniense, onde se encantou com o trabalho de mulheres e homens que, de 1400 quilos de papel, fizeram 48 mil flores para enfeitar as ruas, de hoje até ao dia de Santo António e das eleições. A Quinta dos Amassadores ganhou, por obra da Junta CDU de Santo António da Charneca, um aprazível parque de merendas, onde umas três centenas de pessoas aguardavam a cabeça-de-lista, ao som vivo dos «Macacos da Rua». Ilda Figueiredo propôs que, no domingo, «vamos todos dizer “Nem abstenção, nem votos em vão!” e vamos todos votar na CDU!». Carlos Carvalhas indicou, entre as «causas mais fundas» para a abstenção, a intervenção da generalidade dos deputados: «À excepção dos comunistas, quais foram os deputados do distrito de Setúbal que se preocuparam com a Siderurgia Nacional, com a indústria naval, com a Autoeuropa, com os pescadores?»

Na Baixa da Banheira, a «Quadrilha» abriu com música popular

o comício-festa, num fim de tarde ainda soalheiro e a puxar muitos pezinhos para movimentos ritmados. Heloísa Apolónia, dirigente e deputada dos «Verdes» que também é eleita na Assembleia Municipal da Moita, não deixou arrefecer o ambiente, ao chamar ao palco, para o comício, dirigentes do PCP, o presidente da Câmara, a cabeça-de-lista da CDU e o secretário-geral comunista.

Os discursos de Ilda Figueiredo e Carlos Carvalhas coincidiram na crítica aos «recados, mais ou menos insultuosos» que entre si trocam Mário Soares, Pacheco Pereira e Paulo Portas (nomes recebidos com ruidosas vaias aqui, como nas referências feitas ao longo do dia noutros locais) e com os quais «querem esconder a concordância nas políticas». «Tragam outro amigo também», foi o apelo que Carlos Carvalhas deixou, ao terminar o comício no Parque José Afonso, de onde a comitiva seguiu para um jantar-convívio em Alcochete, no salão dos bombeiros voluntários. E o dia havia de fechar com chave de ouro, em Alhandra... mas lá já estava outro repórter, que também se vê em palpos de aranha para que em breves notas caibam todas as notícias que gostaríamos de dar.



Santo António da Charneca



Baixa da Banheira



Eleições Europeias 99

Semana de campanha culmina em Alhandra *Um grande e caloroso comício*

Um grandioso comício ficou a assinalar o término da primeira semana de campanha da CDU. Foi no domingo à noite, bem no coração de Alhandra, na que é conhecida como a praça do mercado. Culminando um intenso programa de iniciativas que os levou a percorrer desde a manhã várias localidades da margem Sul (ver reportagem nesta edição), Carlos Carvalhas e Ilda Figueiredo foram recebidos de forma calorosa e entusiástica pela enorme massa de gente que enchia por completo o vasto espaço.

Um acolhimento em ambiente combativo e de festa, numa terra de gloriosas tradições de luta, que tocou a emoção, entre os presentes, e a que não escapou a própria cabeça de lista pela CDU, Ilda Figueiredo. As suas primeiras palavras no comício foram justamente para agradecer a «ternura» que marcou a recepção que lhes fora dispensada e que interpretou como uma «demonstração de apoio à candidatura da CDU».

Esse «espantoso momento», assim lhe chamou, começara, aliás, alguns minutos antes. É que entre o local de chegada da caravana, aguardada por dezenas de apoiantes, na sua maioria jovens, e a praça onde se realizou o comício, houve desfile por uma das vias principais da vila. Uma coluna que foi engrossando, agitando bandeiras, saudada por quantos estavam às janelas, desafiando o calar da noite com palavras de ordem de apoio e incentivo à CDU. Depois, foi o entrar naquele belo espaço público, pontuado por árvores de grande porte, rodeado de edifícios de sóbria fachada, em clima de verdadeira apoteose. Multiplicam-se os beijos e abraços, com Carvalhas e Ilda Figueiredo submergidos na multidão. «Os Meninos d'Avó», banda que há mais de uma hora animava os presentes, preparava-se para a despedida. Passam poucos minutos das 22.00 horas.

A festa ganha uma nova dimensão. Ao palco, chamados por Octávio Augusto, que presidiu ao comício, sobem os oradores e representantes das forças políticas que integram a CDU, entre os quais dirigentes locais e regionais do PCP. O ambiente atinge o rubro, com o agitar multicolor das bandeiras e o ritmo cadenciado das palavras de ordem. Já no final, em declarações ao «Avante!», aquele responsável pela organização do PCP em Alhandra, confirmava-nos ter sido o comício um ponto alto da campanha da CDU no concelho de Vila Franca de Xira. Sem que isso comportasse surpresa. Corresponhia, afinal, observou, ao «bom ambiente» que tem marcado a intervenção da CDU nas últimas semanas, sublinhado por uma «dinâmica de confiança» que não está dissociada da «redinamização do trabalho do Partido em todo o concelho».

Vale a pena lutar

A mobilização da noite de domingo passado era disso claro testemunho. Coube a Manuela Cunha, do Partido Ecologista «Os Verdes», a primeira intervenção do comício. Centrando-a nas questões ambientais, começou por recordar o processo de co-incineração que há poucos meses marcou a agenda política,

para concluir a este propósito que «valeu a pena a luta» travada pela população contra a sua instalação em Alhandra.

O tema serviu ainda de mote à candidata para trazer à colação as declarações então proferidas pela ministra do Ambiente sobre o carácter inócuo da co-incineração. Depois de lembrar concretamente as palavras de Elisa Damião alusivas ao que na opinião desta representaria o bom exemplo do caso belga - o país europeu que mais resíduos co-incineração -, Manuela Cunha questionou se acaso não é justo estabelecer uma relação directa entre a co-incineração e os casos agora vindos a público de várias espécies animais contaminadas com dioxinas altamente prejudiciais à saúde humana.

A segunda intervenção pertenceu a Ilda Figueiredo. De improviso, passou em revista as questões centrais que estão em jogo no próximo dia 13, num discurso empolgante, frequente-

mente interrompido por calorosos aplausos. Por si sublinhadas foram designadamente as diferenças que separam a candidatura da CDU das restantes. No plano das políticas concretas, exemplificou, a CDU defende outra dimensão social para a Europa, preconizando, entre outras, medidas que dêem prioridade ao combate ao desemprego e pelo emprego de qualidade, que valorizem os salários, que tenham em conta as pensões e reformas.

«Quando nos dizem que Portugal está no pelotão da frente, nós perguntamos: então e os salários, as reformas, as pensões, também estão no pelotão da frente?», inquiriu, para logo responder: «Não, estão na cauda da Europa.»

Pela justiça social

Outro aspecto em que Ilda Figueiredo quis sublinhar as diferenças entre as várias candi-

daturas diz respeito ao que cada uma pensa sobre as grandes questões europeias que têm uma influência directa no nosso país. Em jeito de desafio, incitou-as mesmo a clarificar posições perante o povo. Pondo o acento tónico na necessidade de políticas que promovam o desenvolvimento de Portugal, perguntou: «Estão ou não dispostos a alterar o pacto de estabilidade, a alterar a política agrícola comum, ou a política de pescas?»

Deixando claro que a CDU quer uma «política de justiça social e de desenvolvimento do sector produtivo», Ilda Figueiredo insistiu no repto para de novo inquirir se as restantes candidaturas «estão ou não dispostas a votar por novas políticas», ao contrário das actuais, em que o traço dominante, por exemplo, no caso do sector agrícola, é «deixar as terras improdutivas», e, no caso das pescas, é «abater barcos».

Num discurso em que esteve claramente presente o apelo ao voto no próximo domingo, Car-

los Carvalhas proferiu a última intervenção do comício. Depois de ter exposto três fortes razões que justificam o voto na CDU - «temos propostas, temos trabalho realizado e honramos os nossos compromissos» - o Secretário-Geral do PCP pôs o enfoque do seu discurso, igualmente sublinhado por frequentes aplausos, em três questões, que, do seu ponto de vista, carecem de urgente clarificação por parte das restantes candidaturas. A primeira, frisou, prende-se com o envolvimento do nosso país na guerra de agressão à Jugoslávia. «Quanto é que Portugal gastou nesta guerra criminoso? Com esse dinheiro, quantas escolas, jardins de infância ou centros de dia não teriam sido construídos?», perguntou.

O relatório nesse mesmo dia divulgado à opinião pública relativo aos sobrecustos das obras públicas executadas pela JAE - mais de 106 milhões de contos - foi a segunda questão para a qual o líder comunista exigiu uma tomada de posição das restantes candidaturas. É que, realçou, tais gastos correspondem a «obras feitas à pressa, por razões eleitorais», mas quem paga «esses milhões são os trabalhadores por conta de outrem através dos impostos».

«Falando toda a gente de coesão económica e social» - e esta foi a terceira questão por si posta - «detenhamo-nos então nas pensões e reformas», sublinhou Carlos Carvalhas, antes de lembrar o actual orçamento da Segurança Social, cujo valor se eleva a 400 milhões de contos. «Por que é que não se aumentam as pensões mais degradadas? Está-se à espera da privatização?», inquiriu, desafiando uma vez mais as restantes candidaturas a pronunciarem-se.

J.C.



Vila Franca de Xira - A arruada saiu do Centro de Trabalho local do PCP e foi uma animada jornada de contacto directo com a população que recebeu calorosamente a candidata da CDU, que esteve acompanhada pelo secretário-geral do PCP.



Marinha Grande - O comício da Marinha Grande, realizado terça-feira da semana passada, com Carlos Carvalhas, Ilda Figueiredo e Sérgio Ribeiro, juntou centenas de activistas e apoiantes da CDU na Praça Stephens, local que já foi palco de muitas lutas dos operários vidreiros.



Évora - A cabeça de lista da CDU esteve em Évora no Dia Mundial da Criança, assinalado terça-feira da passada semana. O programa incluiu ainda uma visita à Escola Profissional da região do Alentejo e um passeio pelas ruas da cidade, sendo sempre acompanhada por Abílio Fernandes, presidente da edilidade eborense.



Eleições Europeias 99

Alentejo

Só a CDU dá garantias de bom trabalho

O dia de sábado terminou em cheio com um grande comício em Évora que encheu boa parte da magnífica Praça do Giraldo. Antes, Ilda Figueiredo, Carlos Carvalhas e vários outros candidatos da lista da CDU ao Parlamento Europeu estiveram numa festa em Beja e num almoço em Odemira.

A confiança que as populações alentejanas depositam nos comunistas e seus aliados na CDU é um sentimento que encontra profundas raízes num longo passado comum de resistência e luta contra o regime explorador e opressor e que se foi fortalecendo nos anos do Portugal democrático.

A gigantesca obra realizada pelas câmaras CDU está à vista de todos, assim como é reconhecido o papel dos comunistas, nas diversas instâncias de poder e fora delas, na defesa dos direitos e interesses do povo alentejano e em prol do desenvolvimento da região.

Foi por isso com naturalidade que testemunhámos o calor e simpatia com que Ilda Figueiredo foi acolhida nas três iniciativas de campanha realizadas no passado sábado no Alentejo.

Em Odemira, no Parque das Águas (uma das muitas obras herdadas da gestão da CDU), perto de 400 pessoas saudaram a chegada da cabeça de lista da CDU, acompanhada pelo secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, assim como de outros candidatos, nomeadamente Carmen Francisco, do Partido Ecologista «Os Verdes», e Nuno Tito de Moraes, do PCP.

A ementa foi Jantar de Grão, uma prato muito apreciado pelos convivas que chegou mesmo a ser elogiado por Carlos Carvalhas, quando no final dirigiu algumas palavras aos presentes. Segundo disse, os produtos regionais de qualidade têm uma dimensão cultural e ambiental, lembrando a propósito, tal como já o tinha feito Carmen Francisco, que naquele dia se assinalava o dia mundial do ambiente.

Numa região dedicada quase em exclusivo à agricultura, o secretário-geral do PCP falou da crise do sector e teceu sérias críticas ao governo a propósito dos sucessivos planos de emprego para o Alentejo, que infelizmente não passaram do papel. «Com tantos milhões que o governo já prometeu, os alentejanos já devem estar todos ricos», ironizou.

Também em relação ao projecto de Alqueva, Carlos Carvalhas lamentou os atrasos e desprogramações nas obras, mas frisou que, em contrapartida, as verbas destinadas à publicidade já tinham sido ultrapassadas, ou seja, «propaganda, o governo faz muita, mas obra nada».

A injustiça na distribuição dos apoios comunitários aos agricultores, foi um dos temas que Ilda Figueiredo abordou ao longo da jornada. Como realçou, hoje 90 por cento dos apoios são absorvidos por apenas 10 por cento dos proprietários, precisamente aqueles que têm explorações de grande dimensão. De fora ou com apoios

cansou de realçar os trabalhos realizados pelos três deputados do PCP no Parlamento Europeu, bem como os frutos da sua intervenção, que permitiu por exemplo, que as cidades patriomónio da Humanidade como é o caso de Évora tivessem acesso a fundos comunitários.

A própria composição da lista da CDU serviu para mostrar quem é que é coerente com os princípios que proclama. Depois da recente célebre polémica em torno da participação das mulheres na vida política, Ilda Figueiredo sublinhou que apenas a CDU cumpriu o que prometeu: «Nos dez primei-



A festa no Parque das Merendas de Beja juntou várias centenas de pessoas

E foram muitos os jovens que vieram ao comício da CDU, o maior do dia em apoiantes e emoção. A animação começou cedo com a banda ribatejana Meninos d'Avó, os autores do Rapa-tacho. Humor, movimento e boa música foram argumentos que

Évora, chamou para o palco os oradores da noite assim como alguns dirigentes do PCP. A jovem Mavilde, da JCP e da Concelhia de Viana do Alentejo, foi a primeira a apelar ao voto na CDU, realçando a forte presença de candidatos jovens na lista (20 por cento).

ção dos cidadãos: «É triste que 42 anos depois do Tratado de Roma o fantasma da abstenção perpassa por todos os 15 estados que a compõem.» Como adiante explicou, hoje os europeus confrontam-se com realidades diferentes das que foram prometidas e «a felicidade e a prosperidade deram lugar ao desemprego, a guerra roubou o lugar à paz e em vez de livre circulação de pessoas assistimos apenas à livre circulação de capitais».

Ilda Figueiredo voltou a exigir mais meios para o Alentejo e recordou as preocupações que foram transmitidas quer pela Associação de Estudantes quer pelo próprio reitor da Universidade de Évora pelos cortes que o Governo decidiu fazer no orçamento da Educação. Para a candidata, trata-se de uma situação inaceitável que colide com uma das principais paixões declaradas pelo Governo PS.

Contudo, para além de fundos, o Alentejo precisa novas políticas, nomeadamente no plano agrícola, por forma a que Portugal inverta a situação actual em que tem de importar dois terços daquilo que consome.

A encerrar o comício, Carlos Carvalhas insistiu na denúncia dos atrasos das obras do Alqueva e recusando ficar de braços cruzados anunciou que o Grupo Parlamentar do PCP decidiu requerer uma audição com urgência na Assembleia da República, para que os ministros da Agricultura e do Equipamento e a empresa responsável dêem explicações ao País.



A juventude marcou presença no comício de Évora

insignificantes ficam cerca de 260 mil pequenas e médias explorações, para as quais são destinados cerca de 100 contos em média por ano.

Palavras e actos

Já em Beja, na festa que a CDU promoveu no Parque das Merendas, a cabeça de lista da Coligação desafiou o PS, PSD e PP a pronunciarem-se sobre um proposta ali lançada por Susana Fonseca, a primeira oradora. Perante várias centenas apoiantes e activistas, Ilda Figueiredo exigiu que 15 por cento do 3.º Quadro de Apoio Comunitário sejam transferidos para o Alentejo, contra os actuais oito por cento. Traduzindo em números, trata-se de um montante de cerca de 850 milhões de contos, do qual 120 milhões seriam geridos directamente pelas autarquias da região.

Mas se este teste à vontade dos restantes partidos ficou a aguardar resposta, Ilda Figueiredo não se

ros lugares a CDU incluiu cinco mulheres, enquanto que PS e PSD têm apenas duas», disse, sem esquecer que ela própria é a única mulher que encabeça uma lista ao Parlamento Europeu. Por isso, é legítima a conclusão de que «quem quer votar nas mulheres, vota na CDU». Os aplausos não se fizeram esperar.

Praça cheia

A noite caía quando entrámos em Évora. O palco móvel da CDU já estava montado num extremo da Praça do Giraldo e era junto dele que as pessoas começaram a concentrar-se. Ao contrário de muitas cidades alentejanas, onde os efeitos das políticas seguidas no últimos anos estão patentes na desertificação e envelhecimento das populações, Évora, com o seu pólo universitário e uma qualidade de vida invejável, tem as ruas cheias de juventude e uma animada vida nocturna.

durante cerca de meia hora con venceram a assistência.

Logo de seguida, saudado com gritos CDU e um forte agitar das bandeiras, Abílio Fernandes, o popular presidente da Câmara de

Sobre o futuro da Europa, falou João Andrade Santos, presidente da Região de Turismo de Évora e também candidato pela CDU. No seu discurso culpou a evolução da Europa pela crescente desmobiliza-



Perto de 400 pessoas compareceram ao almoço realizado em Odemira



Eleições Europeias 99

CM Oeiras ajuda PSD

A Comissão Concelhia de Oeiras do PSD afirma que tem provas «com suporte fotográfico», do uso de pessoal viaturas e material técnico da Câmara Municipal na montagem do comício do PSD realizado, quinta-feira da passada semana, no Palácio Anjos, em Algés.

Os comunistas do concelho acusam ainda o PSD e o PS de estarem a desrespeitar a proibição que eles próprios aprovaram, em reunião de câmara, de afixar pendões em candeeiros municipais e recordam que a CDU, a única força que contestou a medida, é também a única que tem sido vítima da retirada de materiais de propaganda.

O PCP sublinha que não aceita qualquer tipo de discriminações e, nesse sentido, irá colocar propaganda nos locais ditos proibidos, ao mesmo tempo que os seus eleitos autárquicos irão propor a aprovação de uma recomendação que clarifique critérios e garanta a igualdade de oportunidades e de tratamento a todas as forças políticas.

CDU/M queixa-se à CNE

A CDU/Madeira entregou uma terceira queixa à Comissão Nacional de Eleições contra o Governo Regional pela sistemática retirada e destruição dos materiais de propaganda da Coligação. Esta situação verificou-se primeiros em Santa Cruz e Machico, depois em Câmara de Lobos e, no passado dia 18 de Maio, no Funchal, precisamente entre a Freguesia do Monte e o centro da cidade.

Entretanto, a Comissão Nacional de Eleições já se pronunciou em relação à primeira queixa, reprovando a forma como procedeu a Direcção Regional das Estradas que removeu os pendões e outros materiais sem ter contactado ou notificado a CDU/M. A CNE sublinha que caso existisse alguma situação ilícita o referido organismo deveria «notificar» o partido que a colocou.

A CDU/M afirma ainda que vai contestar a argumentação que a Direcção Regional das Estradas apresentou na CNE, procurando justificar a retirada da propaganda.

Vigilância na Papelaco

O Organismo de Direcção do Sector de Empresas de Oeiras do PCP acusa a administração da Papelaco/Panasonic de atentar contra a liberdade de propaganda, ao ter condicionado, no passado dia 28, a distribuição de documentos da CDU e do boletim do sector aos trabalhadores da empresa. Segundo o PCP, os seguranças não só tentaram impedir a presença dos activistas frente à entrada como controlaram os materiais que os trabalhadores levavam para dentro.

Corrida pela Paz

A CDU/Madeira promoveu no passado domingo, dia 30, uma Corrida pela Paz, onde participou a candidata nas listas da Coligação, Luísa Nunes. A iniciativa partiu da parte leste da Avenida do Mar (junto à antiga Lota) e decorreu sob o lema «Um novo rumo para a Europa».

Bombas humanitárias

A Juventude CDU realizou, no passado dia 27, no Ateneu de Coimbra, um debate subordinado ao tema «As Bombas Humanitárias da NATO», que contou com a presença de meia centena de jovens. Na sessão intervieram André Martins, jornalista, Vanda Santos, candidata ao Parlamento Europeu, e Sérgio Teixeira, membro da Comissão Política do PCP.

Avante!

CDU

Coimbra

Mais investimento na Educação

A festa que antecedeu o comício realizado pela CDU, na sexta-feira, em Coimbra, começou cedo. Os jovens foram os primeiros a chegar, desde logo animando com a sua alegria a Praça 8 de Maio, onde a assistência ia afluindo à medida que o jantar ou as tarefas do dia lho permitiam. A certa altura, raparigas e rapazes pareciam dançar a polka ao som da Quadrilha, grupo musical que actuou.

Ainda o comício não tinha iniciado, já o recinto estava praticamente cheio. Muitos apoiantes da CDU optaram, contudo, pelas esplanadas sobranceiras à Praça para assistir às intervenções dos candidatos da coligação ao Parlamento Europeu e do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Santos Cardoso, o primeiro orador, deixou aos participantes três temas para reflexão. Foram eles a questão do federalismo, «que põe em causa a independência nacional»; a situação económica de Portugal que, em 1985, Mário Soares prometia tornar-se «completamente diferente», após cinco anos de adesão à Comunidade; as assimetrias ao nível do desenvolvimento interno, designadamente em relação a Coimbra, que exigem uma

«maior justiça da atribuição dos fundos comunitários».



É nos partidos que se vota, disse Carvalhas, referindo-se ao apoio do PS e do PSD à guerra na Jugoslávia

Luxemburgo

Fim às discriminações

Na visita que realizou ao Luxemburgo, Fátima Garcia, candidata da CDU, pode constatar as discriminações que, ainda hoje, sofrem os imigrantes oriundos de países comunitários. A candidata afirmou que a CDU irá intervir logo no início do próximo mandato no Parlamento Europeu para que as autoridades luxemburguesas eliminem as actuais restrições no acesso à função pública, bem como a exigência da declaração de bens patrimoniais no país de origem para efeitos de obtenção de apoio social.

Em contacto com sindicalistas, Fátima Garcia considerou ser inqualificável a situação vivida pelos trabalhadores da hotelaria, na sua maioria portugueses, que, devido à não transposição para o direito luxemburguês da Directiva comunitária 93/104/CE sobre tempo de trabalho (que deveria

ter sido feita até Novembro de 1996) e à falta de contratação colectiva do sector, não têm ainda regulamentado o seu horário de trabalho diário e semanal, ficando este ao livre arbítrio da entidade patronal.

Fátima Garcia lamentou o total alheamento do Governo português, do qual não se conhece qualquer intervenção junto das entidades competentes em defesa dos direitos e interesses da comunidade portuguesa no Luxemburgo.

Em visita às instalações do Instituto Camões, Fátima Garcia registou o esforço realizado pelo seu responsável, tendo lamentado que, por falta de apoio das autoridades portuguesas, as instalações cedidas pelo Governo do Luxemburgo tenham ficado cerca de um ano sem qualquer utilização.

A intervenção de Manuela Cunha, do Partido Ecologista «Os Verdes», centrou-se na luta pela paz e no combate à abstenção. O voto deve ser «uma arma pela paz», defendeu, apontando a necessidade de no próximo dia 13 de Junho «não se perder a memória» e votar-se CDU «pelo aprofundamento da democracia».

Para Ilda Figueiredo foi, entretanto, reservada uma das

maiores ovações da noite. A cabeça de lista da CDU, depois de referir o bom trabalho da coligação, lembrou que nesse próprio dia, quando da sua visita aos Estaleiros Navais, quer os trabalhadores quer um dos administradores da empresa reconheceram que os deputados comunistas foram os que mais se distinguiram na luta pela defesa dos interesses dos Estaleiros de Viana do Castelo.

A seguir, abordando a questão da Educação, Ilda Figueiredo afirmou que «a Coimbra dos estudantes, da cultura, dos problemas ambientais», precisa é de mais investimento e não de «cortes orçamentais» na educação, como os que o Governo fez, no valor de 2,5 milhões de contos. «Se é necessário mais dinheiro que o vão retirar à verba dos benefícios com que contemplaram o capital», disse, denunciando, a propósito, o facto de ao Plano de Emprego para a Europa ter sido atribuído menos dinheiro do que para a promoção e divulgação da moeda única.

Coube ao secretário-geral do PCP encerrar o comício. Depois de denunciar com vigor a política agressiva e hipócrita da NATO e a verdadeira destruição da Jugoslávia que decidiu levar a cabo, debruçou-se sobre a questão das eleições.

O Parlamento Europeu «ficar lá, longe» mas os votos «contam-se em Portugal», onde se «fazem sentir as implicações dos resultados obtidos», disse, alertando para o perigo da abstenção.

Depois, criticando aqueles que «avançam com mistificações» sobre as próximas eleições, como se elas fossem «uninominais» ou para eleger um presidente, lembrou que «em 13 de Junho vamos eleger 25 deputados». E «quantos mais deputados da CDU foram eleitos melhor», sublinhou. Porque é preciso «mais esquerda para trabalhar por Portugal».



CDU

Eleições Europeias 99



O Bairro do Sertão, em Vilamoura, foi visitado pela caravana CDU



Centenas de pessoas receberam Ilda Figueiredo no comício de Faro

Algarve

Agricultura e pesca ameaçadas

O Algarve recebeu de braços abertos a caravana CDU, na quinta-feira. Muitos foram os que guardaram o feriado para manifestar o seu apoio à coligação e acompanhar Ilda Figueiredo.

A primeira paragem foi em Loulé, onde se realizou um almoço com cerca de 300 pessoas. A estação arqueológica de Cerro da Vila, em Vilamoura, foi o destino seguinte. Na visita ao museu - propriedade da empresa Lusotur -, Ilda Figueiredo apreciou peças da idade do bronze, objectos romanos e utensílios árabes e percorreu as ruínas da casa romana que ali foi construída há milhares de anos.

O Bairro do Sertão, em Montegordo, foi percorrido a pé. O percurso não era muito longo, mas os apeadeiros multiplicaram-se. Os habitantes que estavam na rua, as pessoas que surgiam à porta de casa ou que saíam dos cafés trocavam dois dedos de conversa com a candidata da CDU, falando do desemprego, das reformas baixas e da vontade de fazer evoluir o país. Não raras foram as confissões de simpatia e dedicação ao PCP, prolongadas há anos com uma convicção enraizada no coração.

Mais tarde, na cidade de Olhão, num dos maiores jantares

da campanha, o eurodeputado Joaquim Miranda falou na importância de lutar contra a abstenção e de apelar ao voto na CDU, de forma a dar continuidade aos mandatos. «Vamos ao trabalho!», concluiu.

Olhar para o que foi feito

Em Faro, a caravana foi ao encontro de um público já ani-

mado pelo grupo «Meninos da Avó». Na doca, junto à ria Formosa, centenas de pessoas esperavam Ilda Figueiredo e Carlos Carvalhas para ouvir as propostas da CDU.

Mário Sousa, candidato ao Parlamento Europeu, pediu a transferência para a administração regional dos fundos a aplicar no Algarve e referiu a necessidade de diversificar a economia da região, pondo fim à sua sazonalidade e incentivando a agricultura, as pescas e a indústria conserveira.

Os problemas algarvios ocuparam também grande parte da

intervenção de Ilda Figueiredo. Depois de passar o dia a falar com os habitantes locais e a ouvir da sua boca as dificuldades com que lidam diariamente, a cabeça de lista da CDU lembrou que o Algarve é a região onde se regista a pior aplicação dos fundos comunitários, verificando que é uma das mais baixas do país *per capita*.

Se houve investimentos nas vias de comunicação, as infra-estruturas regionais continuam insuficientes e inacabadas. É o caso da Via do Infante, da barragem de O-de-Louca e dos portos de pesca artesanal,

recordou Ilda Figueiredo, que não esqueceu a questão da agricultura mediterrânica e das suas especificidades tão prejudicadas pelas políticas comunitárias.

A pesca constitui outra área ameaçada. A política de abate traduz-se em menos embarcações e menos pescadores. Para os que persistem não se avizinhavam tempos fáceis, em especial devido aos acordos assinados pela União Europeia e Marrocos.

«É preciso olhar para o que foi feito, ver quem se bateu intransigentemente pelos interesses de Portugal», afirmou

Ilda Figueiredo, concluindo um discurso muito aplaudido pelos algarvios.

Faro ouviu ainda as palavras de Carlos Carvalhas, que não deixou de referir a Cimeira de Colónia que teve lugar nesse dia e criticou o percurso armamentista adoptado pelos ministros europeus, em desprezo das propostas de defesa e de valorização da OSCE. «Querem transformar a UE num pilar da Nato e num subpolícia para a Europa comandado pelos Estados Unidos», acusou o secretário-geral comunista, no fim de um dia dedicado pela CDU ao sul do país.



Primelra paragem: almoço em Loulé



No início da noite, um concorrido jantar em Olhão

Emigração

CDU propõe nova comissão

A campanha da CDU nos países de emigração portuguesa está a decorrer a bom ritmo. No último fim-de-semana de Maio, com a participação de João Armando, do CC do PCP, realizou-se em Londres uma reunião pública seguido de um jantar num restaurante português. Em Bruxelas houve jornada de distribuição de um folheto com as propostas da CDU para uma nova política de emigração e, no sábado à noite, dia 29, teve lugar um jantar, no qual interveio António Moura, mandatário da CDU na Bélgica. Em Minden, na Alemanha, com a presença de João Armando, decorreu uma acção de contactos com a comunidades portuguesas no Centro Português.

Em França, a candidata da CDU Fátima Garcia, acompanhada de António Topa e Isabel Mendes da Comissão Eleitoral, participou no sábado, dia 29, em Nanterre, numa festa promovida pela

Secção local do PCF e pelo núcleo local do PCP. No domingo, os três representantes da Coligação estiveram num almoço em La Chalette e foram entrevistados na emissão em língua portuguesa na rádio local. No mesmo dia, participaram ainda em Champigny num debate/festa organizado pela Secção local do PCF e pelo núcleo local do PCP.

Fátima Garcia apelou ao reforço da votação na CDU e do número de deputados eleitos, sublinhando que é a garantia de que Portugal e os emigrantes portugueses terão uma voz activa em sua defesa no Parlamento Europeu.

A candidata defendeu ainda a necessidade da existência de um órgão, com uma composição a definir, que acompanhe a situação dos emigrantes portugueses nos países da União Europeia e a evolução da aplicação do direito de livre circulação e de cidadania.



Visita à estação arqueológica de Cerro da Vila, em Vilamoura

Em 13 Junho
no Parlamento
Europeu**Mais
CDU**

CDU



Queluz É preciso ir votar!

Muitos foram os participantes no comício-festa que, na noite de sexta-feira, teve lugar no Jardim de Queluz. Uma iniciativa que o vento e o frio obrigou a encurtar, em relação ao inicialmente previsto, mas a que nunca faltou o entusiasmo.

Com início ao fim da tarde, entre sardinhada e música da «Quadrilha», o comício-festa encer-

rou com intervenções de Carlos Carvalhas e Ilda Figueiredo. «Não basta a onda de simpatia que tenho sentido em redor das nossas propostas, é preciso ir votar no dia 13 de Junho», lembrou Ilda Figueiredo, que pediu «mais força» para a CDU, pois só assim «poderemos continuar a defender as políticas que melhoram as condições de vida dos portugueses».



Cascais Por uma Europa de paz

Centenas de pessoas participaram no comício realizado no passado domingo no Largo da Câmara de Cascais, com Joaquim Miranda, o número dois da lista da CDU ao Parlamento Europeu. A animação foi assegurada pelo grupo «Erva de Cheiro», o coral alentejano

«Estrelas do Guadiana» e a grupo brasileiro de samba «Jacaré e Cia».

Num ambiente de entusiasmo, Joaquim Miranda falou da importância de combater a abstenção, destacou o papel que os deputados comunistas têm desempenhado em Bruxelas e

apelou ao voto na CDU, a única força política com um projecto verdadeiramente de esquerda que defende a construção de uma Europa de paz e cooperação, onde o trabalho e os trabalhadores sejam valorizados, e se aproximem os níveis de desenvolvimento entre países.



Cortar cabelos para a campanha

A campanha nacional de recolha de fundos continua presente nas preocupações e nos esforços das organizações do PCP, com a participação de muitos militantes do Partido e outros apoiantes da CDU. Nos comícios e sessões de esclarecimentos, nos convívios, nas reuniões, nos múltiplos contactos individuais é feito o apelo mais directo à contribuição financeira de todos os que entendem ser necessária uma forte representação da CDU no Parlamento Europeu. Os contributos vão, contudo,

muito para além da entrega de dinheiro. No CT Vitória, em Lisboa, no passado sábado, com trabalho oferecido por profissionais da arte, teve lugar durante toda a tarde uma concorrida sessão de cortes de cabelo (na foto). Além de lavar, cortar ou fazer *brushing*, os clientes deste improvisado salão (que lá por ser improvisado não deixou de ser profissional) podiam ainda beber um cálice de Porto, acompanhado com bolo de chocolate, enquanto aguardavam a sua vez.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



VII Legislatura

Deputados comunistas prestam contas

Resoluções da Assembleia da República com origem em iniciativas do PCP

Resolução

Baixa dos preços dos combustíveis

A Assembleia da República aprovou, com o voto contra do PS, uma resolução em que se reclama do governo a baixa de preço dos combustíveis.

Ou seja, a Assembleia recomendou ao Governo que, no imediato, baixe o montante do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos para a média cobrada no ano de 1998, e que, a curto prazo, proceda a uma aproximação dos preços dos combustíveis líquidos em Portugal aos que são praticados na vizinha Espanha.

Esta medida, que o Governo, contra a opinião da Assembleia da República, não chegou a adoptar, justifica-se plenamente porque desde há muito que o preço do petróleo em bruto tem vindo a sofrer significativas baixas nos mercados internacionais.

No entanto, em Portugal essas baixas de preço não se têm reflectido nos preços de venda ao público da gasolina e gasóleo. Significa isto que quanto mais desce o preço das ramas de petróleo no mercado internacional maior é o imposto que os cidadãos e as empresas portuguesas pagam pelo consumo de combustíveis líquidos.

Assim, os preços dos combustíveis líquidos em Portugal são hoje bastante mais elevados que os praticados noutros países. Tomada em consideração a paridade dos poderes de compra, Portugal será eventualmente o país da União Europeia com os combustíveis líquidos mais caros.

O Governo do PS tem vindo a utilizar o Imposto sobre os Produtos Petrolíferos não como um instrumento de tributação estável (no seu quantitativo) mas antes como um mecanismo efectivo de fixação de preços (impedindo que estes baixem).

Sem pôr em causa a tributação dos combustíveis líquidos e a correspondente receita orçamental, a Assembleia considerou que os portugueses têm direito a usufruir da baixa de preços das matérias-primas no mercado internacional.

Resolução

Adopção de medidas contra a deslocalização de empresas

Sob proposta do PCP, a Assembleia da República resolveu:

1) Pronunciar-se pela necessidade de o Governo suscitar, nas instâncias internacionais adequadas (União Europeia, OCDE, OMC, ONU), o debate e a adopção de medidas visando disciplinar o Investimento Directo Estrangeiro e os processos de deslocalização das empresas;

2) Defender a revelação pública dos contratos e ajudas outorgadas em caso de deslocalização de empresas;

3) Instar o Governo a alterar a legislação sobre indemnizações por despedimentos aumentando os valores a pagar aos trabalhadores que perdem o seu emprego em resultado de processos de deslocalização, aumentando o período com direito ao subsídio de desemprego, bem como a produzir legislação sobre compensações ao sistema da Segurança Social no caso do pagamento de reformas antecipadas;

4) Defender um programa público de apoio às autarquias de municípios vítimas de prejuízos decorrentes da deslocalização, bem como às pequenas e médias empresas subcontratadas de transnacionais que se deslocalizam;

5) Sublinhar a necessidade de as empresas que se deslocalizam em violação de acordos e contratos estabelecidos reembolsarem as ajudas públicas outorgadas e indemnizarem os países e municípios onde se verificam tais processos.

Contra o branqueamento de capitais

Alterar substancialmente o actual sistema de combate ao branqueamento de capitais, até agora caracterizado pela completa ineficácia, dotando-o de um Programa Nacional capaz de prevenir e combater essa expressão do crime organizado, eis, em suma, um dos principais objectivos visados com um projecto de lei do PCP recentemente entregue na Mesa do Parlamento.

Partindo do princípio de que a situação existente nesta matéria carece de «uma alteração profunda que institua a vontade política e a eficácia indispensáveis», como é salientado na nota preambular do diploma, o Grupo comunista entende assim que um tal Programa, «enquanto conjunto coerente de medidas», não deixará de constituir um «auxiliar indispensável» à elaboração da política do Governo neste capítulo.

Entre as funções previstas no Programa, a concretizar através de uma Comissão Nacional criada para o efeito contam-se a de coordenar as entidades de supervisão e controlo com intervenção na promoção e combate ao bran-

queamento, acompanhar a situação nacional, colaborar na elaboração de um relatório anual do Governo à Assembleia da República, apoiar a formação de pessoal qualificado e, por último, estudar a realidade europeia e internacional e desenvolver, neste âmbito, a cooperação respectiva.

Recorde-se que o branqueamento de capitais, pela sua escala planetária, constitui um problema crescentemente sentido pelos Estados, envolvendo poderosíssimas organizações criminosas. Como sublinham os deputados comunistas no preâmbulo do seu projecto de lei, as actividades e dinheiro ilícitos «minam e interligam-se com o sistema económico e financeiro e com o poder económico e político», fomentando a corrupção, pondo em causa a soberania e independência dos Estados, comprometendo a própria democracia.

Importa não esquecer, por outro lado, a íntima associação existente entre o branqueamento de capitais e o tráfico de droga. «Milhares de milhões e contos,

somas geradas pelo narcotráfico e por outras práticas ilícitas entram no circuito legal dos negócios e tendem a envolver uma parte importante da economia no mundo da criminalidade», refere o texto.

Daí que, na perspectiva da bancada comunista, o combate ao branqueamento de capitais seja «uma das formas mais eficazes de atacar o tráfico de drogas e outras actividades criminosas». A razão é simples: «atinge os seus autores naquilo que mais lhes dói, nos seus lucros e patrimónios ilícitos, reduzindo e liquidando o poder económico dos indivíduos e das organizações criminosas».

Infelizmente – e é isto que dá sentido à iniciativa legislativa do PCP –, não obstante a existência desde há seis anos de legislação contra o branqueamento, os resultados até agora são mínimos, em resultado da ineficácia do sistema, como o provam os relatórios dos serviços de segurança ou os escassos processos e condenações por branqueamento de capitais.

GUARDA Saúde pública ou interesses privados?

A pretensão do Governo de encerrar o matadouro da Guarda e transferi-lo para Oliveira do Hospital ou Alcains é uma decisão que, segundo a Comissão Concelhia da Guarda do PCP, prejudica gravemente os criadores de gado, os talhantes e os consumidores do concelho.

Os comunistas desconfiam, também, das razões invocadas para a mesma - higiene e defesa da saúde pública - porque, sendo embora razões pertinentes, «apenas são tidas em conta» quando estão em jogo «interesses pouco claros» de matadouros privados. Se assim não fosse, «o matadouro apenas encerrava para obras», dizem, defendendo antes a «aplicação de medidas de higiene política que alterem este estado de coisas».

FIGUEIRA DA FOZ AM rejeita apoiar pescadores

Com os votos contra do PS e do PSD, a Assembleia Municipal da Figueira da Foz rejeitou, há cerca de um mês, uma moção de solidariedade com os trabalhadores do concelho e a luta dos pescadores.

A moção foi apresentada pelo PCP e resulta da sua convicção de que uma parte da solução do conflito - que se arrasta há dois meses - passa também pelos respectivos portos.

Assim não o entenderam, porém, o PS e o PSD que, ao votarem contra a moção, mostraram, na opinião da Comissão Concelhia do PCP, não ter grandes diferenças em matéria laboral, conforme querem fazer crer.

ALJUSTREL PS não cumpre

Por sua vez, a Direcção da Organização de Beja do PCP manifesta a sua solidariedade com a luta dos mineiros e outros trabalhadores das Pirites Alentejanas pela viabilização da empresa, pelo emprego e por melhores condições laborais. Em particular, a DORBE apoia a acção dos trabalhadores e da população de Aljustrel junto do ministro da Economia e do primeiro-ministro, no sentido da retoma da laboração na Mina de Aljustrel e do pagamento dos salários, há sete anos congelados. «Este governo do PS fala muito mas faz pouco», acusa o PCP, lembrando as promessas do PS de assegurar a plena laboração das minas de Aljustrel e de investimentos alternativos no concelho.

TORRES VEDRAS Uma opção «escandalosa»

A pretexto das dívidas à Segurança Social, o Governo deu «luz verde» à falência da Casa Hipólito, optando pela defesa dos interesses dos grandes grupos financeiros em detrimento da viabilização desta centenária empresa por que, há mais de 13 anos, os trabalhadores lutam.

Para o Sector de Empresas de Torres Vedras do PCP, esta opção é tanto mais escandalosa quanto a empresa, já depois da declaração de falência, teve de rejeitar encomendas que lhe asseguravam trabalho para um ano de laboração, possuindo mercado para colocar os seus produtos, equipamentos e mão-de-obra capazes e, inclusive, propostas de investimentos. Face à destruição dos actuais 300 postos de trabalho, o PCP reclama do Governo apoios e programas de ocupação profissional para os trabalhadores que deles careçam, criação de mecanismos legais que permitam a passagem à reforma com todos os direitos dos trabalhadores que, pela idade, se vejam impossibilitados de encontrar novo emprego e a implementação de programas de apoio às empresas da região em maiores dificuldades.

VIANA DO ALENTEJO Agenda 2000 em debate

Com a presença de mais de uma centena de pessoas, entre as quais diversos representantes de várias entidades concelhias, a Comissão Concelhia de Viana do Alentejo do PCP realizou recentemente um debate, integrado no ciclo «Diálogos com o Alentejo», subordinado ao tema «Agenda 2000 - Que futuro para o Alentejo?».

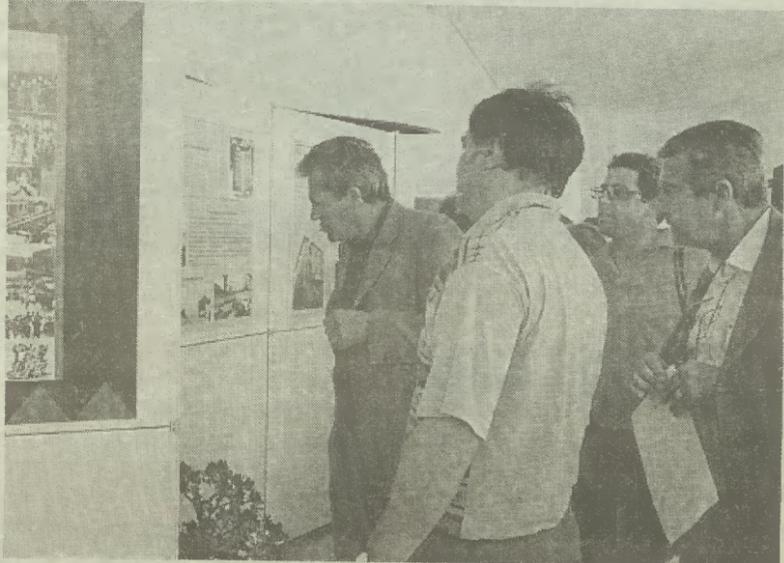
Na ocasião, entrevistaram João Andrade Santos, Presidente da Região de Turismo de Évora e candidato da CDU ao Parlamento Europeu, Lino Carvalho e Joaquim Miranda deputados do PCP, respectivamente, à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu, designadamente sobre a composição e funcionamento do PE e o impacto para Portugal das decisões aí tomadas.

Exposição no Seixal A memória da Resistência

Os trabalhadores comunistas da Câmara Municipal do Seixal montaram, nas instalações da Sociedade Filarmónica Timbre Seixalense, uma exposição alusiva ao 25.º aniversário do 25 de Abril.

A inauguração, que aconteceu na passada sexta-feira, contou com a presença de Jerónimo de Sousa, do Comité Central, bem como de eleitos autárquicos e muitos trabalhadores do município.

Documentos ilustrativos das grandes lutas operárias que se deram no Seixal antes e depois da Revolução de Abril, gravações de programas de «A Voz da Liberdade», linotipos de personagens históricas do Partido e uma tipografia que funcionou na clandestinidade e que tirou no local uma edição especial do «Avante!», formato clandestino e em papel-bíblia, relatando as lutas e reivindicações dos trabalhadores e povo seixal-



lenses de 27 de Junho de 1943 a 6 de Maio de 1999 - constitui o material essencial desta mostra, que suscitou indistigável interesse em todos os que tiveram a oportunidade de a observar.

Como se afirmou no momento de convívio que se seguiu à passagem pela exposição, o objectivo desta «é transmitir,

sobretudo aos jovens, o que foi a resistência ao fascismo.» No entanto, também foi salientado que não é apanágio dos comunistas viverem de memórias, embora estas possam servir

para o desencadeamento de novas dinâmicas.

E, como se estava entre autarcas e trabalhadores de autarquias, Jerónimo de Sousa aproveitou para lembrar que, «apesar das machadadas que tem levado, continua a ser muito valioso o património de Abril, com relevância para o Poder Local Democrático».

A exposição, de natureza itinerante, encontra-se agora na sede do PCP, no Seixal, podendo depois ser cedida a organizações, empresas ou estabelecimentos de ensino que queiram dar a conhecer um

pouco do que foi e de como foi o notável contributo dos comunistas para o derrube do fascismo e a construção da sociedade democrática em que hoje vivemos.

Conselho das Comunidades Portuguesas Governo não respeita a lei

A Direcção da Organização na Emigração do PCP considera «ofensivas da dignidade e autonomia do Conselho das Comunidades Portuguesas e do seu normal funcionamento democrático» as recentes declarações do secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, no sentido de recusar recursos para a realização da reunião mundial, a que este está obrigado por decisão do Supremo Tribunal Administrativo, para nova eleição do seu Conselho Permanente.

Ao mesmo tempo, o Secretário de Estado «falta à verdade» ao declarar que o Orçamento do Estado não possui «cobertura de verbas para trazer a Portugal os 100 conselheiros do CCP» - quando sabe que existem rubricas no Orçamento para enfrentar situações extraordinárias - e revela «uma estranha falta de cultura democrática e de respeito pela lei e pela independência dos Tribunais», ao aconselhar a votação por «correspondência» e, assim, pretender «tapar a ilegalidade do processo de eleição anulado pelo STA com uma nova e ainda maior irregularidade».

Assim, para respeitar a lei e a decisão do Tribunal, o Governo tem de «convocar uma reunião Plenária do CCP e assegurar o financiamento da sua realização», defende o PCP que, através do deputado Rodeia Machado, já requereu ao Governo esclarecimentos sobre se tenciona cumprir aquilo a que está legal e politicamente obrigado.

CAMARADAS FALECIDOS

António Coelho dos Santos

Com 71 anos de idade, faleceu recentemente o camarada António Coelho dos Santos, o «Tó Santos» como era conhecido. Trabalhou na Seldex e foi colaborador de «o diário». Militante do Partido desde 1974, estava organizado na freguesia de S. Domingos de Benfica, Lisboa.

Manuel Simão Tereso

Vítima de doença súbita, faleceu, no passado dia 29 de Maio, com 75 anos de idade, o camarada Manuel Simão Tereso, natural de Alcobaça. Membro do PCP desde antes do 25 de Abril, participava activamente nas iniciativas do Partido e era o responsável pelos foguetes do 25 de Abril e do 1.º de Maio. O seu funeral constituiu uma grande manifestação de pesar.

Pedro Ferreira Catarino

Faleceu, no passado dia 26 de Maio, com 90 anos de idade, o camarada Pedro Ferreira Catarino, mais conhecido por Pedro Ferrer ou por «ti» Pedro Sapateiro. O facto de se tratar de uma figura muito conhecida e respeitada pela sua simplicidade e empenho em actividades de diversas colectividades do concelho de Anadia, como é

CCRA Direcção deve ser substituída

Após forte pressão da parte da Direcção Regional do Alentejo do PCP, no sentido da apresentação da versão final do Plano de Desenvolvimento Regional do Alentejo para o 3.º Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006, a Comissão Coordenadora Regional do Alentejo deu-a finalmente a conhecer no dia 1 de Junho.

Porém, apesar de ter justificado o atraso da entrega com o facto de o documento estar «a ser preparado com quantificações financeiras», a proposta aparece agora sem as mesmas, mostrando que, afinal, podia ter sido apresentada em Março, como inicialmente havia sido anunciado.

Para o PCP, trata-se de uma evidente «falta de seriedade política» e de «incompetência» do Presidente da CCRA, sendo «absolutamente inaceitável» que

ele venha agora dizer que irá ignorar os contributos que não forem entregues até 15 de Junho.

Quanto aos 855 milhões de contos que o PCP reclama para o Alentejo no 3.º Quadro Comunitário de Apoio e que o Presidente da CCRA considera «um número irresponsável», a verdade é que o Conselho da Região aprovou «uma verba idêntica», com que autarcas comunistas, socialistas e sociais-democratas estiveram de acordo. É, assim, «particularmente grave» que, em vez de juntar a sua voz à dos que reivindicam esta importância, o Presidente da CCRA prefira «dar combate político ao PCP».

Na opinião dos comunistas, substituir a Direcção da CCRA é, pois, uma questão «de bom senso e de respeito por todos aqueles que querem trabalhar para o progresso do Alentejo».

exemplo a responsabilidade pela reorganização da Banda de Música de Anadia dos anos 60, levou a que tivessem sido muitos os que o acompanharam no seu funeral, cuja urna foi, por sua expressa vontade, coberta com a bandeira do PCP.

Raul Pedro Costa

Faleceu recentemente, com 71 anos de idade, o camarada Raul Pedro Costa. Membro da Direcção da Zona Norte de Lisboa, colaborava regularmente com o Gabinete de Organização da DORL. Estava organizado na freguesia de Alvalade. Até ao último dos seus dias, desempenhou sempre com dedicação as tarefas de que era responsável. No seu funeral incorporaram-se muitos militantes e dirigentes do PCP.

Vilar Maria Tojinha

Vítima de doença prolongada, faleceu, no dia 2 de Junho, a camarada Vilar Maria Tojinha. Era uma camarada politicamente muito activa, quer em França, onde foi emigrante, quer em Corroios, onde se encontrava organizada.

— ★ —

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



Os jovens têm sido uma presença constante nas manifestações pela paz

Jovens pela paz

Num momento em que o fim dos bombardeamentos da NATO contra a Jugoslávia estão na ordem do dia, é importante registar algumas recentes iniciativas pela paz, envolvendo em particular a juventude, e que se inserem num amplo movimento que tem vindo a desenvolver-se um pouco por todo o País.

Quarta-feira passada, dia 2 de Junho, mais de uma centena de jovens participou numa iniciativa pela paz promovida pela Juventude CDU em Benavente, e que contou com a participação de duas bandas de música - os «Disto e D'aquilo» e os «Contra» - e, a intercalar, uma intervenção contra a guerra de Zé Pedro dos «Xutos e Pontapés», gravada em *audio*.

Na intervenção política que se seguiu, o jovem candidato Ângelo Alves criticou a posição assumida pelo governo do PS e sublinhou ser importante não esquecer que «a NATO foi criada para supostamente ser uma força defensiva e que este ataque bárbaro, cruel para com o povo jugoslavo, provocou o aumento de refugiados, o número de mortes e a destruição de um país, com a descul-

pa de serem erros desculpáveis».

Na tarde de dia 29, na Praça do Giraldo, em Évora, teve lugar uma iniciativa realizada sob o lema «Alentejo pela Paz». O protesto, que assinalou dois meses de bombardeamentos contínuos da NATO contra a Jugoslávia, envolveu a realização de um concerto e um desfile que culminou com intervenções das organizações promotoras.

Nessa mesma tarde, no Parque Urbano de Almada, decorreu a «Maratona pela Paz». Uma realização aberta a todos e que contou com o apoio do movimento associativo juvenil do concelho, e que consistiu na exibição de grupos de dança, teatro, capoeira, música, artes gráficas, graffittis, contadores de histórias e poesia, entre outros. Teve ainda lugar uma recolha de brin-

quedos e uma exposição de fotografia, bem como uma *jam session* interdisciplinar.

Dia 21 de Maio, milhares de jovens participaram num concerto organizado pela Juventude CDU, pela paz e contra a guerra.

O concerto começou com a actuação dos «Sloppy Joe», que envergavam T-shirts com os alvos, finalizando com os «Zen».

Na intervenção política, Marta Amaro, da Juventude CDU, lembrou as terríveis consequências da guerra, que «tem provocado centenas de mortos civis, das sete diferentes etnias, a par da desertificação de extensas regiões, assim como a destruição de zonas residenciais, fábricas, pontes, estradas e infra-estruturas energéticas e produtivas».

A representante da Juventude CDU sublinhou ainda que «a agressão da NATO à Jugoslávia só demonstra que o seu objectivo sempre esteve longe de ser a protecção dos direitos humanos ou a garantia da unidade e da integridade territorial do país, mas sim os interesses de ordem estratégica e económica».

Madeira e Açores CDU defende regiões ultraperiféricas

A luta por medidas específicas, adequadas às realidades da Madeira e dos Açores, surge como uma das prioridades da CDU para estas duas regiões ultraperiféricas.

Em conferência de imprensa realizada no quadro da campanha eleitoral para o Parlamento Europeu, a CDU lembra que, em consequência dessa prioridade, o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica (GCEUE/EVN) assinou, há cerca de um mês, no Funchal, uma Declaração Comum sobre a Ultraperiferia.

Neste quadro, a CDU e o Grupo Confederal comprometem-se a trabalhar no Parlamento Europeu no sentido de dar conteúdo prático ao Estatuto de Ultraperiferia, consagrado no Tratado de Amsterdão, em particular no sentido de garantir os níveis adequados de financiamento comunitário, tendo em conta planos de desenvolvimento regional que «sejam estruturantes e que visem, prioritariamente, reforçar a coesão económica e social».

Trata-se de trabalhar para uma maior participação dos destinatários dos financiamentos nos processos de decisão e adaptação das políticas e ajudas à realidade demográfica e socioeconómica da

Madeira e dos Açores, nomeadamente no que respeita à agricultura e pescas.

A CDU compromete-se a lutar por políticas activas de «criação de emprego de qualidade e com direitos» e pela implementação de «programas específicos de combate às desigualdades sociais e às discriminações em função do sexo».

A concretização de políticas regionais de ambiente, «que visem a gestão racional dos recursos escassos como a água e a energia, o tratamento adequado dos resíduos, a protecção da orla costeira e um ordenamento do território que defenda simultaneamente as zonas produtivas, as zonas protegidas ou a proteger, e a qualidade de vida nos meios urbanos e nos meios rurais» é outra das preocupações da CDU.

Entre os problemas comuns à Madeira e aos Açores ressalta ainda a necessidade de políticas de desagravamento fiscal, «visando o aumento do poder de compra das populações e a fixação e diversificação empresarial» e outras medidas de compensação pelos custos de insularidade.

No caso particular dos Açores, a CDU defende «um debate sério sobre as pretensões locais no que respeita a contrapartidas pelo Acordo das Lajes».

Imigrantes contra discriminação

Mais de quatro centenas de imigrantes concentraram-se a meio da tarde de dia 6, no Martim Moniz, em Lisboa, no quadro de uma iniciativa promovida pela Rede Anti-Racista, que envolveu um debate público, com a participação de representantes das associações de imigrantes.

A Rede Anti-Racista, que congrega 59 associações anti-racistas e outras representantes de imigrantes de vários países, defendeu a regularização de cerca de 40 mil estrangeiros em situação ilegal em Portugal, em muitos casos vítimas

de discriminações de várias ordens.

A concentração foi marcada para «sensibilizar a população sobre estes problemas e dar voz aos imigrantes» africanos, indianos, paquistaneses e da Europa de Leste, que foram expostos a sua situação publicamente ao microfone.

Paralelamente, a Rede Anti-Racista recolhe assinaturas para uma petição a enviar ao Presidente da Assembleia da República, exigindo a atribuição de documentos a todos os imigrantes que trabalham e residem em Portugal.

No documento é criticada a nova lei aprovada pelo Governo que regulamenta a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.

Para as associações de imigrantes, a lei «é inspirada por uma atitude geral de desconfiança em relação aos estrangeiros, privilegia uma política repressiva e discriminatória, violando os princípios de igualdade entre todos».

Esta iniciativa foi entretanto ensombreada por factos enunciados pela Frente Anti-Racista em caixa que junto inserimos.



A discriminação dos imigrantes manifesta-se em todos os domínios

Um esclarecimento necessário

«Contra a instrumentalização partidária e eleitoral», a Direcção da Frente Anti-Racista vem publicamente tomar posição sobre factos ocorridos na concentração de imigrantes no Martim Moniz.

Um «esclarecimento necessário» em que se começa por lamentar que a iniciativa realizada no Martim Moniz, promovida pela Rede Portuguesa Anti-Racista «de que a Frente Anti-Racista é membro fundador e a cuja Comissão Coordenadora pertence» tenha sido apresentada e noticiada como sendo «uma iniciativa ao serviço da campanha eleitoral da candidatura do Bloco de Esquerda ao Parlamento Europeu».

A Frente considera «muito negativo que uma candidatura se tenha permitido usar abusivamente ao serviço da sua promoção eleitoral uma acção unitária em prol dos direitos dos imigrantes e contra o racismo».

Considerando positivo que «as várias candida-

turas e forças políticas se pronunciem, tenham propostas e as publicitem, sobre os problemas da imigração na sociedade portuguesa», a Frente Anti-Racista lembra que se deve processar «no seu espaço político próprio e não à custa da instrumentalização e divisão do movimento anti-racista e do movimento associativo das comunidades imigrantes, que representam cidadãos de diferentes convicções políticas».

A concluir esta nota de imprensa a Frente Anti-Racista anuncia que «irá equacionar a continuidade da sua participação na Rede Anti-Racista, esclarecendo se esta organização e o conjunto de associações que nela participam estão determinadas em manter a autonomia e a independência do movimento, sem prejuízo do respeito devido pelas convicções políticas de cada cidadão, ou se este lamentável episódio se insere nalguma tentativa de hegemonização político-partidária da Rede» que firmemente recusa.

Contra encerramento da Estação de Messines

A CDU manifesta, em comunicado de imprensa, a sua mais profunda indignação pela decisão da CP de proceder ao encerramento da estação de caminho-de-ferro em S. Bartolomeu de Messines.

A Coordenadora Concelhia da CDU lembra que, um pouco por todo o país, a CP tem vindo a eliminar a circulação ferroviária e a encerrar estações e comenta que «não é assim que se promove o desenvolvimento do interior nem se contribui para a elevação da qualidade de vida da população». Em síntese, denuncia a CDU, «no sector do transporte ferroviário

como noutros sectores de actividade, somos testemunhas da aplicação cega de políticas de cariz neoliberal por parte dos actuais e dos anteriores governantes».

JCP/Porto marca Encontro Regional

A Comissão Regional do Porto da JCP decidiu marcar o seu Encontro Regional para o dia 20 de Novembro, na cidade do Porto.

Este Encontro será o culminar de toda uma discussão, já iniciada, acerca dos problemas e aspirações dos jovens do distrito do Porto e das soluções propostas para superar esses problemas e

concretizar aspirações.

O Encontro regional servirá também para eleger a futura Comissão Regional do Porto da JCP.

A Comissão regional do Porto da JCP lembra que, tal como sucedeu com o 6.º congresso dos jovens comunistas, todos os colectivos e militantes terão a oportunidade e o dever de promoverem as mais variadas iniciativas de convívio e debate político, para além de contribuírem para a elaboração das propostas de resolução a apresentar à discussão no Encontro.

No período que medeia até à realização do Encontro, e para além de reuniões e debates temáticos, terão lugar iniciativas como acampamentos, piqueniques, concertos, festas, aliando a componente política ao convívio entre jovens.

TRABALHADORES

Coimbra

Os motoristas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra fizeram greve no dia 1 de Junho, por melhorias na sua carreira profissional, com uma adesão de 95 por cento. A Lusa noticiou ainda que os trabalhadores estariam dispostos a paralisar novamente na próxima sexta-feira, caso não houvesse progresso nas negociações, em que participa o secretário de Estado da Administração Local, que reconheceu a existência de discrepâncias na transição das carreiras.

Telecom

O encerramento do bar no edifício Picoas, em Lisboa, é uma demonstração de «profunda insensibilidade para lidar com questões sociais», uma vez que a administração da Portugal Telecom não deu a devida atenção ao abaixo-assinado, com 452 nomes, que defendia a continuação do serviço. A Comissão de Trabalhadores, a administração disse que aquele bar «não vai reabrir, não foi o primeiro, nem será o último a encerrar», argumentando que a manutenção de cantinas, bares e messes representam um encargo de 400 mil contos por ano para a empresa. Num comunicado aos trabalhadores, a CT denuncia o ataque aos serviços sociais e propõe redução de custos «no supérfluo», apontando como exemplos «as viagens pelo mundo, os hotéis de cinco estrelas, os chorudos vencimentos dos administradores, os cartões de crédito sem controlo, as grandes "máquinas" em ALD, os abastados prémios de "bom" desempenho, as empreitadas sem controlo, os encontros de quadros sem interesse técnico, as reorganizações sem princípios, a compra de imobiliário de luxo».

Covilhã

O processo de privatização do sector de Higiene e Limpeza da Câmara Municipal da Covilhã foi condenado na semana passada, em plenário de trabalhadores daquele serviço. Na reunião foi reafirmada a decisão de entrar em greve nos dias 14 a 19 de Junho. Foi também declarada a disponibilidade do pessoal para discutir alternativas à privatização ou concessão a privados, informou o STAL, que escreveu ao presidente da CM exigindo o abandono da via privatizadora como condição para uma reunião conjunta.

Vila Franca

Os enfermeiros do Hospital Reinaldo dos Santos decidiram fazer greve nos dias 14 e 15 (segunda e terça-feira), protestando contra o facto de a administração não estar a cumprir os compromissos assumidos a 19 de Maio, relativamente à atribuição do regime de horário acrescido segundo as disponibilidades dos profissionais e as necessidades do serviço. No hospital, acusa o SEP, há turnos extraordinários programados (o que é ilegal) e foram reduzidos os enfermeiros por turno.

Jornada inédita dos têxteis em Lisboa

Compromissos políticos adiam cumprimento das leis

Afinal, até às eleições de Outubro, o Governo do PS não pretende obrigar os patrões incumpridores a respeitarem a lei das 40 horas, denunciaram trabalhadores e sindicalistas têxteis, que nos dias 31 de Maio e 1 de Junho fizeram jejum na Praça de Londres e mostraram a Ferro Rodrigues a falta que as pausas fazem.

A acção de luta pela da contagem das pausas como tempo efectivo de trabalho foi, mesmo assim, valorizada como «positiva e inédita» pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal. José Fernando, dirigente da Fesete/CGTP, disse à Agência Lusa que foram obtidas garantias de que a Provedoria de Justiça vai elaborar uma recomendação ao Governo para que este obrigue o patro-

nato a cumprir a lei. A posição dada a conhecer terça-feira pelo provedor-adjunto seguiu-se às afirmações do secretário de Estado dos Recursos Laborais, na véspera, defendendo que a contagem das pausas como tempo efectivo de trabalho carecerá da aprovação de uma nova lei na AR, mas só depois das eleições legislativas. Em relação à reunião com o provedor-adjunto, José Fernando referiu que este afirmou que a actual «lei das 40 horas»

é suficiente, bastando para isso que seja cumprida.

A Fesete acusa o Governo de ter «compromissos políticos com o patronato» para que, ao fazer uma lei para mostrar que estava a cumprir as promessas eleitorais de 1995 relativamente à redução do horário semanal para 40 horas, permitisse que as pausas deixassem de ser contadas como tempo efectivo de trabalho. Contudo, sindicatos e trabalhadores não se deixaram envolver na patranha e desencadearam um forte movimento de protesto. Em muitas empresas, no entanto, continua a ser imposta a exclusão das pausas, o que leva milhares de trabalhadores - na sua maioria, mulheres - a cumprir horários de 41 horas e 40 minutos ou de 42 horas e meia, com descanso apenas ao

domingo e auferindo salários muito baixos (iguais ou inferiores ao salário mínimo nacional).

À porta do Ministério do Trabalho foram instaladas nove máquinas de costura. Ali permaneceram em jejum, durante dia e meio, uma centena de manifestantes mostraram como é necessário, para a saúde e até para o desempenho profissional, continuar a respeitar as pausas que há mais de vinte anos são norma no trabalho cadenciado, monótono e repetitivo deste sector.

«40 horas, sim! Vigarice, não!» foi uma das palavras de ordem mais ouvidas durante esta acção em Lisboa, tal como tem sucedido em praticamente todas as iniciativas realizadas desde o final de 1996 pelo movimento sindical unitário nos têxteis, vestuário e calçado.

Pescadores do arrasto querem medidas urgentes

A Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca aproveitou as comemorações do Dia do Pescador para reivindicar do Governo «medidas urgentes» para resolver os problemas dos trabalhadores do arrasto costeiro, em greve há mais de dois meses.

«O que se exige do Governo não são festas para comemorar o Dia do Pescador, mas sim medidas urgentes para resolver os nossos problemas», sublinha um comunicado de 31 de Maio. A federação afirma que o executivo de Guterres, «ao não tomar medidas, coloca-se objectivamente ao lado dos armadores», cujo objectivo é «quebrar os pescadores pela fome». «O que se pretende é que os pescadores, numa situação de desespero, se voltem uns contra os outros», refere a federação, que atribui ao Governo e armadores as responsabilidades pelos incidentes que se vierem a registar.

No texto, recorda-se que a 31 de Maio de 1997 foi publicado o Regime Jurídico de Contrato Individual de Trabalho a Bordo das Embarcações de Pesca, o que constituiu «uma importante vitória para todos os pescadores portugueses». Mas «esta lei ficou aquém das reivindicações e não terminou com as discriminações a que estes trabalhadores estavam sujeitos», sublinha a federação, salientando que «foi clara a cedência do Governo e de alguns partidos às pressões e chantagens dos armadores».

«Logo nessa altura denunciámos que remeter valores de subsídios de Natal, férias, salários base ou mínimos para a contratação colectiva era o mesmo que deixar estar tudo na mesma»,

lembra a federação, provando a sua razão com o facto de que «cerca de 80 por cento dos pescadores continuam sem qualquer contrato colectivo de trabalho e nos sectores onde os há - como é o caso do arrasto costeiro - os armadores recusam-se arrogante e intransigentemente à negociação».

Também na frota da sardinha da Figueira da Foz está em curso uma luta dos pescadores, que se viram confrontados com uma tentativa dos armadores para

alterar a forma como é repartido o produto da pesca, alegando que seria para pagar os subsídios de Natal e férias.

Duras surpresas

No plenário nacional realizado dia 2 em Matosinhos, os pescadores do arrasto costeiro decidiram endurecer as formas de luta. Aníbal Sousa, do Sindicato dos Pescadores do Norte, disse à Lusa que os cerca de 330

participantes no plenário, provenientes da Figueira da Foz, Aveiro e Matosinhos, «reafirmaram com muita firmeza a continuidade da luta» e decidiram realizar acções «de surpresa». O sindicalista escusou-se a revelar que tipo de acções foram propostas, acrescentando que os pescadores vão decidir de surpresa em que dia e a que hora irão ao porto de Cádiz ou ao de Vigo, em Espanha, esperar pela descarga de navios em que estão a trabalhar portugueses.

Pessoal da ex-Mundet tem apoio da CM Seixal

O presidente da Câmara Municipal do Seixal, Alfredo Monteiro, declarou-se sexta-feira solidário com os ex-trabalhadores da Mundet e garantiu que vai enviar uma carta ao ministro da Justiça, alertando para a morosidade do processo de pagamento de salários em atraso e indemnizações a 900 trabalhadores da corticeira.

No final de uma reunião de representantes dos trabalhadores com o presidente da Câmara, Fernando Morais, da direcção da CGTP, voltou a exigir do Governo que interceda junto do Tribunal da Comarca do Seixal no sentido de acelerar o processo, lembrando que a Mundet foi dada como falida em Julho de 1993. A exigência fundamenta-se no facto de, em 1977, depois de dois anos de sacrifícios dos trabalhadores para a recuperação, o então Governo de Mário Soares ter recusado a transformação da



Os trabalhadores exigem justiça (foto de um plenário em Maio)

Mundet em empresa de capitais públicos, aberta à participação dos trabalhadores, optando por devolvê-la à antiga proprietária e deixando a sua situação degradar-se de novo.

Em 1997, a Câmara do Seixal comprou a fábrica sediada no concelho - para onde está projectada a instalação da Universidade Aberta e do Museu

da Cortiça - e os armazéns da Amora.

Entretanto, o Tribunal Judicial da Comarca do Seixal tem vindo a adiar a decisão sobre o pagamento de mais de um milhão de contos de salários e subsídios em atraso e indemnizações aos 900 trabalhadores das antigas fábricas da Mundet no Seixal e no Montijo.

Vidreiros

Tomou posse dia 31 de Maio, na Marinha Grande, a nova direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, que afirmou a decisão de se empenhar, neste mandato, para que seja antecipada a idade da reforma dos trabalhadores da «zona quente» (que laboram a altas temperaturas). Sérgio Moiteiro, dirigente reeleito do STIV/CGTP, disse à Lusa que a direcção vai também procurar «realizar uma acção muito forte no reforço das estruturas de base, elegendo mais delegados sindicais e mais jovens», e vai continuar a dar o seu contributo na luta contra o pacote laboral do Governo.

Enfermeiros

A primeira Direcção da Ordem dos Enfermeiros, eleita a 21 de Abril, já possui propostas para fazer face à falta de cerca de sete mil profissionais de enfermagem, e em breve vai apresentá-las ao Governo - disse a bastonária. Na cerimónia de posse, no dia 31 de Maio, Mariana Dinis de Sousa apontou a identificação das necessidades dos serviços de saúde, em termos de cuidados de enfermagem gerais e especializados, como um dos objectivos da Direcção da Ordem. Segundo a Lusa, a bastonária alertou para que «o défice de enfermeiros que o País tem e a falta de uma política expressa para esta área».

Braga

O pessoal do bingo do Sporting Clube de Braga está a ser alvo de «terrorismo psicológico» por parte dos responsáveis do clube, acusou na semana passada a direcção do Sindicato da Hotelaria do Norte. Em conferência de imprensa, na USB/CGTP, o sindicato lembrou que, no início de Março, depois de mais uma reunião de trabalhadores, a direcção do bingo encerrou o estabelecimento durante dez dias e suspendeu 13 funcionários, a quem deixou de pagar regularmente os salários (deve parte dos ordenados de Março e os meses de Abril e Maio), «pretendendo vergá-los pela fome e levá-los a aceitar a rescisão do contrato de trabalho». O sindicato denunciou ainda o facto de, entretanto, terem sido admitidos trabalhadores para substituir os suspensos.

Entreposto

Foi convocada greve no Entreposto de Lisboa, para todos os dias úteis das primeiras duas semanas de Junho, como forma de reclamar a negociação do caderno reivindicativo, aumentos salariais justos e o fim das discriminações, informou o Sindicato dos Metalúrgicos do distrito, que promoveu na semana passada uma concentração junto à sede da empresa.

INTERNACIONAL

Movimento contra Governo brasileiro

A Frente de Oposição - que reúne o Partido dos Trabalhadores, o Partido Socialista, o Partido Democrático Trabalhista e o Partido Comunista do Brasil - lançou recentemente um movimento nacional de contestação ao Governo brasileiro, liderado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Reunida em Brasília, a plataforma de esquerda anunciou a realização de uma marcha de protesto e o lançamento de um abaixo-assinado com fim à abertura de um processo contra o presidente por «crime de responsabilidade».

Eleições na Bósnia adiadas

As eleições municipais da Bósnia-Herzegovina, previstas para Novembro, foram adiadas para o ano 2000. De acordo com o presidente da OSCE, a decisão foi tomada na quinta-feira em reunião que a organização manteve com os partidos políticos e as autoridades. Knut Vollebaek acrescentou que o adiamento concentra um «largo apoio» e «será formalmente decidido e discutido pelo Conselho Permanente da OSCE» amanhã.

Pílula autorizada no Japão

O Ministério da Saúde do Japão decidiu na semana passada introduzir a pílula contraceptiva no país, depois de a considerar «segura». Até agora este método anticoncepcional só poderia ser vendido com receita médica e em versões de alta dosagem hormonal, e o seu uso só era permitido a mulheres sofrendo de casos patológicos. As discussões sobre a pílula arrastavam-se há nove anos, tendo sido interrompidas em 1995 por ordem do Governo devido ao aumento do número de pessoas infectadas com o vírus da sida. No Japão realizam-se mais de 360 mil abortos por ano.

Etiópia pede ajuda para desminagem

A Etiópia apelou sexta-feira à comunidade internacional que lhe preste assistência financeira e técnica para a desminagem da zona de Badmé, na fronteira etíope-eritreia, tomada em Fevereiro às tropas eritreias. Segundo Adis Abeba, a zona em questão está recheada de minas antipessoal e anticarro. Segundo a Rádio Etiópia, citada pela Lusa, o projecto etíope de desminagem apela às organizações internacionais para fornecerem especialistas, equipamento e uma ajuda financeira.

África do Sul

ANC vence com larga maioria

O Congresso Nacional Africano (ANC) é o grande vencedor das eleições legislativas realizadas na África do Sul na quarta-feira, alcançando 65 por cento dos votos, ou seja, mais 55 por cento do que a formação que ficou em segundo lugar, o Partido Democrático.

Thabo Mbeki vai substituir Nelson Mandela na presidência do país. Os principais objectivos apontados pelo novo chefe de Estado são acelerar o ritmo das mudanças e melhorar as condições de vida dos mais desfavorecidos.

«Quando Mbeki assumir o seu lugar de direito, como presidente da África do Sul, podem ter a certeza de que o lugar será preenchido por um homem com profundidade e integridade, um filho genuíno de Albert Luthuli (o primeiro presidente do ANC e Prémio Nobel da Paz) e de Oliver Tambo», afirmou Mandela num dos últimos dias da campanha eleitoral, citado pela agência Lusa.

À data do fecho da nossa edição, com 99 por cento dos votos apurados, o Partido Democrático tinha 10,8 por cento, o Inkatha 8,05 e o Novo Partido Nacional 6,9.

Os eleitores sul-africanos votaram para a Assembleia Nacional e para os Parlamentos Provinciais, que nomeiam os executivos das províncias e o «premier» e definem a composição do Conselho Nacional das Províncias.

Segundo uma sondagem realizada por especialistas independentes do Conselho de Pesquisa em Ciências Humanas, 96 por cento dos sul-africanos estão satisfeitos com as eleições, considerando-as «livres e equitativas». Os responsáveis pelos inquéritos concluem que existe um «alto grau de consenso, transcendendo as linhas de divisão racial e partidária, sobre a legitimidade do processo».

Contudo, os eleitores apresentam algumas queixas, entre as quais as longas filas de espera nas mesas de voto, a complexidade do processo de inscrição pré-eleitoral, os atrasos e erros no registo e fornecimento dos cartões de identidade eleitoral.



Os sul-africanos deram uma vitória esmagadora ao ANC

«Maturidade democrática»

É consensual entre os observadores que as eleições decorreram sem ilegalidades, num clima de liberdade. Para a Associação dos Parlamentares da Europa Ocidental, o escrutínio «decorreu livremente, como em 1994, mas com menos irregularidades do que há cinco anos».

«As nossas conclusões permitem-nos felicitar a África do Sul pela liberdade do processo, ausência de censura, de intimidação, coerção e pela liberdade de acesso», afirmou o presidente da associação, Jan Nico Scholten, que sublinhou o «rápido crescimento da maturidade democrática dos sul-africanos».

Por seu lado, o grupo de observadores da Commonwealth elogiou «a forma ordeira e pacífica como as eleições decorreram, bem como o trabalho da

comissão eleitoral», salientando a tolerância política manifestada pelos partidos e pelos eleitores.

O secretário-geral da ONU destacou «a atmosfera positiva e pacífica em que decorreram as eleições e a importante participação dos sul-africanos». «As Nações Unidas, que apoiaram a luta por uma sociedade multi-racial e igualitária, não pouparam esforços para apoiar a África do Sul na consolidação da democracia e no seu desenvolvimento», afirmou Kofi Annan.



O percurso do novo presidente

Considerado como «um homem de grande cultura», Thabo Mbeki filiou-se na Liga da Juventude do ANC em 1956 com 14 anos. A partir de 1962, começou a trabalhar clandestinamente na mobilização de jovens e estudantes.

Como secretário da Associação de Estudantes Africanos foi perseguido pelas autoridades, vendo-se obrigado a abandonar o país. A fuga não correu bem e Mbeki foi preso na Rodésia do Sul (actual Zimbábue), mas, com o apoio de um deputado trabalhista da Câmara dos Comuns britânica, recebeu asilo político na Tanzânia. Passando para o Reino Unido, tira o mestrado em Economia e prossegue a difusão da luta contra o *apartheid* na Europa.

Entre 1970 e 1976, desempenha as funções de secretário-adjunto do Conselho Revolucionário do ANC na Zâmbia, negocia com o governo do Botsuana a instalação de um escritório do partido no país e torna-se representante do movimento na Suazilândia e na Nigéria.

Nomeado membro do Comité-Executivo Nacional do ANC em 1975 e secretário para os assuntos presidenciais em 1985, Thabo Mbeki assume a chefia do departamento internacional em 1989.

Desde 1985, integra várias delegações do ANC em conversações com grupos de empresários e líderes sociais e religiosos sul-africanos. Em 1990, data da legalização do partido, integra a equipa que participou na primeira ronda de negociações com o governo de De Klerk, tendo participado em todas as fases negociais de transição democrática.

Depois das primeiras eleições democráticas de 1994, é nomeado primeiro vice-presidente. Quando o Partido Nacional abandona o Governo de Unidade Nacional, Mbeki torna-se o único vice-presidente.

Em 1998, é eleito líder do ANC.

PCP saúda resultados

O secretário-geral do PCP enviou uma nota ao presidente do ANC, Thabo Mbeki, em que transmite «as mais calorosas felicitações dos comunistas portugueses pelos brilhantes e históricos resultados eleitorais alcançados» pelo partido.

Numa outra mensagem, Carlos Carvalhas saúda o secretário-geral do Partido Comunista Sul-Africano, formação que integra o ANC, destacando o contributo dado pelo seu partido nas eleições. O líder dos comunistas portugueses manifesta vontade de estreitar os laços de amizade entre os dois partidos.

Indonésia

Partidos da oposição à frente

A Indonésia foi a votos na segunda-feira, nas primeiras eleições «livres» realizadas desde a subida ao poder do ex-presidente Elias Suharto, há 32 anos.

A contagem dos votos só deverá estar concluída em 21 de Junho e os resultados oficiais deverão ser anunciados até 8 de Julho, mas as sondagens apontam para uma vitória do Partido Democrático Indonésio-Luta (PDI-L), liderado por Megawati Sukarnoputri, filha de Sukarno, o primeiro Presidente da República do país.

O Partido do Mandato Nacional, de Amien Rais, e o Partido do Despertar Nacional, fundado pelo muçulmano Gus Dur Wahid, deverão figurar nos lugares seguintes. O Golkar, o partido no poder, deve ser o quarto mais votado.

Os três primeiros poderão formar uma aliança e chegar a acordo quanto ao exercício do poder. Contudo, os seus planos podem vir a ser frustrados se o Golkar obtiver bons resultados nas zonas rurais, onde as taxas

de analfabetismo são elevadas e pouco se sabe sobre as mudanças políticas em Jacarta.

Os 112 milhões de eleitores indonésios podiam optar pelos 48 partidos que se candidataram, votando para o Parlamento Nacional, para os 27 parlamentos provinciais e para as 316 assembleias distritais. Os militares têm direito a nomear 38 deputados no primeiro, e dez por cento dos mandatos no segundo e terceiro.

Na sequência das eleições, será formada a Assembleia Consultiva Popular, o órgão máximo do país, constituído por 700 membros, que irá eleger em Novembro os próximos presidente e vice-presidente do país.

Contagens iniciais em seis urnas visitadas pela agência Lusa na capital timorense apontam para uma vitória esmagadora do PDI-L e uma abstenção de cerca de 28 por cento. Por exemplo, no bairro de Lahane o partido de Sukarnoputri recebeu 37 por cento dos votos, seguido do Golkar com 11 por cento.

A Indonésia em números

Situação geográfica - conjunto de arquipélagos no sudeste asiático (cerca de dois milhões de quilómetros quadrados, com 17508 ilhas), que se estende sobre mais de 6 mil quilómetros. As principais ilhas são Java, Sumatra, Borneo (partilhada com a Malásia e o Brunei), Sulawesi, Papua (partilhada com a Papua-Nova Guiné).

População - 206 milhões. A comunidade de origem chinesa, economicamente poderosa, representa menos de cinco por cento.

Capital - Jacarta (mais de 10 milhões de habitantes).

Línguas - (oficial). Existem 600 outras línguas e dialectos.

Religião - muçulmanos (mais de 80 por cento), cristãos (menos de 10 por cento), hindus e budistas.

Economia - as principais fontes são o petróleo, o gás, o turismo, os produtos florestais e os minerais.

Dívida - 146 milhões de dólares.

NATO exige capitulação da Jugoslávia

O acordo aceite há uma semana pelas autoridades jugoslavas para pôr fim aos bombardeamentos da NATO mal começou a ser implementado e já está a ser posto em causa. O que Aliança Atlântica exige de facto é a total capitulação da Jugoslávia, e uma vez mais ignora a ONU e o seu Conselho de Segurança.

A exemplo do que sucedeu anteriormente em Rambouillet, as exigências da Aliança Atlântica – leia-se dos EUA – e a sua prepotência põem a nu o que tanto se tem procurado escamotear sob o manto diáfano dos direitos humanos. A NATO quer entrar em acção no Kosovo sem qualquer mandato das Nações Unidas, quer o total controlo das forças no terreno e não está minimamente interessada na concretização de um plano de paz que, ao contrário do previsto no famoso Anexo B, não só não lhe dá o direito de ocupar toda a Jugoslávia como reafirma «os princípios de soberania e integridade territorial da República Federal Jugoslava».

A resolução aprovada a 6 de Maio pelo G8 (os países mais ricos do mundo e a Rússia) está longe de satisfazer as pretensões norte-americanas e dos seus incondicionais aliados britânicos, apesar de ser uma porta aberta para os seus desígnios geoestratégicos. O texto do G8 falava de deslocação para o Kosovo de «presenças internacionais eficazes, civis e de segurança, endossadas e adoptadas pelas Nações Unidas»; o texto acordado em Belgrado referia, por seu lado, que «sob a égide da ONU», uma «presença internacional de segurança, com uma participação substancial da NATO, deve ser colocada sob um comando e um controlo unificados». A Aliança exige ser a única força a ditar as regras. Por isso, nas conversações do fim-de-semana na Macedónia, os generais vestiram a pele dos diplomatas, não para negociar as condições técnicas de implementação do acordado com Belgrado, mas para dar a conhecer as suas exigências. De novo, como em Rambouillet, os jugoslavos são acusados de querer negociar o que só se pretende impor.

Mais de sete semanas depois do início dos bombardeamentos, quando os mortos, civis e milita-

res, se contam aos milhares, e tanto o Kosovo como a Sérvia se transformaram num vasto campo de destruição, a NATO continua os seus bombardeamentos e os seus ultimatos: retirada total e incondicional das tropas jugoslavas e forças de segurança sérvias do Kosovo em sete dias, desminagem do terreno, entrada imediata da NATO.

Sem garantias de segurança para as forças jugoslavas em retirada, sem desarmamento do UCK (Exército de Libertação do Kosovo), sem suspender os bombardeamentos. Como disse Jamie Shea, porta-voz da Aliança em Bruxelas, «a nossa intenção é ter os soldados da força internacional de segurança, e bem entendido os soldados da

NATO, em cada aldeia e em cada canto da rua». Resolução do Conselho de Segurança de ONU para quê? O único objectivo da NATO – ficar na região por «vinte ou trinta anos», como dizia recentemente o último embaixador norte-americano em Belgrado, William Zimmerman – não é para negociar, é para impor. À bomba, como se vê.

Atenas Conferência Internacional condena ataques da NATO

Por iniciativa do Partido Comunista da Grécia, realizou-se em fins de Maio, em Atenas, uma Conferência Internacional subordinada ao tema «A crise do capitalismo, a «globalização» e a resposta do movimento operário», em que participaram 54 partidos comunistas e operários de 45 países. O Partido Comunista Português esteve representado por Carlos Aboim Inglez, membro do Comité Central.

A guerra contra a Jugoslávia teve uma destacada presença nos debates realizados tendo sido subscrito por 48 delegados das organizações presentes um «Apelo sobre a guerra da NATO contra o povo da Jugoslávia», do seguinte teor:

«Condenamos o criminoso bombardeamento em curso da NATO e dos EUA contra o povo da R.F. da Jugoslávia.

Salientamos o facto de que, com esta injusta e agressiva intervenção, foram brutalmente violados os princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional.

Sublinhamos que esta intervenção não se verificou de modo nenhum em defesa de quaisquer direitos humanos. Inúmeros civis inocentes, tanto sérvios como de etnia albanesa, já foram assassinados.

Consideramos que a guerra desencadeada pela NATO contra um país e um povo que escolheu defender a todo o custo a sua

independência nacional, os seus direitos soberanos e integridade territorial, é o mais cruel modo de exprimir as novas orientações desta organização agressiva. Pela sua nova doutrina, ratificada oficialmente durante a cimeira de Abril de 1999 em Washington, a NATO surge com a possibilidade de intervir arbitrariamente, e sempre que ela considerar os seus interesses em causa.

Exprimimos a nossa profunda preocupação pela vasto impacto ecológico das armas da NATO no território da Jugoslávia e em toda a área dos Balcãs.

Exigimos o fim imediato do criminoso bombardeamento da NATO e a completa exclusão de qualquer escalada de guerra através do uso de forças terrestres.

Apelamos para uma solução no quadro da ONU que garanta o respeito pela integridade territorial e a inviolabilidade das fronteiras da RFJ, assim como a autonomia para a região do Kosovo e plenos direitos para todas as minorias que aí vivem, assegurando o regresso de todos os refugiados aos seus lares assim como a reparação das enormes perdas materiais.

Apelamos aos povos para intensificar a sua mobilização contra a guerra na Jugoslávia e pela paz nos Balcãs, pela incremento da solidariedade e coexistência pacífica entre todos os povos.»

Alemanha

Hora de apertar o cinto

Cortes da ordem dos 16 mil milhões de euros (cerca de 3,2 mil milhões de contos) é o que o ministro das Finanças da Alemanha, Hans Eichel, se propõe introduzir no orçamento do país para o ano 2000.

A informação, veiculada pelo semanário Der Spiegel, refere que a redução das despesas será feita «sem nenhum tabu» e afectará diversos sectores, incluindo as prestações sociais. Em decla-

rações ao jornal *Bild am Sonntag*, o próprio ministro afirmou que no próximo ano os alemães deverão «apertar o cinto» e que «nenhum domínio será tabu».

Segundo Hans Eichel, 40 por cento das despesas do orçamento federal são sociais pelo que se o governo quiser consolidar o orçamento não poderá «excluir medidas nesse domínio».

O ministro não exclui igualmente uma eventual subida da

taxa do IVA, actualmente de 16 por cento, para financiar a participação alemã na reconstrução do Kosovo e da Jugoslávia, embora considere não estarem ainda reunidas as condições para se pronunciar sobre o assunto. Os custos, disse Eichel, são «de uma ordem de grandeza ainda desconhecida e por isso não é hoje possível responder seriamente a essa questão».

O que não parece suscitar dúvidas é o «aumento regular» dos combustíveis, como têm exigido os Verdes, que integram a coligação governamental.

«Há uma série de países europeus que aplicam todos os anos um aumento razoável. Creio que será também razoável aumentarmos num longo período de tempo e em baixas percentagens os preços dos carburantes», declarou o ministro.

A possibilidade de o governo reduzir para metade o aumento previsto das reformas, avançada pelo *Der Spiegel*, foi considerada pelo Ministério do Trabalho como «pura especulação», mas segundo alguns analistas as contas foram feitas e uma tal redução representaria uma economia de 2,2 mil milhões de euros (440 milhões de contos).

As razões dos cortes orçamentais, segundo o professor Rolf Peffekoven, um dos conselheiros do governo de Bona em matéria económica, prendem-se com o facto de a Alemanha estar confrontada com um importante défice público estrutural de 17 mil milhões de euros (3,4 milhões de contos).

O défice do orçamento federal alemão previsto para este ano é de 27 mil milhões de euros (5,4 mil milhões de contos).

Em hora de apertar o cinto, quem não parece pelos ajustes são os militares. Em declarações ao semanário Focus, o general Klaus-Peter von Kirchbach, inspetor-geral da Bundeswehr (forças armadas alemãs), afirmou que no orçamento da Defesa «não se pode retirar mais nada». Uma posição contrariada pelo ministro da tutela, Rudolf Scharping, que de acordo com a mesma fonte fez saber ao Ministro das Finanças a sua disponibilidade para encerrar uma contribuição do seu Ministério para as economias orçamentais, o que até ao momento sempre tinha recusado.

O projecto de orçamento para o próximo ano deverá ser apresentado ao Conselho de Ministros, em primeira leitura, a 30 de Junho.

Argélia

Esperança de paz

O Exército Islâmico de Salvação (EIS) vai depor as armas e colocar-se sob a autoridade do Estado, informou a presidência da Argélia num comunicado divulgado domingo, em que se anuncia igualmente estar em preparação uma lei sobre uma eventual amnistia a islamitas armados.

Numa carta rubricada por Madani Mezrag, chefe do braço armado da Frente Islâmica de Salvação (FIS, ilegalizada), que em Outubro de 1997 declarou uma trégua unilateral nos combates, o movimento garante ao novo presidente argelino, Abdelaziz Bouteflika, que as suas forças estão prontas para depor as armas e colaborar com as autoridades argelinas no restabelecimento da paz.

A resposta da presidência não se fez esperar, com a promessa de uma amnistia. O projecto-lei, a

submeter ao parlamento «oportunamente», segundo o presidente Bouteflika, e cujo teor não é conhecido, «reflectirá o compromisso da nação (...) na regularização de todos os problemas de segurança e de estabilidade».

A iniciativa recolheu já o apoio Ahmed Taleb Ibrahim, antigo ministro e candidato às presidenciais de 15 de Abril último. «Renovo o meu apoio (...) a todas as iniciativas destinadas a fazer parar o derramamento de sangue e a restabelecer a segurança, a paz e a estabilidade», disse Taleb Ibrahim num comunicado, sublinhando, no entanto, que se trata apenas de «um elemento de uma solução política global para a crise», a que importa juntar a participação de «todas as vontades nacionais sinceras, incluindo da direcção política da FIS».

O responsável do projecto, major Gebre-Haneniya, anunciou que mais de 30.000 minas, postas pelo exército eritreu, foram já neutralizadas.

Ditadura argentina ainda por julgar

A presidente do Movimento das «Mães da Praça de Maio», Hebe Banafini, declarou sábado em Braga que se calcula ter havido portugueses ou seus descendentes entre as vítimas da ditadura militar que dominou a Argentina entre 1975 e 1983. Há cidadãos de pelo menos 24 países entre os 30 mil desaparecidos - lançados por aviões ao mar e aos rios -, mais 8.500 fuzilados e 15 mil que estiveram presos, disse Banafini que se deslocou a Portugal a convite do Governo Civil de Braga. A representante das mães argentinas que continuam a reunir-se todas as quintas-feiras na Praça de Maio de Buenos Aires para exigir ao poder político o julgamento dos 5600 militares envolvidos nos crimes da ditadura, considera que o Governo português «pode e deve ajudar a que a justiça seja feita, não só no caso da Argentina mas em todas as regiões do mundo onde há violações dos direitos humanos».

Vitória do SPD em Bremen

Os social-democratas alemães (SPD) conseguiram uma importante vitória nas eleições de domingo em Bremen, reconhecendo 43,1 por cento dos votos, quase mais 10 pontos percentuais do que há quatro anos. Também os democratas-cristãos (CDU) obtiveram o seu melhor resultado de sempre, chegando aos 37,7 por cento. Os grandes derrotados destas eleições foram os Verdes, passando de 13,1 para nove por cento. Segundo os analistas, a queda dos Verdes, que integram o Governo de Bona desde Outubro passado, deve-se à política do seu dirigente e ministro dos Negócios Estrangeiros, Joschka Fischer, em relação ao problema do Kosovo. Entretanto, o partido de extrema-direita DVU, apesar de não ter conseguido atingir a fasquia dos cinco por cento em toda a região, conseguiu voltar a entrar no parlamento regional de Bremen graças aos 6,1 por cento obtidos em Bremerhaven, cidade portuária do mar do Norte com pouco mais de 100 mil habitantes, que lhe permitiram eleger um deputado. Os social-democratas (SPD) e os democratas-cristãos (CDU) anunciaram que vão manter a coligação dos respectivos partidos no governo regional.

• **Adrião Cunha**, gestor • **Aguinaldo Cabral**, médico • **Aida Lawrence Cabral**, professora • **Alberto Costa**, engenheiro técnico • **Alexandra Macedo**, actriz • **Alexandre Babo**, escritor • **Aline Pereira**, fisioterapeuta • **Amável António Oliveira**, operário fabril • **Ana Fonseca**, jornalista • **Ana Isabel Tenente**, secretária • **Ana Lídia Cardoso**, professora • **Ana Luísa Rajão**, professora • **Anália Ribeiro da Silva**, funcionária pública • **André Gregório**, estudante • **Ângela Seixas**, estudante • **Anita Vilar**, psiquiatra • **António Augusto S. Delgadinho**, empresário agrícola • **António Bellini Jara**, médico • **António Borges Coelho**, historiador • **António Costa Leal**, economista • **António Gonçalves**, engenheiro • **António José Moita**, médico • **António Macedo**, jornalista • **António Paisana**, professor, artista plástico • **António Pereira Júnior**, empregado forense • **Apolinário Reis Pereira**, oficial da Marinha, reformado • **Aristides Rodrigues**, professor • **Arlente Medina**, professora • **Arlindo Moreira Jorge**, professor da ARCA • **Armanda Fonseca**, advogada • **Armando Gomes**

Sá, professor universitário • **Arménio Carlos**, coordenador da USL • **Artur Ramos**, realizador • **Bernardino J. Grilo Silva**, empregado de seguros • **Carlos Alberto Sousa**, médico • **Carlos Dutra**, escultor • **Carlos Santarém Andrade**, bibliotecário • **Carlos Santos**, actor • **Carlos Seco**, trabalhador portuário • **Casimiro António P. Menezes**, médico • **Catarina Dinis Cavaleiro**, estudante • **Cátia Barbosa**, estudante • **César Príncipe**, jornalista • **Collete Villate**, artista plástica • **Dalila Salvador**, psicóloga • **Désirée Pedro**, arquitecta • **Diogo Júlio Cleto Serra**, sindicalista • **Domingos Torgal**, professor • **Dulce Rebelo**, professora universitária • **Édola Belo**, socióloga • **Eduarda Ferreira**, estudante • **Eduardo A. Reis Mota**, professor • **Eduardo Chitas**, professor universitário • **Eduardo Pereira Marques**, médico • **Elsa César**, artista plástica • **Elsa Couchino**, psicóloga • **Emílio Peres**, médico • **Esmeralda da Cruz Carrilho Almeida**, médica veterinária • **Eva Medina**, estudante • **Feliciano David**, engenheiro • **Fernanda Alves**, actriz • **Fernanda Cabral**, realizadora • **Fernanda Lapa**, actriz • **Fernanda Montemor**, actriz • **Fernando Augusto Pacheco**, médico • **Fernando Casqueiro**, serralheiro civil • **Figueiredo Filipe**, jornalista • **Fonseca Santos**, engenheiro químico • **Francisco Alípio Fernandes**, funcionário público • **Francisco Mangas**, jornalista • **Frederico Carvalho**, investigador • **Gabriela Marques**, estudante • **Gastão Cruz**, escritor • **Gertrudes Pastor**, professora • **Glória Marreiros**, Conselheira Nacional do MDM • **Gonsalves Preto**, escritor de teatro • **Gustavo Cardoso**, ortoprotésico • **Hélder Morais**, Presidente da Associação de Estudantes do Distrito de Beja • **Helena Morgado**, professora universitária • **Helena Seródio**, professora universitária • **Henrique Viana**, actor • **Hugo Capote**, presidente da A. A. de Coimbra • **Ilda Azeredo Perdigão Almeida Dias**, economista • **Inês Fontinha**, psicóloga • **Iracema Claro**, professora • **Ivone Ralha**, pintora • **Jaime Loff**, arquitecto • **João Morais**, médico • **João Simas**, dirigente associativo estudantil • **João Torres**, coordenador da USP • **João Vizinho**, médico • **Joaquim Baptista**, engenheiro • **Joaquim Cancela**, notário • **Joaquim Carlos Simões**, industrial

• **Joaquim Ferreira**, advogado • **Joaquim Morais**, professor • **Joaquim Nogueira**, engenheiro electrotécnico • **Jorge Araújo**, editor • **Jorge Carvalho**, professor • **Jorge Costa**, arquitecto • **Jorge Machado**, estudante • **Jorge Maria Dourido**, professor • **Jorge Silva**, actor • **José Alves Monteiro**, professor • **José António D. Botelho**, comerciante • **José Augusto Monteiro**, professor universitário • **José Barata-Moura**, reitor da Universidade Clássica de Lisboa • **José Brás**, actor • **José Coutinho**, professor • **José Luís Borges Coelho**, maestro • **José Manuel F. Craveirinha**, professor universitário • **José Manuel Jara**, médico • **José Manuel P. Gonçalves**, engenheiro técnico agro-pecuário • **José Morais e Castro**, actor/advogado • **José Peixoto**, encenador • **José Pereira da Silva**, médico • **José Ribeiro**, artesão • **José Torres**, industrial • **José Veiga**



Eleições Europeias 99

Eles apoiam a CDU

Um largo número de destacadas personalidades da vida nacional manifesta o seu apoio à candidatura da CDU para o Parlamento Europeu. Na lista de pessoas que apelam ao voto na coligação, já assinada por milhares de apoiantes, ingressam diariamente novos nomes. Para além dos 1700 sindicalistas que na semana passada declararam publicamente o seu apoio à lista encabeçada por Ilda Figueiredo, entre as assinaturas recolhidas contam-se as de intelectuais, atletas medalhados internacionalmente, jovens dirigentes associativos, homens e mulheres de todos os cantos do País, muitos dos quais, embora intervindo activamente nas várias esferas da vida nacional, pela primeira vez apoiam a CDU. Na impossibilidade de citá-los a todos, destacamos apenas alguns:

Maria Amélia Nápoles Guerra, farmacêutica • **Maria Amélia Pereira**, médica • **Maria Artur Botequilha**, professora • **Maria Cândida Palminha**, técnica superior • **Maria Clementina Diniz**, psicóloga • **Maria Clementina Pereira**, actriz • **Maria de Jesus Balbino**, professora • **Maria Eugénia Palha Marques Ferreira**, médica • **Maria Fernanda Aço B. Pereira**, doméstica • **Maria Guilhermina**, jurista • **Maria Helena Dá Mesquita**, professora e crítica de teatro • **Maria Helena F. Coimbra Palmeiro**, professora • **Maria Isabel Viana**, professora • **Maria João Luís**, actriz • **Maria José Calazans Duarte**, doméstica • **Maria José Cortesão Oliveira**, economista • **Maria José Santos**, técnica de Acção Social Escolar • **Maria Luísa Veiga**, professora do ensino superior técnico • **Maria Manuela Marques Bessa**, modista • **Mário de Carvalho**, escritor • **Mário Fontan**, instrumentista • **Mário Jacques**, actor • **Nuno Paulo A. Silva**, funcionário da administração local • **Nuno Pereira**, atleta • **Orlando da Costa**, escritor • **Óscar Lopes**, professor catedrático • **Paulo Peralta**, professor • **Paulo Sucena**, presidente da FENPROF • **Pedro Frias**, estudante • **Pedro Penilo**, artista plástico • **Raquel Pereira**, cineasta • **Raul Vilas**, professor • **Rogério Fernandes**, professor • **Rogério Ribeiro**, artista plástico • **Rui F. Ferreira Alves**, comerciante • **Rui Manuel Belo**, designer • **Rui Manuel M. Silva**, bancário • **Rui Namorado Rosa**, professor investigador • **Rui Paixão**, coordenador da USS • **Salvado Sampaio**, professor • **Santiago Macias**, historiador • **Serafim Vieira**, empregado de escritório • **Sérgio Morais**, atleta • **Sérgio Oliveira Alves**, estudante • **Sérgio Santos**, trabalhador-estudante • **Severo de Melo**, professor • **Sotero da Silva**, sindicalista • **Susana Ruth Vasques**, jornalista • **Teresa Jordão**, professora • **Urbano Tavares Rodrigues**, escritor • **Vasco Sousa**, estudante • **Vera Peves**, Presidente da A. E. da Escola André Gouveia • **Vítor Magalhães**, professor do ensino superior técnico • **Vítor Paulo R. Pais**, engenheiro • **Vítor Serrão**, professor • **Vitorino Baptista**, comerciante • **Zeferrino Coelho**, editor • **Zulmira Gonçalves Gaspar**, professora



Trigo, ex-árbitro de futebol • **Laura Lopes**, advogada • **Leonoreta Leitão**, professora • **Linda Silva**, actriz • **Luís Azevedo**, advogado • **Luís Carlos Gama Pereira**, professor universitário • **Luís Filipe Costa**, realizador • **Luís Monteiro Baptista**, médico • **Luís Paulo**, dirigente associativo estudantil • **Luís Vicente Silva**, coronel • **Luísa Palma**, professora • **Magda S.A. Henriques**, auxiliar de acção educativa • **Manuel Adrega**, médico • **Manuel Artur Leão**, médico • **Manuel Lousã Henriques**, médico • **Manuel Neves**, cineclubista • **Manuela Macário**, professora • **Margarida Viegas**, engenheira •



■ Octávio
Teixeira

Membro
da Comissão Política

Que na CDU nenhum voto falte

No próximo domingo, os portugueses são chamados às urnas para elegerem os 25 deputados portugueses ao Parlamento Europeu. O facto de o Parlamento Europeu ficar "lá longe", em Bruxelas e Estrasburgo, não pode iludir-nos quanto à importância destas eleições.

Importância, desde logo, pelas competências próprias do PE, pelo papel que ele pode desempenhar no próprio evoluir da União Europeia. E, nesta perspectiva, é óbvio que existem, em questões substanciais, opções totalmente diferentes entre as várias forças políticas concorrentes ao acto eleitoral, em particular as opções e objectivos defendidos pelo PS e PSD, por um lado, e o PCP e a CDU por outro lado.

Essas questões, e diferenças, substanciais podemos agrupá-las em três grandes orientações.

Em primeiro lugar, a orientação quanto ao figurino político-institucional da União Europeia.

Para o PCP e a CDU, a UE deve sustentar-se e aprofundar-se no quadro de uma União de Estados soberanos e independentes. Ou seja, a União deve ter como pedra de toque inequívoca, a prevalência das soberanias dos diversos Estados e Nações que a integram, salvaguardando sempre o direito de veto à sua própria participação em acções ou políticas que considerem contrárias aos seus interesses próprios e à sua opção de presença no quadro político internacional.

Bem pelo contrário, para as restantes forças políticas concorrentes, e nomeadamente para o PS e o PSD, a UE deve caminhar abertamente para uma união de Estados federados, quaisquer que sejam as "nuances" com que nos acenem, em que (tão depressa quanto possível) a soberania dos Estados seja substituída pela soberania da União. A ideia do "imposto europeu" lançada por Mário Soares e PS ou a do "exército único" advogada por Pacheco Pereira/PSD são manifestações ineludíveis dessa vontade federalista.

Em segundo lugar, a orientação da UE quanto à guerra e à paz no mundo.

O PCP e a CDU defendem e propõem uma União Europeia de paz e cooperação. Isto é, uma União que, com o seu peso político, económico e cultural, seja um elemento activo da paz no mundo, da cooperação entre todos os Estados iguais em direitos, da erradicação da guerra, da defesa do primado da negociação política para a resolução dos diferendos.

Diferentemente, o PS e o PSD pugnam por transformar a UE num bloco político-militar forte, que concorra com outros blocos político-militares: EUA/América, Japão/Pacífico, China e Rússia. Isto é, defenderem a divisão do

Mundo em blocos político-militares concorrentes, capazes de poderem impor os seus interesses em qualquer região do globo, se necessário à base da força das armas. O que é o caminho mais curto para a instalação de um clima internacional de tensão que, em qualquer momento, pode deflagrar em catástrofe mundial. Aliás, a recente e provocatória designação do sr. Javier Solana para "sr. PESC", com o apoio expresso do Governo do PS, sabendo-se que ele é secretário-geral da NATO que desencadeou a guerra contra a Jugoslávia, é significativa do pendor agressivo que pretendem seja imprimido ao bloco político-militar União Europeia.

Em terceiro lugar, as orientações e prioridades da UE quanto ao desenvolvimento.

O PCP e a CDU defendem uma UE em que as orientações de políticas económicas e sociais tenham como objectivos, primordiais e indissociáveis, o desenvolvimento económico sustentado e equilibrado de todos os Estados-membros e o permanente progresso social. Defendem, afinal, o primado da coesão económica e social, em que todos os



Porque nestas eleições, o voto na CDU é o único que conta para mais esquerda no Parlamento Europeu.

PS e o PSD defendem o primado da esfera financeira, o primado de uma moeda única obediente e ao serviço do grande capital financeiro transnacional. Defendem, ao fim e ao cabo, a "inevitabilidade" da persistência na União de 50 milhões de pobres e de 18 milhões de desempregados. Defendem a completa e socialmente degradante "liberalização" do mercado do trabalho, do emprego sem direitos, e fazem coro com todos os seus parceiros na UE quanto à "imprescindibilidade" de reduzir (ou acabar com?) o Estado-providência, de reduzir a um mínimo tudo que tem a ver com a Segurança Social e com a garantia efectiva do direito à Educação e à Saúde.

Só por si, estas questões centrais intrínsecas às eleições para o Parlamento Europeu mostram a importância política destas, a importância política da escolha que os eleitores portugueses farão, a 13 de Junho, com o seu voto. E da escolha que, indirecta embora, farão aqueles que defendendo uma Europa de Estados-soberanos, de paz e de progresso económico e social, apoiando o projecto e as propostas da CDU e a seriedade e trabalho dos seus candidatos, por inad-

cidadãos e o desenvolvimento económico mais acelerado das economias menos desenvolvidas, se imponha e determine as políticas económicas, monetárias e financeiras da União.

Bem pelo contrário, o

E essa (forte) aposta táctica do PS na eventual extrapolação dos resultados de 13 de Junho coloca-se também ao nível, por exemplo, da guerra contra a Jugoslávia e de algumas propostas de lei actualmente existentes na extremamente favorável, não tenhamos dúvidas que o eng. Guterres viria proclamar publicamente que o povo português acabava de lhe manifestar o aplauso pelo facto de ter levado Portugal a participar na ilegítima, injusta e destruidora guerra contra a Jugoslávia. Do mesmo modo que algumas das peças mais gravosas do "pacote laboral" (as propostas de férias e do conceito de retribuição), que agora estão "congeladas e esquecidas" na Assembleia da República, provavelmente seriam objecto da exigência do PS para serem votadas e aprovadas, porque na sua alegação "os votos dos portugueses significariam o apoio a essas propostas" de regressão social. E o mesmo para a lei de bases da (in)Segurança Social e outras que até agora fazem, e bem, nas gavetas das Comissões Parlamentares.

Em suma, há todas as razões, europeias e nacionais, para que no próximo dia 13 de Junho, no próximo domingo, todos e cada um dos apoiantes da CDU, todo e cada cidadão que se reveja nas orientações e propostas do PCP e da CDU para a evolução futura da União Europeia, para a defesa do melhor para Portugal e para os trabalhadores da Europa e para uma política nacional de mais justiça e solidariedade, de mais esquerda em Portugal e na Europa, tomem o caminho das urnas e depositem o seu voto na CDU. Porque, nestas eleições, voto na CDU é o único que conta para mais esquerda no Parlamento Europeu.

vertência, por comodismo ou por errada subestimação eventualmente se possam abster de ir votar.

Mas as eleições do próximo domingo têm ainda importância política na perspectiva do imediato de políticas internas e das próximas eleições para a Assembleia da República, provável e desejavelmente em Outubro.

Aliás, um dos candidatos do PS para estas eleições, o Dr. Mário Soares, já se encarregou de publicamente o deixar claro. Ele já veio afirmar que não é um candidato "suprapartidário", como o quis vender o marketing do PS. Nem sequer é um candidato independente nas listas do PS. Disse, alto e em bom som, que é apenas um dos 25 candidatos do PS, e que pretende com esta participação dar o seu contributo de militante para que o PS e o eng. Guterres tentem obter a maioria absoluta nas eleições seguintes para a Assembleia da República. E, na verdade, não tenhamos dúvidas de que o eng. Guterres apenas convidou o Dr. Mário Soares para encabeçar a lista do PS visando a hipotética obtenção de mais-valias nas europeias e, ilegitimamente embora, procurar extrapolá-las para as eleições legislativas. Porque são estas que verdadeiramente lhe interessam.

Onde pára o novo Plano de Desenvolvimento Regional?

T R I B U N A

1 No fragor das eleições europeias e do caminho, já em curso, para as legislativas, está a passar ao lado, relativamente ignorado e silenciado, o denominado Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES), instrumento que vai enquadrar os programas e projectos de investimento no País, a realizar no período 2000-2006, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA) e dos respectivos meios financeiros aprovados para Portugal (cerca de 5.700 milhões de contos) na Cimeira de Berlim.

O que está em cima da mesa não é coisa pequena. A acreditar no "Relatório de Execução Anual" do II QCA e na "avaliação do impacto macro-económico do QCA em 1994-97", publicado pela Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, "estima-se que a despesa financiada por fundos comunitários" tenha originado "um impacto sobre o PIB avaliado, em termos médios, em 2,7% do PIB total da economia portuguesa" sendo que a "criação de emprego atribuível ao QCA no período 1994-97 terá rondado, em termos médios, cerca de 100.000 postos de trabalho, representando 2,2% do emprego total".

A verdade, contudo, é que estão a ser elaborados, com base no PNDES, os diversos programas sectoriais e regionais (neste caso, as chamadas Intervenções Operacionais) para o próximo QCA sem que o Governo tenha disponibilizado dados que permitam saber, para além do discurso oficial, o impacto do II QCA e dos Planos de Desenvolvimento Regional, na coesão territorial do País e na desejada redução das assimetrias, no perfil e na especialização produtiva do País, na sua inserção e capacidade competitiva no quadro da economia global, na criação de efectivo emprego com direitos, na redução dos desequilíbrios sociais e no combate à exclusão dos mais pobres e desfavorecidos. Este balanço, e um largo debate público à sua volta, são vitais antes de se proceder à elaboração dos vários instrumentos de orientação estratégica e de definição de políticas e medidas que há-de orientar o III QCA. Só assim, recolhendo os ensinamentos dos I e II QCA seria possível reorientar o programa de investimentos previstos para o período de 2000/2006. Mas nada disto foi ou está a ser feito. O Governo do Eng.º Guterres elaborou o PNDES e está a construir os novos programas sectoriais e regionais sem instrumentos credíveis de avaliação de resultados dos anteriores Quadros Comunitários de Apoio e sem qualquer debate público nem mobilização dos contributos da tão falada "sociedade civil". Neste aspecto não é excessivo afirmar que o quadro em que estes estratégicos instrumentos de investimento e desenvolvimento do País estão a ser realizados não é melhor (alguns

dirão até que é pior) do que se passou com os governos do PSD nos anteriores Planos de Desenvolvimento Regional. O diálogo com que o Eng.º Guterres e o PS encham os seus discursos têm como limite o ponto em que a participação dos interessados não interfira com a definição concreta dos modelos e das políticas.

2 É exactamente o que se está a passar com o III Quadro Comunitário de Apoio. Os diagnósticos e até, nalguns casos, as grandes questões estratégicas, parecem acolher as críticas e os contributos que o PCP, por um lado, e o poder local, por outro, têm feito aos anteriores QCA's. Mas quando se passa ao terreno do concreto, aí, nem sequer as propostas feitas pelos próprios relatórios de avaliação do Governo ou encomendados pelo Governo são assumidos.

O Alentejo – o único que, no plano regional, me foi dado apreciar com mais detalhe – é, aliás, um caso ilustrativo não só da falência declarada das políticas do Governo PS como do não acolhimento de muitas sugestões e propostas feitas.

É significativo que o projecto de Intervenção Operacional da Região do Alentejo para o período 2000/2006 (o novo PDR) volte a afirmar que o Alentejo se situa "ainda entre as 25 regiões mais pobres da União Europeia" e que "o PIB *per capita* da região Alentejo é ainda aquele que, de entre as cinco NUT's do Continente mais se afasta da média nacional (...) tendo-se mesmo verificado uma divergência no desenvolvimento da região no contexto do País". Então, o que andou o Governo PS a fazer nestes quatro anos? Este diagnóstico confirma plenamente as críticas que o PCP sempre fez não só das magras verbas que foram atribuídas ao Alentejo no âmbito dos anteriores QCA como da total inoperância e ineficácia em matéria de desenvolvimento das políticas regionais do Partido Socialista.

Por exemplo, o PCP sempre criticou a inexistência de verdadeiros Planos Integrados de Desenvolvimento, o que o PSD e o PS sistematicamente negaram. O PS até inventou, para lançar poeira para os olhos, um ProAlentejo. Mas agora podemos ler na "Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Região do Alentejo/PORA" que "a articulação entre o PORA" e os restantes programas sectoriais de intervenção na região "é frágil ou inexistente" não deixando "de surpreender a não valorização de externalidades entre os diferentes programas" no âmbito do II QCA e que "o melhor exemplo da falta de capacidade de articulação entre Programas Operacionais diz respeito ao SIR – Sistema de Incentivos Regionais". É que é reconhecido que o PORA apoiou "cerca de 18 intervenções em zonas e parques industriais" propostas pelas autarquias, o que "fornecia uma importante externalidade à actividade industrial". Só que este esforço autárquico não foi "devidamente complementado com apoios à instalação de unidades de produção nas zonas infra-estruturadas" e – acrescento eu – não foi criado um sistema efectivo de incentivos à fixação de empresas no interior desertificado do País, em particular

no Alentejo. Reconhece o relatório que estamos a citar que o PORA "poderia ter constituído o programa com mais forte vocação para promover as modificações de natureza estrutural que condicionam o seu (do Alentejo) desenvolvimento... Assim não foi e, provavelmente ter-se-ão perdido oportunidades...". E que "assistesse, assim, claramente, a um não aproveitamento e falta de valorização das sinergias". Isto é, dito por outras palavras, não há nenhum Programa Integrado de Desenvolvimento, ao contrário do que o PS tem vindo a apregoar. O que sempre tem existido – e vai repetir-se agora no III QCA – é uma listagem avulsa de investimentos tendo como preocupação central atingirem-se boas taxas de execução financeira.

Outro exemplo. O PCP sempre afirmou que um dos estrangulamentos maiores do desenvolvimento do Alentejo, senão o maior, estava no sector agrícola e na dimensão latifundiária das explorações. E o que é que encontramos agora nos diagnósticos oficiais?

Começando pelo contributo da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo/MADRP (Março/99) para o III QCA pode-se ler: "as explorações de média e grande dimensão ocupam a maior parte da superfície da região. A esta característica a que tudo o indica, parece estar associada (que pudor!) uma fraca dinâmica empresarial que tem demonstrado ser muito pouco favorável à criação de uma base económica e social competitiva e sustentável. Estes – a dimensão das explorações e a fraca dinâmica empresarial – são seguramente dois constrangimentos que não podem deixar de ser considerados num processo que requer a adopção de alterações muito profundas e complexas que estão na origem de outras fragilidades que caracterizam as explorações agrícolas regionais". Já o "Estudo para definição de uma Base Económica para a Região do Alentejo" (Dezembro/96) da responsabilidade da CCRA afirmava mais ou menos a mesma coisa: "a estrutura de posse e uso da terra, conjugada com a insuficiente iniciativa e consciência empresarial prevalente no sector agrícola alentejano, não têm contribuído positivamente para a criação de uma base económica e social, dinâmica e sustentável na região". E agora, na proposta de Intervenção Operacional para o Alentejo, reafirma-se a mesma tese, exactamente com as mesmas palavras. Só que depois, na definição das políticas concretas, nenhuma medida é proposta visando a reestruturação fundiária do Alentejo, a alteração do modelo cultural agrícola e a criação das condições para o aparecimento de uma nova "dinâmica empresarial", só possível através do acesso à terra de uma nova geração de profissionais, jovens agricultores bem como de trabalhadores agrícolas e pequenos agricultores sem terra ou com pouca terra. O Empreendimento de Alqueva, que poderá e deverá ser uma alavanca determinante para este processo, corre mesmo sérios riscos, com a actual política do PS, de repetir todos os defeitos apontados aos antigos perímetros de rega. Atrasado na sua execução, exactamente na componente mais sensível e estratégica, a agrícola, tanto na definição

do modelo cultural como na construção física das redes de rega, nada está previsto pelo Governo – nem no PDR – quanto à questão central da absolutamente necessária reestruturação fundiária dos 110.000 ha a beneficiar pela Barragem. O recente relatório do Tribunal de Contas e as notícias vindas a público na comunicação social de que na última reunião do Comité de Acompanhamento do Quadro Comunitário de Apoio foi aprovada uma "redução na componente agrícola do Empreendimento de Alqueva, no valor de dois milhões de contos, reflexo de um atraso significativo nesta parte do projecto" soam como fortes campanhas de alarme e confirmam o que aqui escrevemos em Janeiro deste ano.

É aliás sintomático das orientações do Governo PS que na mesma reunião tenha estado em cima da mesa uma proposta de corte de 2,4 milhões de contos para a investigação científica, valor que somado à verba amputada a Alqueva seriam desviados para o Governo pagar a "última tranche de incentivos à AutoEuropa". Parece que só a intervenção do representante da Comissão Europeia – até ele achou que era demais – é que impediu a concretização dessa operação escandalosa.

3 Mas os relatórios de avaliação dizem mais. Reconhecem, por exemplo, que "as autarquias são o principal promotor do Programa Operacional da Região Alentejo" e que, por isso, "a eficácia do Programa pode estar a ser posta em causa, em razão de um inadequado esquema de decisões que não envolve, com o peso desejável, as autarquias locais" nem "as Associações de Municípios" que, em outros Programas Operacionais regionais desempenham "um papel muito mais activo na gestão dos programas". Isto é, no Alentejo, o Governo PS e a CCRA afastam deliberadamente as autarquias e as suas Associações, de maioria do PCP, sendo por isso responsáveis, pela ineficácia e ineficiência dos investimentos integrados no QCA. Esperava-se que o Governo retirasse as devidas consequências deste rol de críticas. Mas não. O III QCA e os seus instrumentos em preparação ignoram completamente esta avaliação nos seus aspectos essenciais. Tal como o novo PDR se limita a repetir pela enésima vez os mesmos diagnósticos, as mesmas ideias gerais, os mesmos estudos; não quantifica o valor do investimento público previsto para o Alentejo no período 2000/2006; não define nenhuma perspectiva integrada para os programas de investimento nem envolve as autarquias bem como as estruturas representativas da vida económica, social e cultural da região.

Esta reflexão deve também ser feita para o conjunto do PNDES e do III QCA, a nível do País e dos diversos sectores de actividade. Trata-se do principal e estruturante sistema de apoios ao investimento até 2006. Não se pode permitir que, a coberto das eleições e do encerramento da Assembleia da República, o Governo defina o modelo e os instrumentos de desenvolvimento para o próximo futuro, como se de uma quinta privada se tratasse.



■ Lino de Carvalho



■ José Brinquete

O Governo é pimba...

Tal como a música pimba, também, o Governo de António de Oliveira Guterres é popular mas não presta.

Começa a ser conflagrador assistir à dança de governantes e comissários políticos do PS em visita à região, fazendo-se esquecidos das promessas feitas para estes quatro anos e tentando, desesperadamente, passar a mensagem de que no próximo Quadro Comunitário de Apoio vai correr "leite e mel" como na Terra Prometida.

Também é caricato verificar que estas comitivas arrastam a presença sistemática de duas a três dezenas de "boys" locais, que estando em todas as "sessões solenes" (até parece que não têm mais nada para fazer), ou que estão ali, só, para encher a sala e bater palmas. Os mesmos que na sua maioria, antes, nunca compareciam a estes eventos e, agora, só, comparecem porque os cargos que ocupam a isso os obrigam. É certo que nestas paisagens solônicas não comparecem os "ex-boys" do PSD — desapareceram por completo —, já não são obrigados a tanto. Assim como, também, os actuais desaparecerão quando deixarem de se sentir "obrigados" a estar presentes.

Alguém já referiu que o Primeiro-Ministro, quando fala da guerra, que declarou em conjunto com os da NATO à Jugoslávia, fala com "cara de beato sofrido". O comportamento dos governantes que nos visitam é muito semelhante. Eles debitam a "cas-sete" com um ar sofrido, e lá vão dizendo que são contra as assimetrias e a interioridade como se disso não fossem co-responsáveis. Melhor seria que assumissem a sua parte de responsabilidade. A actual situação resulta, de facto, das políticas desenvolvidas pelo seu governo. **Lata é o que não lhes falta!**

Porém, a dura realidade desmente clara e completamente os «santos» sentimentos de tão ilustres visitantes. Na esteira das políticas desenvolvidas pelo Governo do PSD/Cavaco, o Governo do PS tem sido, no essencial, uma fotocópia fiel. Só que as fotocópias, por muito boas que sejam, nunca conseguem ser a reprodução completa do original e uma má política, fotocopiada, fica má a dobrar.

Os actuais governantes sabem melhor que nós que o seu Governo, ao aceitar o Pacto de Estabilidade, estava a comprometer-se com inevitáveis medidas que iriam contrariar o desenvolvimento harmonioso do País e acentuar, ainda mais, a desertificação de todo o interior. Sabem-no e são cúmplices de tal política. Portanto, vamos ver se no mínimo há honestidade intelectual.

A procura de mais uns «votitos», em época eleitoral, não pode justificar tudo. Porque em política não vale tudo. As situações a que constantemente assistimos, de tão anedóticas, às vezes até parecem inimagináveis.

O caminho instável e errático seguido por este governo, onde nunca se sabe nem se descobre o rumo, não pode ser explicado pela repetida afirmação do diálogo, na medida em que o diálogo pressupõe acção e realização.

Já o dissemos e voltamos a repetir: bom seria que o Primeiro-Ministro voltasse ao distrito para prestar contas das promes-

as que fez, quando da sua primeira e já «célebre» Governação Aberta. Muito gostaríamos de saber onde foram gastos os 100 milhões de contos que prometeu. Bem como se no seu mapa já consta Bragança.

O representante do Governo no distrito fazia, há pouco tempo, num jornal da cidade, uma «lista de merceiros» da obra realizada por este Governo. Aquela lista, que nem sequer é original e que será exibida até à exaustão na campanha que se aproxima, ignora propositadamente o essencial. **Faz ou pretende fazer de nós todos parvos.**

Em homenagem à verdade, daqui desafiamos o Governo e o partido que o suporta a acrescentar à lista aquilo que está por fazer, designadamente: a construção do IP2; a conclusão do IP4; a construção do IC30; o alargamento e correcção de trechos das estradas que ligam a capital de distrito aos concelhos; a construção da nova linha de caminho-de-ferro com ligação a Espanha; a construção da Barragem das Laranjeiras; a construção do Hospital de Mogadouro; a rede de gás natural; a criação da Universidade de Bragança; a criação da Delegação da Polícia Judiciária de Bragança; medidas de apoio e incentivo ao investimento privado na região; a criação de postos de trabalho, nomeadamente com vista à fixação da juventude; o apoio à agricultura e aos agricultores (construção dos matadouros de Bragança e Vinhais, combate à brucelose, apoio à produção e à comercialização); o desenvolvimento do turismo e a preservação do nosso património ambiental; a construção de novos centros de saúde e o fim das listas de espera nos hospitais e centros de saúde do distrito; etc., etc., etc.

Ou então, por que não explicar o falhanço completo da aplicação das verbas do Prodouro e do Procefa, em vez de demagógica e irresponsavelmente virem, agora, falar, por exemplo, de um novo Prodouro, como têm feito ultimamente?

Também seria interessante explicar por que é que a maior fatia do Interregue, programa vocacionado para o desenvolvimento das regiões transfronteiriças, foi aplicado no litoral, na construção da rede de gás natural, que, ainda por cima, não contempla o interior, nomeadamente o nosso distrito.

Como seria de esperar que os governantes, em visita ao distrito, explicassem aos nossos comerciantes e industriais por que é que das 11 mil candidaturas do RIME (apoio às micro-empresas), só mil estão aprovadas, deixando os empresários defraudados nas expectativas criadas e «pendurados» nos compromissos que entretanto assumiram.

Temos, efectivamente, um Governo pimba. Onde a norma é a indecisão ou as iniciativas folclóricas.

Ao contrário, a região e o País precisam de um governo e de uma nova política, onde os cidadãos estejam no centro de todas as preocupações.

Os governos pimba são como as músicas pimba: têm muita popularidade mas não prestam.

■ Agostinho Lopes*

Mistificações de vento em popa

Na presente campanha eleitoral para o Parlamento Europeu (como anteriormente, a propósito da Agenda 2000 e da demissão da Comissão Europeia), desenvolveu-se, pela voz dos responsáveis do PS e do PSD, de diversos comentadores e articulistas da nossa praça, um conjunto de elucubrações na tentativa de encontrar saídas e explicações para os impasses e contradições acumulados em que a União Europeia está mergulhada, sem pôr em causa as lógicas, os objectivos e o rumo da integração comunitária em curso.

As mistificações teorizadas procuram ocultar as opções e os caminhos de uma «construção europeia» dominados pelos interesses do capital transnacional (Mesa Redonda dos Industriais, UNICE — a CIP do grande patronato europeu), das grandes potências europeias que tentam fazer da União Europeia um instrumento para a guerra económica e competição mundial, com os EUA e Japão, convergindo embora na exploração dos trabalhadores e povos do planeta.

Uma «construção europeia» cuja ideologia motora é o capitalismo neoliberal, com os seus três mandamentos: privatizações, liberalização e desregulamentação.

Procura-se ocultar a política de factos consumados da «construção europeia» do Mercado Único, de Maastricht, das reformas da PAC, de Amesterdão, da Moeda Única, Agenda 2000, do alargamento a Leste, e o culminar desse caminho com uma tentativa de constituir uma União Europeia Federal.

Há que fazer propaganda. Há que arranjar explicação para os 20 milhões de desempregados e 50 milhões de excluídos. Para as explorações agrícolas liquidadas e as fábricas deslocalizadas. Há que encontrar explicações que não ponham em causa as orientações e as políticas nacionais e comunitárias (e os políticos) de governos e oposições da direita conservadora, de governos e oposições sociais-democratas e socialistas.

As teses explicativas, justificativas e mistificatórias não resistem a uma leve aragem de senso comum!

A mitologia dos pais fundadores da Europa

A mais incrível coincidência dos pontos de vista do dr. Pacheco e do dr. Soares é exactamente a sua comum e espan-



tosa mitologia sobre os pais fundadores da Europa e os egoísmos nacionais (teses, aliás, compartilhadas por António Guterres, Teresa de Sousa e outros europeístas neoliberais).

No princípio era o verbo e é que era bom. No paraíso comunitário original não haviam os «egoísmos nacionais». Não havia a terrível crise de vocações para líderes. Não havia a falta de liderança que agora há. Aliás, é por causa dessa crise que o dr. Mário Soares vai para o Parlamento Europeu, e que é ansiosamente esperado no mesmo Parlamento Europeu o dr. Pacheco Pereira e o seu Plano Pereira.

Era o tempo dos «generosos e idealistas» fundadores: Monnet, Schumann, Spaak... Era o tempo da solidariedade do Carvão e do Aço, com a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), indústrias estratégicas no século XX... Era o tempo da necessária «solidariedade atómica e nuclear» na Europa capitalista, com a constituição da Comunidade Europeia da Energia Atómica (CEEA), base científica e tecnológica que vai marcar o século XX e determinar muito do futuro da humanidade.

Por acaso, tudo actividades centrais no desenvolvimento capitalista dos últimos 50 anos e indústrias-chave na competição com o então Bloco Socialista e os EUA, no estabelecimento da relação das forças económica e militar à escala planetária, dividindo o mundo entre países «atómicos» e países não dominando essas tecnologias.

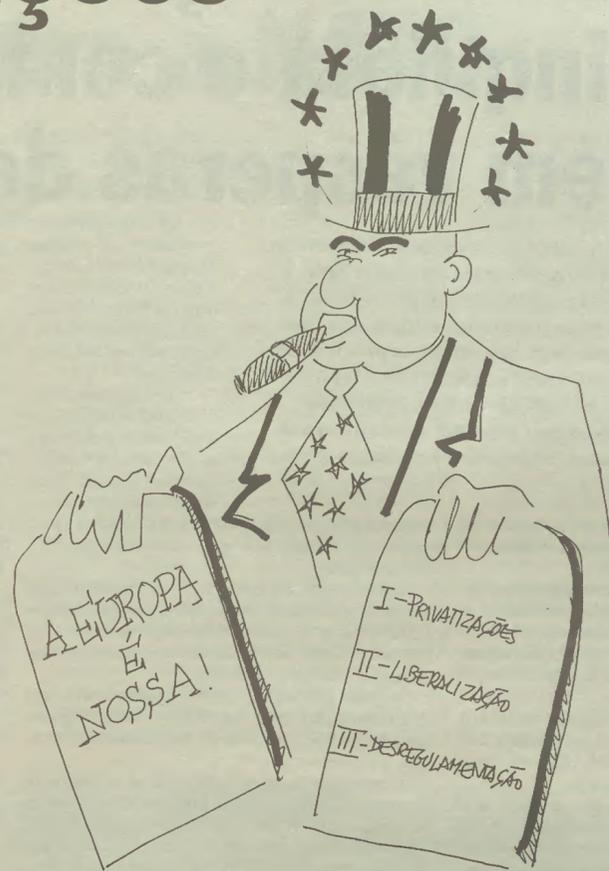
Só por acaso tudo desembocou na CEE, Comunidade Económica Europeia, a Europa-mercado e onde se processou um brutal desenvolvimento capitalista das agriculturas europeias.

Duas teses são explicitamente desenvolvidas a partir desse paraíso, perdido, no momento em que os PIGS' ferraram o dente num naco do orçamento comunitário.

Os «egoísmos nacionais»

À cabeça, a tese dos «egoísmos nacionais». Isto é, até agora, a União Europeia (e as suas anteriores versões, CECA, CEE) teria navegado num mar de solidariedade, constituindo uma espécie de Conferência de S. Vicente de Paulo para os países pobres, à custa dos orçamentos dos países ricos. Agora, brutalmente, irromperam os «egoísmos nacionais». A querer cortar-nos nos fundos estruturais, no Fundo de Coesão! A não ter em conta a especificidade da agricultura portuguesa! Com os países ricos a quererem reduzir as suas contribuições para o Orçamento Comunitário.

Mas essas cabeças pensantes não sabem que todo o processo comunitário é o resultado de uma soma de «egoísmos nacionais»? Ou melhor, dos «egoísmos nacionais» das grandes



burguesias e oligarquias financeiras desses países? Que tem sido a variabilidade das conjunturas nacionais e os diferentes contextos políticos exteriores à Europa Ocidental que têm determinado as opções e as formas desses «egoísmos nacionais»? Que tem determinado os ritmos e os processos de alargamento e adesão? Mas que nunca, nunca, os interesses nacionais, das grandes potências, deixaram de pesar de forma determinante?

Que o «maná» de fundos comunitários distribuídos a uns países menos desenvolvidos, numa dada conjuntura, tem como contrapartida a reversão desses dinheiros aos países contribuintes líquidos na dinamização dos seus sectores exportadores — um Relatório Comunitário avaliava em 40% a taxa reversão? Que esses «fundos» são aplicados no quadro estrito das políticas decididas pelas grandes potências económicas da União Europeia, implicando reestruturadas dos aparelhos produtivos e económicos nacionais, e uma redivisão europeia do trabalho favorável a esses países mais poderosos? (Ver PAC, política de concorrência, etc.)

Que aquelas «benfiteiras» dos países ricos para os países pobres são postas em causa sempre que as conjunturas económicas se agravam e milhares de desempregados batem à porta dos Estados? Que os governos conservadores ou sociais-democratas transformam essas suas «generosidades» em desculpas e respostas fáceis para os protestos e reivindicações dos trabalhadores e das massas populares dos seus países, em argumentos para pressionar

as reformas do Estado-Providência considerado demasiado generoso e responsável pela «preguiça» do factor de produção «trabalho»? Isto, naturalmente, sem beliscar o núcleo duro das suas políticas favoráveis ao grande capital transnacional e financeiro! Que, em nome dos interesses nacionais da França, De Gaulle vetou duas vezes a entrada do Reino Unido na CEE? Que, estando agora alguns pequenos países «bem amarrados» económica e politicamente ao processo de integração em curso, e desaparecida na Europa a confrontação e competição entre dois blocos com orientações sociais e políticas opostas, pela implosão da URSS, diluiu-se a importância dos fundos comunitários na conservação de áreas de influência? (As alternativas não são muitas!)

Bem avisado andava Seixas da Costa, secretário de Estado dos Assuntos Europeus, quando, a propósito da Agenda 2000, mesmo que equivocado sobre a solidariedade que nunca existiu, afirmava que «a Europa da solidariedade e da duplicação (de

fundos) começou a cair com o muro de Berlim!»

A falta de líderes

Depois, a tese peregrina da falta de líderes ou a crise de liderança. Tão subjectiva como a anterior é, se possível, ainda mais mistificatória. Primeiro, porque faz desaparecer da construção da União Europeia as suas verdadeiras forças motoras: o capital multinacional de base europeia e os interesses geoestratégicos e políticos comuns das grandes potências económicas da Europa: Alemanha, França, mas também o Reino Unido, no seu sempre subordinado papel de agente na União Europeia dos interesses imperiais dos EUA. Segundo, porque apaga os objectivos estratégicos colocados e delineados por essas forças, de uma Europa bloco político-militar, na competição e na guerra económica com os EUA e Japão. Terceiro, porque elude o contexto histórico concreto que tem estado subjacente a esta União Europeia, às suas evoluções e à sua própria intervenção nessa história da Europa pós-II Grande Guerra. Em quarto, porque se é verdade que as qualidades humanas, de liderança, de direcção, fazem inevitavelmente história e caminhos históricos, sempre as classes e os grupos sociais e políticos dominantes (como outros, e sem qualquer determinismo) têm «produzido» os homens (e mulheres) necessários para levar a bom porto os objectivos que colocaram a si próprios. A «crise» de liderança é, em quinto lugar, um absurdo quando uma galeria «notável» de experimentados dirigentes políticos e europeus da direita assumida ou da direita social-democrata e socialista estão no desemprego (Felipe Gonzalez e Kohl, entre outros).

Mistificadora, ainda, a pseudocrise de liderança, porque submerge a profunda e efectiva crise e impasses da construção neoliberal da União Europeia num mundo das «subjectividades e psicologismos», apagando o papel e responsabilidade das forças sociais-democratas e democratas-cristãs pela situação a que se chegou. É fácil dizer que a crise na União Europeia decorre da falta de líderes. Mais difícil é explicá-la sem pôr em causa as responsabilidades das forças políticas e sociais que têm comandado esta construção europeia.

* Membro da Comissão Política.

(1) PIGS, nome «carinhoso» com que alguns países do Centro e Norte da Europa tratam os países do Sul da União Europeia — Portugal, Itália, Grécia, Spain (Espanha).



■ Miguel Urbano Rodrigues

Uma França inquieta e confusa em vésperas de eleições

Ao visitar a França no final de Maio, esperava encontrar uma atmosfera diferente. Logo verifiquei que o panorama que os jornais de Paris e a televisão transmitem deforma a realidade que se depara ao forasteiro de passagem. O alarido mediático montado em torno das eleições europeias é artificial. A campanha não conseguiu despertar o interesse do povo. O discurso dos candidatos dos grandes partidos é repetitivo e voltado sobretudo para temas da pequena política. Com poucas excepções, falta-lhe autenticidade. O eleitor sente que as grandes questões que o preocupam não são tratadas de modo sério, a principiar por Maastricht e Amsterdão e a terminar na guerra contra a Jugoslávia.

A prosperidade aparente do país não ilude a maioria dos cidadãos. Os trabalhadores têm a percepção de que maus tempos se aproximam.

Não obstante a mudança de linguagem e de estilo, o governo Jospin aplica com zelo o núcleo do Plano Juppé, herdado da direita. As privatizações prosseguem. Em vinte meses empresas públicas (ou parcelas das mesmas) no valor de 100 000 milhões de francos passaram para o sector privado. A direita precisou de quatro anos para levar adiante uma tarefa comparável...

Um gigante, a EDF, Electricidade da França, caminha para a privatização. O mesmo acontece com a SNCF, a companhia de caminhos de ferro nacionais, de prestígio mundial. A ELF, outro grande, prepara-se para suprimir 2000 postos de trabalho.

A criação de novos empregos não avança. A semana das 35 horas, tema dilecto da propaganda oficial, é uma ficção. Por um lado, as transferências de empresas, apresentadas como consequência inevitável da lei, suscitam inquietação crescente; por outro lado, o regime de regulamentação das horas-extra criou uma situação paradoxal.

A média da duração da semana de trabalho, em vez de diminuir, tende a aumentar. Presentemente é de 38,5 horas semanais, segundo um levantamento promovido pelo próprio Ministério do Emprego.

A nova legislação sobre declarações de imposto está a ser vivamente contestada pelos reformados. Conquistas sociais com mais de um século e convenções colectivas

estão ameaçadas. A igualdade salarial e de direitos para as mulheres não é respeitada. No ensino, em todos os escalões, a crise acentua-se.

A grande maioria dos franceses tem hoje uma posição crítica perante as receitas do neoliberalismo e teme as consequências da globalização tal como ela se desenvolve no âmbito de uma estratégia concebida para beneficiar as transnacionais e que aumenta os desníveis sociais, o desemprego e a pobreza.

As grandes greves nacionais de 1995 exprimiram duramente a vaga de descontentamento popular a rejeição dessas políticas. Foi precisamente a recusa das «soluções» impostas pela direita aos franceses que levou os eleitores a votar em 1997 no PS.

O governo Jospin, entretanto, distanciou-se rapidamente dos compromissos assumidos. Como se assinala no Apelo dos 500, um documento tornado público por militantes comunistas de Paris, inconformados com a praxis da chamada «Esquerda Plural», o actual Governo «volta as costas às esperanças de mudança daqueles e daquelas que o levaram ao poder. Essa ausência de ruptura real com

as escolhas anteriores reduz a sua política a uma simples e perigosa alternância no poder. Esta política não é de esquerda. Alimenta a apatia e a abstenção».

Muitos milhões de franceses acham que são possíveis no quadro nacional e comunitário outras opções, muito diferentes das que determinam a estratégia de Jospin, que leva à capitulação na frente social, ao orçamento imposto pela Comissão Europeia, à vassalagem perante a Eurolândia, à recusa do referendo sobre Maastricht, à submissão a todas as exigências dos EUA.

O envolvimento do país na criminosa guerra contra a Jugoslávia abriu clivagens profundas na sociedade francesa. Aumenta a cada dia o número dos que exigem o fim imediato dos bombardeamentos da NATO. Mas o controlo absoluto do sistema mediático pelas forças (no poder e fora dele) que apoiam a agressão à Jugoslávia constitui, entretanto, um poderoso factor de pressão, de desinformação, de confusão. A nova sociedade informacional, na qual o poder político e económico se encontram indissolúvelmente ligados ao comando e uso dos meios informáticos da revolução técnico-científica, oferece-nos neste momento em França um exemplo preocupante das consequências da manipulação das consciências. Povo de grandes tradições democráticas, com uma das mais brilhantes culturas criadas pela humanidade, o francês, submetido a um massacre mediático medonho, acusa, nestas vésperas de eleições europeias, no tocante à temática da Jugoslávia, mais ainda do que o português, os efeitos do envenenamento gerado por uma gigantesca e perversa máquina de desinformação.

O que aconteceu após a já famosa carta de Régis Debray ao presidente Chirac é esclarecedor.

Debray foi no início de Maio até à Jugoslávia. Queria ver e sentir a guerra *in loco*. Esteve no Kosovo, visitou os campos de refugiados na Macedónia.

A sua Carta a Chirac foi publicada na edição de 13 de Maio de *Le Monde*.

Régis Debray não me inspira respeito humano desde a sua participação nos acontecimentos ligados à trágica guerrilha de Nanchuan. É um intelectual sem coragem que começou a perder na Bolívia o sentido da dignidade. Sinto-me portanto plenamente à vontade para salientar aqui que, desta vez, excepcionalmente, me identifico com uma iniciativa e um texto do ex-assessor de Mitterrand. Debray contou na Carta a Chirac o que viu e ouviu. E foi isso que incomodou muita gente influente em França. O relato do escritor visitante deita abaixo o folheto montado em torno da *purificação étnica* e da suposta barbárie sérvia. A realidade por ele captada apaga a ficção imposta pela engrenagem promotora ou cúmplice da agressão à Jugoslávia.

A reacção provocada pela Carta a Chirac excedeu, pela violência, paixão e irracionalidade, o que os próprios generais da NATO poderiam imaginar. Debray foi transformado durante dias em alvo preferencial dos ataques de políticos, escritores, jornalistas de muitos quadrantes ideológicos. Eu estava então em Paris e tive a oportunidade de acompanhar a ofensiva. Não lhe perdoaram ter revelado verdades incómodas para o sistema.

Debray, sabe-se, não tem fibra; não é capaz de enfrentar os adversários, não tem o gosto do combate. Assustou-se. Num programa de televisão, em que foram filmá-lo em casa enquanto o insultavam numa mesa-redonda, vacilou, meteu os pés pelas mãos. Mas a sua Carta a Chirac permitiu a milhões de franceses perceber que estão a ser enganados sobre a guerra desencadeada contra a Jugoslávia, essa guerra de agressão, repugnante, que levou Lionel Jospin a declarar na Assembleia Nacional, em tom farisaico: «É em nome da justiça e da liberdade que intervimos militarmente.»

O tema Jugoslávia pesou muito, naturalmente, na campanha eleitoral. Uma parte significativa da hoje chamada *gauche caviar*, pluralista mas agora também belicista, alinha com a posição defendida por Jospin.

Gerou-se uma situação tão carregada de equívocos e contradições que, enquanto o Front National, de Le Pen, exige o fim dos bombardeamentos, uma parcela ponderável da esquerda adopta uma atitude passiva ou de cumplicidade com a agressão. Nas bases do Partido Comunista, por exemplo, causa um enorme mal-estar o facto de três dos seus candidatos ao Parlamento Europeu serem independentes que apoiam a intervenção da NATO (dos EUA) na Jugoslávia.

A poucos dias das eleições europeias, a única certeza é a de que o voto dos franceses (e a abstenção maciça que se prevê) não poderá clarificar muito uma conjuntura confusa na qual uma melhor compreensão de questões que condicionam o futuro do país e o da humanidade é decisivamente prejudicada pela perversão mediática.



EM FOCO

Bielorrússia contra a NATO

■ Luís Carapinha

Semanas antes de se consumar o alargamento da NATO a leste e do início dos ataques à Jugoslávia que logo se lhe seguiram, o presidente bielorrusso, Aleksander Lukachenko, reafirmava a oposição categórica do seu país à expansão da aliança, lembrando que o papel de polícia mundial da NATO e as suas acções de "pacificação" já provocaram muitas mortes.

A posição bielorrussa - país onde ainda permanece viva a memória da barbárie nazi que ceifou mais de dois milhões de habitantes da república - de recusa da expansão da NATO, consubstanciada por uma política activa e consequente de aproximação e integração com a Rússia e outros países da C.E.I., particularmente a Ucrânia, que abarca todos os domínios (incluindo naturalmente a esfera militar) são alguns dos factores que destoam dos planos americanos para a região e chamam a atenção para este país pouco falado pelos *media* em Portugal, onde no final de 1991 os presidentes da Rússia, Ucrânia e Bielorrússia, respectivamente, Iéltsin, Kravchuk e Chuskevitch, se reuniram e deram o último golpe na URSS, por via da assinatura do inconstitucional acordo que criava a Comunidade dos Estados Independentes (C.E.I.).

A República da Bielorrússia é um estado interior situado na Europa Oriental, vizinho da Rússia, Letónia, Lituânia, Polónia e Ucrânia, com cerca de 10,3 milhões de habitantes e 208 000 km² de superfície. A esmagadora maioria da população é constituída por bielorrussos, russos e ucranianos; o país possui dois idiomas oficiais - o bielorrusso e o russo, ao qual foi conferido esse estatuto após consulta popular realizada em 1996. Este facto demonstra as fortes ligações históricas, culturais e afectivas que unem os dois países.

A época soviética deixou o país dotado com um sector agropecuário desenvolvido e uma indústria especializada e de tal modo integrada que a Bielorrússia era conhecida como a «oficina de montagem» da URSS e o seu povo altamente instruído, culto e qualificado.

O «enxerto» nacionalista

Liquidada a URSS, Chuskevitch tentou à custa dum verdadeiro «enxerto» de nacionalismo, à semelhança da política de Kravchuk na Ucrânia (embora o factor nacionalista não assumisse de modo algum a importância e expressão verificadas na Ucrânia), cimentar a sua «independência», submetendo o país às «leis do mercado» e interesses do Ocidente e voltando costas à Rússia, cujo poder político estava na altura ocupadíssimo com a terapia de choque liberal e a desagregação e destruição das ligações económicas e políticas no espaço da ex-URSS.

As consequências da vaga de «independência» que varreu a Rússia e todas as antigas repúblicas da URSS são sobejamente conhecidas, e também na Bielorrússia elas resultaram numa acentuada quebra económica e degradação social.

À sombra da crise, o projecto de «renascimento nacional» emperrava, levando mesmo a que já em 1993-94 o então primeiro-ministro bielorrusso Kebich, que entretanto se tinha tornado o principal protagonista político do país, advogasse uma maior integração económica com a Rússia! Kebich era considerado o candidato favorito para as eleições presidenciais de 1994 mas a sua carreira política acabaria por ser irremediavel-

pente comprometida pela sua participação no processo que conduziu o país à depressão social e económica. Os resultados das eleições de 1994 são sintomáticos da avaliação feita pelo povo bielorrusso das reformas liberais empreendidas a coberto do manto da «independência» - Aleksander Lukachenko foi eleito presidente «contra tudo e todos» na engrenagem política então vigente (em que naturalmente se incluíam as sondagens que o colocavam em quarto lugar nas intenções de voto), contando somente com o apoio popular à sua invulgar vontade e capacidade política ao serviço dum programa que, basicamente, preconizava não apenas o reatar de uma política de aproximação à Rússia mas também uma inversão radical na política de «reformas» antipopulares.

A ascensão ao poder deste antigo director de *sovkhoz* e deputado bielorrusso, que se revela um político hábil mas firme e consequente, operou efectivamente uma mudança diametral no rumo do país, caracterizada, no essencial, pelo abandono da política de liberalização a todo o custo e a adopção, no contexto das novas condições históricas surgidas, de uma trajectória política de continuidade e aproveitamento do legado e potencial criados na época soviética.

Assim, na agricultura não é permitida a especulação fundiária, o sistema de *kolkhozes* recebe forte apoio estatal o que permite à Bielorrússia ser um país auto-suficiente a nível ali-

mente comprometida pela sua participação no processo que conduziu o país à depressão social e económica.

intenção dos dois países de formar uma união política e económica.

Uma guerra surda

São os próprios índices económicos que testemunham o acerto das opções tomadas: segundo dados estatísticos do insuspeito FMI, a quebra da produção foi ultrapassada já em 1996, e a previsão do PIB para 1998 apontava para uma subida de 7% (segundo os resultados bielorrussos a subida efectiva cifrou-se em 8%) e a dívida externa é pouco expressiva.

Tudo factores preocupantes para Washington que como é sabido «veta» à nascença qualquer hipótese de possível reconstituição e integração de um espaço político, económico, cultural comum entre países da antiga União Soviética.

Por tal, os EUA juntamente com os seus acólitos europeus, têm movido contra Lukachenko uma incessante guerra surda de isolamento e desestabilização com a utilização de meios poderosos de propaganda e contra-informação (que silenciam e vilipendiam a real situação do país e promovem a oposição), de financiamento de forças nacionalistas extremistas (como a pró-fascista frente nacional bielorrussa), órgãos de comunicação e organizações com pretensões sindicais ligados a sectores oposicionistas, de ingerência grosseira nos assuntos internos e pressão económica (à Bielorrússia é negado o acesso a créditos externos) e política.

Esta campanha orquestrada chegou ao ponto dos EUA, acompanhados pela OSCE, não reconhecerem os resultados do

referendo constitucional de 1996, em que a esmagadora maioria da população aprovou as propostas de Lukachenko, que incluíam a dissolução do soviete supremo eleito na fase agónica da URSS e a criação dum novo parlamento constituído por duas câmaras.

Apesar das ajudas externas, a tática de agitação social da oposição e de claro empolamento do confronto político e institucional não tem conseguido recolher apoio popular expressivo. A maioria da população apoia o presidente Lukachenko.

Essa é também a posição do Partido Comunista Bielorrusso, oficialmente reconstituído num congresso realizado

em finais de 1996 no seguimento da cisão verificada no seio do Partido dos Comunistas da Bielorrússia, fruto das posições da sua direcção de alinhamento com as forças nacionalistas e de isolamento da participação das bases. O PCB, que é hoje um dos mais influentes partidos na sociedade bielorrussa (o seu primeiro secretário, Viktor Chikin, é vice-presidente da câmara de Minsk), elogia o papel do presidente na «luta contra as privatizações selvagens, o extremismo nacionalista, o capital especulativo e a corrupção» e apela ao apoio activo às «acções de Lukachenko em defesa das conquistas do socialismo e da união com a Rússia e outras ex-repúblicas da URSS».

O tempo dirá se a Bielorrússia poderá continuar a resistir à onda hegemónica e ameaça de agressão norte-americana (depois da Jugoslávia, a Bielorrússia é o alvo a seguir dos EUA na «guerra» pela domesticação e controlo final da Rússia), mas o seu percurso político dos últimos cinco anos e os resultados alcançados, enfrentando uma conjuntura adversa marcada pelo refluxo da implosão soviética não deixa de ser notável e ímpar no quadro da ex-URSS, constituindo um factor a ter em conta para o futuro.



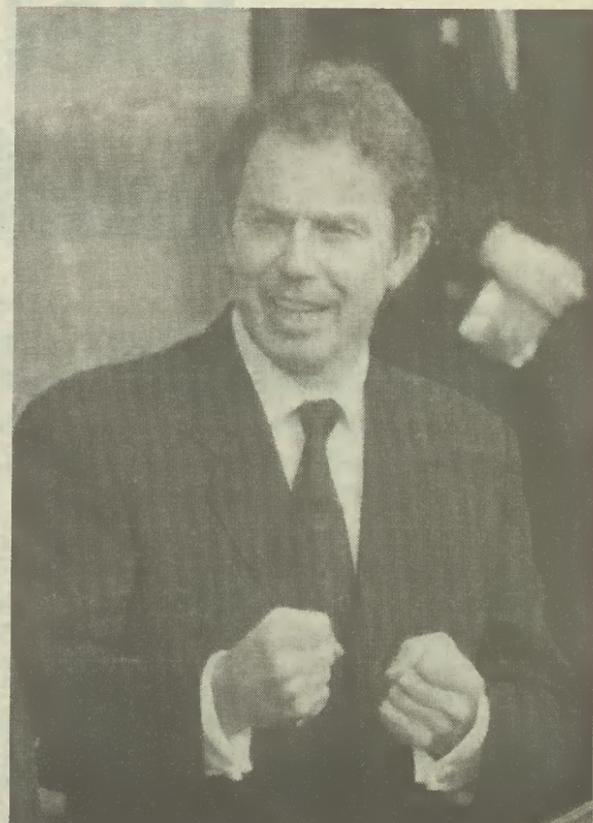
mentar (a Rússia, por exemplo, tem que importar mais de 40% dos alimentos que consome); os sectores estratégicos da indústria e economia são mantidos sob o controlo estatal; são recusadas as receitas do FMI e a política de privatizações em massa do património do Estado e consequente constituição de oligarcas e grupos monopolistas; a capacidade de defesa e segurança nacional não é descurada e o papel e imagem das forças armadas é respeitada; na esfera social é feito um esforço para assegurar o cumprimento das obrigações sociais, assegurando postos de trabalho, pagamento regular de salários e pensões; as áreas da educação e saúde não são «abandonadas».

Estes são factores que contrastam pela positiva com a situação de descalabro social verificada na Rússia, Ucrânia e outros países da Europa oriental e ex-repúblicas da URSS, fruto da linha neoliberal adoptada.

Simultaneamente, foram fortemente impulsionadas as relações e cooperação com a Federação Russa, processo que culminou em Dezembro último, apesar da enorme oposição da chamada «quinta coluna» russa, com a declaração de

EM FOCO

■ Manoel de Lencastre



Mr. Blair = Mr. «Bluff»

Os resultados das eleições escocesas para o Parlamento de Edimburgo constituíram um choque para os trabalhistas «blairistas» do New Labour que, apesar da esmagadora maioria absoluta no Parlamento de Westminster alcançada nas últimas eleições gerais britânicas, continuam a governar sem princípios, sem ideologia e sem política digna desse nome. Tony Blair, o grande Mr. Bluff da situação britânica, viverá, ainda, para arrependê-lo da demagógica decisão de facilitar o retorno do parlamento escocês que fechara em 1707 quando a exausta Escócia se entregou ao poder imperial inglês. Viverá, ainda, repetimos, para arrependê-lo da sua política imprecisa e cheia de concessões aos fanáticos protestantes da Irlanda do Norte e da vergonhosa e criminoza liderança que tem assumido na guerra contra o povo sérvio da Jugoslávia. Mas os oportunistas de carreira nunca se arrependem. Quando surgirem as ruínas dos seus actos como primeiro-ministro britânico, procurará justificar-se.

Depois das eleições de 6 de Maio (parlamento escocês, assembleia galesa e locais em Inglaterra), a posição dos trabalhistas apresentava-se aos olhos de todos os observadores que não estão ao serviço de Tony Blair, como tendo chegado, finalmente, à encruzilhada fatal impossível de evitar. No País de Gales, o partido nacionalista Plaid Cymru, com 17 lugares ganhos, impediu os trabalhistas-blairistas de conseguirem a maioria absoluta forçando-os a considerar um governo de coligação com os liberais-democratas.

Entretanto, em Inglaterra, perdiam o governo em mais de 30 câmaras municipais importantes incluindo Sheffield que era trabalhista desde 1929. Mas, na Escócia, a situação apresentava-se muito mais complexa e caracterizada por outros contornos. O Partido Nacional Escocês (SNP) tinha declarado que se vencesse com maioria absoluta organizaria um referendo, no fim do primeiro ano de governo, quanto à reconquista da independência. O povo escocês, porém, sempre cauteloso e circunspecto, não deu a maioria a nenhum dos partidos e escolheu os trabalhistas como partido para governar neste primeiro parlamento. Mas deixou bem abertas as portas para todas as hipóteses possíveis.

um. A abertura oficial do Parlamento pela rainha terá lugar no próximo dia 1 de Julho. Sem pompa e sem circunstância porque a monarquia não está em posição de tentar utilizar um grande «show» tradicional quando boa parte do povo escocês nada quer com os Windsor e a maioria do eleitorado SNP é republicano.

Eleito Donald Dewar como primeiro-ministro escocês, os trabalhistas tiveram de negociar um contrato de apoio parlamentar e político com os liberais-democratas. Donald Dewar não é um político qualquer. O povo escocês não tem problemas em dar-lhe uma oportunidade para governar nas áreas «devolvidas» por Westminster – transportes, educação, serviços de saúde, prisões, habitação. O problema surgirá quando a política nacional de Blair comprometer o governo de Dewar e fizer mergulhar a credibilidade do «New Labour» para funduras ainda mais insondáveis. Então, o SNP surgirá como a inevitável alternativa. É por isso que o diário londrino conservador «The Daily Telegraph» escrevia após estas momentosas eleições: «Blair já perdeu o controlo.»

Perdeu o controlo

Os trabalhistas, assim, entraram no Parlamento de Edimburgo na posição de maior partido, com 56 lugares. Porém, os 35 eleitos pelo SNP não só impedem a maioria absoluta que Blair pretendia como passam a ocupar uma posição de onde partirão para explorar os erros trabalhistas e a catástrofe a que a acção pseudo-imperial de Blair conduzirá. Os conservadores conseguiram 18 lugares, os liberais-democratas, 17, e os «verdes»

O princípio

O novo governo escocês tem oito ministérios e controla o aparelho judicial. Dispõe de 10 000 funcionários públicos e ocupará-se da administração de todo o país, mas não dos negócios estrangeiros, da defesa, da política dita macro-económica, da regulamentação financeira e da segurança social. Estas áreas estratégicas ficam nas mãos do governo britânico e do parlamento de Westminster.

Tenha-se em conta que os sectores da Educação e da Justiça nunca, de facto, tinham deixado de ser administrados na Escócia, apesar do Tratado da União. O Serviço Nacional de Saúde é outro campo que o «Scottish Office» dirigia, directamente, em Edimburgo, tal como os serviços prisionais. O «Scottish Office», de que Donald Dewar era o presidente, representava o governo britânico na administração da Escócia. Continuará a existir mas, a partir de 1 de Julho, as suas instruções emanarão do governo de Edimburgo e não de Londres.

Costumava dizer-se que, na situação criada pelo Tratado da União de 1787, a Escócia era governada por 50 pessoas – os políticos do «Scottish Office», os principais executivos ao seu serviço, os juizes, os chefes da polícia – os funcionários que decidiam ajudar certos projectos de desenvolvimento económico. A existência do novo parlamento conduzirá, sem dúvida, a um controlo democrático mais vivo e actuante e, sobretudo, mais visível.

Um olhar sobre

No momento em que o Parlamento escocês abrir, oficialmente, o país não poderá deixar de olhar o passado para melhor compreender o presente. A Escócia viveu uma existência atribulada e tumultuosa em séculos de História e de lutas contra os usurpadores ingleses. Mas tinha conseguido afirmar a sua independência depois das épicas batalhas travadas por William Wallace (Stirling Bridge, 1297) e Robert Bruce (1314 em Bannockburn). No século XVI, as lutas religiosas incendiaram a alma do povo escocês John Knox, o calvinista supremo, alimentou um ódio terrível contra o catolicismo, que ainda hoje tem raízes. Tentou o governo pelas forças do movimento religioso protestante. Evidentemente, falhou. O governo de Deus tinha de falhar quando o capitalismo ganhava momento em Inglaterra e todos os proponentes da iniciativa privada preparavam o salto mortal sobre as propriedades e os valores da velha Igreja católica.

A chegada da rainha Mary, «Queen of Scots» deu esperanças àqueles que sonhavam com o ressurgimento do passado. A bela monarca, porém, tornou-se escrava das suas próprias paixões. Derrotada na batalha de Langside (perto de Glasgow) em 1568, deixou o poder total nas mãos dos protestantes que haviam já proclamado o protestantismo como religião infalível e única no país. Mas o filho de Mary, James VI, subiu ao trono em Inglaterra. Inaugurou-se um período de relativa harmonia entre os dois povos e a chegada de James VI a Londres como James I de Inglaterra cativou a imaginação de toda a Escócia. Seria a paz, finalmente? Seria a fraternidade?

A Guerra Civil inglesa destruiria todas as possibilidades de existência pacífica entre a Escócia e a Inglaterra. A ameaça que pesava sobre a pessoa do rei Charles I levou a procurar a protecção escocesa. E Montrose, que em condições morais estaria ao lado da



Glasgow bombardeada pela Luftwaffe

Dewar – «First Minister» da Escócia

Estivemos em Glasgow no último dia da campanha eleitoral. O nosso hotel era mesmo junto a Sauchehall Street, uma artéria moderna cheia de belos estabelecimentos que faz uma espécie de fronteira entre o centro tradicional, onde todas as grandezas e misérias de Glasgow se revelam, e a cidade industrial destruída pelas ilusões assassinas do capital financeiro que anda a governar o mundo. Na rua, um considerável número de fotógrafos representando toda a imprensa britânica. Uma voz fresca e quase persuasiva de rapariga, anuncia: «Ladies and gentlemen – dentro de 30 minutos chegarão os “leaders” do Partido Trabalhista, Donald Dewar e John Prescott. Eles vos explicarão o programa do trabalho para a Escócia.» A indiferença das pessoas era impressionante.

Meia hora mais tarde, ouviram-se os apitos estridentes das motocicletas da polícia. Depois, surgiram os automóveis com os orquestradores da campanha, os que batem palmas, os que dizem «Apoiado!», os que olham para quem está próximo na esperança de encontrarem alguém conhecido, os da segurança, os que trabalham junto dos jornalistas para cativá-los – enfim, toda a equipa democrática (?) essencial numa eleição dos tempos modernos. Chegou o autocarro com os políticos. Juntaram-se, então, cerca de 50 pessoas. Tanto Donald Dewar como John Prescott davam a impressão de acabar de chegar de uma missão perigosa. Olhavam para as pessoas com extrema desconfiança. Um apresentador anunciou as figuras dos dois importantes



políticos trabalhistas e estes ganharam, gradualmente alguma confiança. Dewar, declarou: «Queremos três votos do povo escocês – o voto regional, o voto local e, acima de tudo, o voto para o Parlamento. Já todos sabem que o Labour não falta às suas promessas.» Mas um pequeno grupo de activistas do SNP interrompeu, gritando: «E nós queremos o fim dos vossos três objectivos – o fim do desemprego, da pobreza e da exclusão.»

Instável...

John Prescott é o número dois do governo britânico. É

vice-primeiro-ministro. O seu passado como dirigente sindical dava-lhe alguma credibilidade. Como superministro dos transportes suscitou algumas esperanças quando se pronunciou disposto a revogar a lei que privatizou os comboios – mas logo lhe calaram a boca. Mesmo assim, tentou pôr em prática a sua natureza de homem do povo, dizendo: «Vejam bem o meu caso: sou galês, sou membro do governo britânico e aqui estou a propor um governo trabalhista para a nova Escócia. Não é isto bonito?»

Uma salva de palmas sublinhou estas palavras. Mas eram as palmas dos que ali

estavam só para isso. Muito público que andava às compras evitou o comício. Então, Donald Dewar explicou o programa trabalhista para o Parlamento.

Donald Dewar, ao ser eleito e, depois, nomeado como «First Minister», ganhou um lugar na História da Escócia. Trata-se de um advogado de vastos recursos, de um homem pouco expansivo, de um operador político com raras capacidades. Viu-o trabalhar na Câmara dos Comuns em condições nada fáceis quando o governo de John Major abusava da paciência do povo britânico. Agora, chegado onde está, promete um profundo trabalho nos sectores da educação, da saúde e da luta contra os cancro sociais que afligem o povo da Escócia. Tinha começado a sua carreira como deputado pela circunscrição de Aberdeen South ao Parlamento de Westminster em 1966. Depois, venceu eleições sucessivas por uma circunscrição de Edimburgo. O terreno que vai pisar a partir da sua investidura no cargo de «First Minister» é desconhecido e os problemas são muitos e de proporções consideráveis. A Escócia espera que ele cumpra o seu dever. O SNP aguarda que o processo se desenvolva. Tudo está dependente do governo de Londres e da sua capacidade de financiamento das propostas do «New Labour» que fizeram eleger 56 deputados. O governo escocês é uma coligação com os liberais-democratas. Uma coligação instável que os problemas do futuro se encarregarão de tornar mais instável, ainda.

Trajectória para o futuro

06.05.1999: Eleições na Escócia e no País de Gales para o Parlamento de Edimburgo e para a Assembleia galesa em Cardiff;

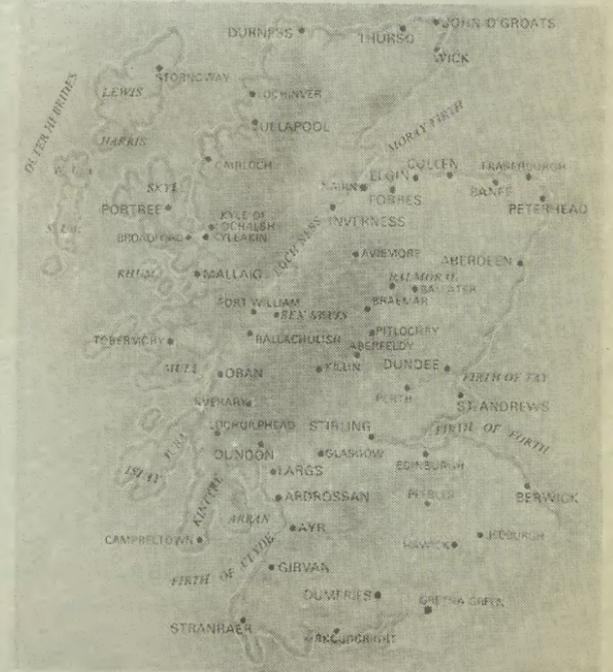
11.05.1999: Apresentação dos eleitos galeses na Assembleia;

12.05.1999: Primeira reunião dos eleitos escoceses. O Parlamento de Edimburgo ficou instalado, provisoriamente, no «Assembly Hall» da Igreja da Escócia. Reuniu pela primeira vez há 293 anos e em Setembro de 2001 passará a funcionar no palácio de Holyrood que se encontra em obras de reconstrução;

13.05.1999: Eleição de Donald Dewar (trabalhista) para o cargo de «First Minister» (primeiro-ministro). O Parlamento escocês trabalha com muito mais flexibilidade do que o de Westminster. O estabelecimento das regras e procedimentos que presidirão ao seu funcionamento ocupa-o há semanas. As suas primeiras tarefas foram o estabelecimento de acordos quanto às horas de funcionamento, ao número de dias da sessão anual e à eleição de comités;

26.05.1999: Abertura oficial da Assembleia galesa pela rainha;

01.07.1999: Abertura oficial do Parlamento de Edimburgo, pela rainha.



Evolução histórica do SNP (Scottish National Party) ou Partido Nacional Escocês

1934 – Fundação do partido;

1945 – Eleição do primeiro deputado ao parlamento de Westminster (Robert McIntyre) pela circunscrição de Motherwell. Mas, meses depois, o lugar perdeu-se para os trabalhistas nas eleições gerais que levaram Clement Attles ao poder;

1967 – Vitória de Winnie Ewing na eleição parcial para um lugar por Hamilton;

1970 – Quando se descobriu a existência do petróleo no mar do Norte, o SNP conseguiu o seu primeiro deputado directamente nas eleições gerais;

1973 – Vitória em Govan onde Margo MacDonald é eleita;

1974 – Nas eleições gerais de Outubro, o SNP consegue 11 lugares em Westminster relegando os conservadores (Ted Heath) para o terceiro lugar no terreno eleitoral escocês;

1979 – Num referendo organizado pelos trabalhistas (James Callaghan) 51,6% do eleitorado escocês votou a favor da reabertura do Parlamento. Mas o «não» de 48,4% foi suficiente para negar a maioria necessária que era de 2/3 (dois terços);

1979 – Numa votação histórica, os deputados escoceses do SNP contribuem para a derrota de James Callaghan no Parlamento de Westminster. Esta derrota do chefe trabalhista deu lugar às eleições gerais que levaram ao poder a sinistra figura que é Margaret Thatcher. Mas, nessas mesmas eleições, o SNP apenas ganhou dois lugares (Western Isles e Dundee East);

1987 – Nas eleições gerais, o SNP ganha três lugares. O seu actual secretário-geral, Alex Salmond, vence na circunscrição de Banff & Buchan;

1988 – O ex-trabalhista e sindicalista Jim Sellars ganha a eleição parcial em Govan;

1992 – Nas eleições gerais, o SNP perde Govan mas consegue manter os restantes três lugares que ocupa em Westminster. A sua votação subiu para 21%;

1997 – Nas eleições gerais, sobe para 22% dos votos escoceses e ganha 6 lugares;

1998 – Em sondagens à opinião pública escocesa, o SNP ultrapassa os trabalhistas pela primeira vez;

1999 – Nas eleições para o Parlamento de Edimburgo, o SNP elege 35 deputados para ocupar o lugar do segundo maior partido político na Escócia. Este resultado impediu os trabalhistas de obterem a maioria absoluta.

O passado

revolução inglesa, teve de lutar pela monarquia. A sua derrota enfraqueceu a posição do rei que, depois da vitória de Cromwell em Preston (1648), seria executado no ano seguinte. Os escoceses aclamaram, em 1658, o Charles II que viria a casar com uma princesa portuguesa. Mas Cromwell vingou-se e fez da Escócia uma espécie de terra aberta para todas as perseguições, assassinios, violações, apropriações e roubos.

Quando os orangistas chegaram ao poder em Inglaterra, a Escócia ofereceu-lhes a coroa também. E começou a invasão dos protestantes no Ulster onde, rapidamente, se apropriaram das melhores terras. O protestantismo, assim, tendo já feito da Escócia um país ajoelhado aos pés do obscurantismo religioso, preparavam-se para submeter e destruir o catolicismo na Irlanda. Na base dos interesses do capitalismo, escoceses e ingleses entendiam-se, maravilhosamente, na Irlanda como nos seus próprios países. A ideia da independência escocesa tinha de recuar porque o poderio das forças económicas em jogo esgotava as possibilidades da Escócia. Em 1707, o Tratado de União entre os dois países entrava em pleno funcionamento e a Escócia aderiu à Grã-Bretanha. Partiu, portanto, com os ingleses, para a construção do Império.

Soldados e evangelistas, colocaram-se nas primeiras linhas da luta imperial contra todos os povos do mundo. Estiveram contra Portugal no Chire e em Macequece (1890-91). Mas, como estamos a ver, a Escócia, apesar de arrancada do primitivismo em que existia nos dias de Oliver Cromwell, acabou como grande vítima da era industrial e hoje...

Mary, rainha dos escoceses, decapitada na Torre de Londres em 1558



Oliver Cromwell

Catarina de Bragança, princesa portuguesa que veio a casar com Carlos II de Inglaterra

AGENDA

Grande fecho de campanha

Sexta-feira, dia 11

16.00 - PORTO

Arruada
(Partida
da Rua de Cedofeita)Com: Ilda Figueiredo,
Honório Novo
e João Amaral

21.00 - LISBOA

Festa-comício
no ColiseuParticipação: Beatriz Matias,
Manuela Cunha, Honório Novo,
Sérgio Ribeiro, Joaquim
Miranda, Ilda Figueiredo
e Carlos Carvalhas
Espectáculo com *Quadrilha*

Mais CDU no Parlamento Europeu

Hoje, Quarta-feira, 9

Alcochete - Baile popular às 22 horas

Aljezur - Contactos com a população no mercado de Aljezur e em localidades do concelho, a partir das 9.30 horas, e sessão de esclarecimento, às 21.30 horas, na Junta de Freguesia de Odeceixe - iniciativas em que participa o candidato Mário Sousa.

Almada - Distribuição de documentos nos mercados da Costa, Charneca e Sobreda

Almodôvar - Sessões de esclarecimento em Graça de Padrões (19 horas) e Semblana (21 horas).

Amadora - Sessão com reformados, na Quinta da Laje, às 15 horas.

Barreiro - Festa popular CDU no Lavradio (Largo do Mercado, a partir das 22 horas), com Dinis de Almeida

Faial (Açores) - Contactos com as populações nas freguesias da cidade, a partir das 17.30 horas; sessão pública de esclarecimento na Horta (21 horas, Auditório da Caixa de Depósitos), com José Decq Mota.

Lousada - Visitas de Honório Novo à Feira de Lousada (às 9 horas) e a empresas do concelho.

Mértola - Sessões de esclarecimento em Corte de Pinto e em Penilhos.

Moita - Sessão de esclarecimento em Sarilhos Pequenos, às 21.30 horas, com Sérgio Ribeiro

Odivelas - Noite do Fado, no Largo D. Dinis, a partir das 21 horas. Intervenção de António Andrez.

Ourique - Sessões de esclarecimento em Santana da Serra (16 horas), Panóias (18.30) e Torre Vã (21 horas).

Palmela - Sessão de esclarecimento nos Leões de Cajados, às 21.30 horas, com Valdemar Santos.

Pico (Açores) - Contactos com as populações no concelho das Lajes.

Prior Velho - Sessão com reformados, no Centro de Dia, às 15 horas, com Vítor Alves.

Santa Maria da Feira - Sessão de esclarecimento na Junta de Freguesia, às 21 horas, com Honório Novo

Santarém - Visita de Sérgio Ribeiro à Feira Nacional da Agricultura, às 11 horas.

Santo António dos Cavaleiros - Sessão com reformados, no Centro de Dia, às 15 horas, com Aurélio Santos.

São Miguel (Açores) - Contactos com as populações na Lagoa.

Serpa - Sessões com Joaquim Miranda: em Vale de Vargo (no Centro Cultural, às 18 horas) e em Pias (na Casa do Povo, às 21 horas). Porta-a-porta em Santa Iria e em Vale dos Mortos.

Terceira (Açores) - Contactos com as populações das freguesias da Praia da Vitória.

Vidigueira - Colóquio sobre o combate à toxicod dependência, às 15 horas.

Quinta-feira, 10

Alcochete - Sessão com reformados, às 22 horas.

Almodôvar - Porta-a-porta em S. Barnabé.

Barreiro - Convívio musical no Espaço CDU, às 22 horas.

Marco de Canaveses - Almoço de apoiantes CDU na Escola da Livração (às 13 horas), seguido de caravana pelo concelho, com Honório Novo.

Mértola - Sessões de esclarecimento nos Picoitos e nos Fernandes.

Moita - Convívio no Pinhal da Av. 1.º de Maio / Vale da Amoreira, a partir das 14 horas.

Montijo - Porta-a-porta a partir das 10 horas, com Domingos Abrantes.

Nazaré - Jantar-debate no restaurante Sinfonia, às 19.30 horas, com Sérgio Ribeiro.

Palmela - Ações de esclarecimento em todo o concelho e durante todo o dia, com Luís Sá; almoço-convívio no Bairro Alentejano, às 13 horas.

Sexta-feira, 11

Almada - Visita aos Centros de Dia da URPICA a partir das 14 horas; caravana automóvel para o comício de Lisboa (partida às 19.30 horas)

Barreiro - Arruada no Largo da Santa, às 17 horas

Faro - Contactos com a população na Rua de Sto. António, a partir das 18 horas, com Mário Sousa.

Lisboa - Almoço de Sérgio Ribeiro com trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos (Sede), a partir das 12 horas.

Mértola - Caravana automóvel no concelho.

Vidigueira - Caravana automóvel no concelho, a partir das 17.30 horas

Em 13. Junho

no Parlamento Europeu

Mais
CDU

Mais Esquerda, melhor Portugal

Iniciativas
com Carlos Carvalhas
e Ilda Figueiredo

Hoje

12h30 - Barreiro: Almoço com ORT's, no Nicola, com Ilda Figueiredo.

19h00 - Setúbal: Encontro com jovens, no «Octubrus Bar», com Carlos Carvalhas e Ilda Figueiredo.

20h00 - Setúbal: Jantar-convívio no restaurante «O Quintal», com Carlos Carvalhas e Ilda Figueiredo.

22h00 - Corroios: Festa popular, no Largo do Mercado; comício com Carlos Carvalhas e Ilda Figueiredo.

Quinta-feira, 10

11h00 - Santarém: Carlos Carvalhas, Ilda Figueiredo e Sérgio Ribeiro visitam a Feira Nacional da Agricultura.

21h30 - Braga: Comício-festa na Praça da República (junto à Arcada), com Carlos Carvalhas, Ilda Figueiredo e Joaquim Miranda.

Sexta-feira, 11

10h00 - Almada: Partida da Rua Capitão Leitão, junto ao CT do PCP, da arruada CDU em direcção ao Centro de Almada, com Carlos Carvalhas e candidatos ao PE.

16h00 - Porto: Arruada CDU de encerramento da campanha no Porto (partida da Rua de Cedofeita), com Ilda Figueiredo, Honório Novo e João Amaral.

19h00 - Seixal: Jantar-convívio, junto ao CT do PCP (Rua João de Deus), com intervenção de Carlos Carvalhas e Joaquim Miranda.

21h00 - Lisboa: Comício-festa de encerramento da campanha eleitoral, no Coliseu dos Recreios, com Carlos Carvalhas, Ilda Figueiredo, Joaquim Miranda, Sérgio Ribeiro, Honório Novo, Manuela Cunha e Beatriz Matias.

Juventude CDU na campanha

Setúbal - Hoje, dia 9, contactos com os trabalhadores da Autoeuropa e da Indelma; à tarde, encontro com jovens no Octubrus Bar, com a presença de Ilda Figueiredo; Quinta-feira, dia 10, festival de bandas no Seixal.

Coimbra - Jantar da Juventude CDU, hoje a partir das 20 horas, com Vanda Santos.

Covilhã - Arraial da Juventude, hoje à noite no Centro de Trabalho do PCP.

Lisboa - Quinta-feira, 10, durante todo o dia, jornada de propaganda da Juventude nas praias.

Tempos de antena na TV

DIA	Televisão *	TA **
4.ª feira, 9	RTP2	21.39h.
5.ª feira, 10	RTP1	19.06h.
	SIC	19.12h.
6.ª feira, 11	TVI	19.06h.
	RTP1	19.10h.
	RTP2	21.36h.
	SIC	19.13h.
	TVI	19.10h.

Tempos de antena nas rádios

Hoje - 11h44 (RDP), 20h15 (RFM), 20h20 (RR) e 23h10 (RC)

Quinta-feira - 7h25 (RC), 11h39 (RDP), 11h50 (RR e RFM), 20h25 (RDP), 20h40 (TSF) e 21h20 (Nostalgia)

Sexta-feira - 7h13 (RC), 11h38 (RR e RFM), 11h39 (RDP), 20h28 (RDP), 20h37 (RFM), 20h57 (TSF), 21h37 (Nostalgia) e 21h47 (RR)

Plenários
de membros das Mesas

Sábado, dia 12, às 17 horas, realizam-se nos Centros de Trabalho do PCP de Cacém e Queluz plenários para membros das Mesas, Delegados e outros camaradas envolvidos no acto eleitoral.

Felgueiras

Auditório da Assembleia Municipal

Hoje, quarta-feira, às 21.30 horas

Sessão pública com João Amaral sob o tema

A guerra na Europa e a necessidade de um novo rumo

* Início das emissões às 19 h.

** Horários aproximados das emissões dos tempos de antena da CDU

TELEVISÃO



No habitual horário envergonhado reservado aos notáveis, passa segunda-feira depois da meia-noite na RTP2 um documentário biográfico sobre Bento Caração

Quinta, 10

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.00 Praça da Alegria
- 10.55 Sessão Solene do Dia de Portugal
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.50 Canção de Lisboa (de Contínelli Telmo, Port./1933, com Vasco Santana, Beatriz Costa, António Silva, Teresa Gomes, Manuel Santos Carvalho. Comédia)
- 15.40 O Amigo Público
- 17.30 Antigos Orfeonistas
- 18.55 Ecoman
- 19.00 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
- 19.15 Os Lobos
- 20.00 Telegiornal
- 21.25 Hóquei em Patins (1/4 Final)
- 22.45 Maria Elisa
- 00.35 24 Horas
- 01.25 Ciclismo
- 01.40 Táxi para o Canadá (de Christopher Leitch, EUA, com Maureen O'Hara, Jason Beghe, Catherine Bell, Paul McKenna. Telefilme / Comédia)

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.45 Os Três Mosqueteiros (de George Sidney, EUA/1948, com Gene Kelly, Lana Turner, June Allyson, Van Heflin. Aventuras / Comédia)
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Hugo
- 18.55 Futebol: Portugal-Argentina
- 19.55 Civilizações do Passado
- 20.55 Portugalmente
- 21.15 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Do Fundo do Coração (de Francis Ford Coppola, EUA/1982, com Frederic Forrest, Teri Garr, Raul Julia, Nastassja Kinski. Romântico / Musical)
- 00.55 Vietnam: A Vida Depois da Morte

SIC

- 07.00 Circo Mágico da Coreia
- 08.00 Buéréré
- 11.30 Jetsons, o Filme (de William Hanna e Joseph Barbera, EUA/1990, com as vozes de Mel Blanc, Tiffany, George O'Hanlon. Animação)
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Modelos em Transe
- 15.00 Liga de Mulheres (de Penny Marshall, EUA/1992, com Tom Hanks, Geena Davis, Madonna, Lori Petty. Ver Destaque)
- 17.00 A Filha de Medusa II
- 18.55 No Sofá Vermelho
- 19.00 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
- 19.15 Andando nas Nuvens
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Suave Veneno
- 22.00 Esta Semana
- 23.30 A Febre da Selva (de Spike Lee, EUA/1991, com Wesley Snipes, Annabella Sciorra, Spike Lee. Drama)
- 03.00 Último Jornal
- 02.35 Andrea Bocelli
- 03.55 Vibrações

TVI

- 09.00 Animação
- 12.00 Pérola Negra
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Sangue do Meu Sangue
- 15.00 Samantha
- 16.00 Animação
- 18.00 Robocop
- 19.00 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
- 19.15 Asas nos Pés
- 20.15 Nightman
- 21.15 Directo XXI
- 22.00 Em Legítima Defesa
- 24.00 As Malhas do Crime
- 03.00 Terra: O Conflito Final
- 04.00 Competente e Descarada
- 04.30 Desporto

Sexta, 11

RTP 1

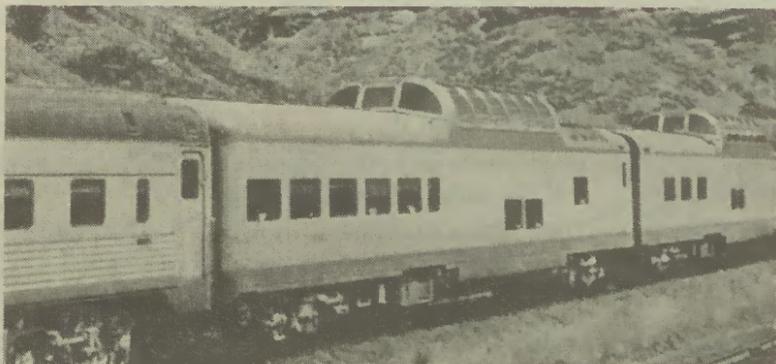
- 08.00 Infantil
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.40 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Consultório
- 14.45 Nas Asas do Destino
- 15.40 Malha de Intrigas
- 16.30 O Amigo Público
- 18.15 País, País
- 18.45 País Regiões
- 19.00 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
- 19.15 Os Lobos
- 20.00 Telegiornal
- 21.25 Hóquei em Patins (1/4 Final)
- 22.45 Principal Suspeito
- 01.00 Anúncios de Graça
- 01.40 24 Horas
- 02.05 Tênis: Roland Garros
- 02.30 NBA

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.45 Terra Selvagem
- 16.00 O Caminho das Estrelas
- 17.35 Euronews
- 18.00 Programa Religioso
- 18.30 Hugo
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 19.30 Andebol (Final da Taça de Portugal)
- 21.00 Portugalmente
- 21.30 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece (Entrevista)
- 24.00 Uma Pistola
- 01.00 Máscaras da Música

SIC

- 08.00 Buéréré
- 10.00 Sic 10 Horas
- 12.00 Zázá
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Juiz Decide
- 15.00 Você Decide
- 16.00 Fátima Lopes
- 17.55 No Sofá Vermelho
- 18.00 Meu Bem Quer
- 19.00 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
- 19.15 Andando nas Nuvens
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Um Sarrilho Chamado Marina



«A Europa de comboio», documentário que apetece repetir na vida: ao domingo na RTP2

- 21.40 Suave Veneno
- 22.50 Ponto de Encontro
- 24.00 Carga Branca (de Daniel Reardon, EUA/1995, com David Bradley, David Dugan. Acção)
- 02.10 Último Jornal
- 02.45 Na Lista do Assassino (de Buddy Van Horn, EUA/1988, com Clint Eastwood, Liam Neeson. Policial)
- 05.15 Vibrações

TVI

- 09.00 Animação
- 12.00 Pérola Negra
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Sangue do Meu Sangue
- 15.00 Samantha
- 16.00 Animação
- 18.00 Robocop
- 19.00 Campanha Eleitoral: Eleições Europeias
- 19.15 Asas nos Pés
- 20.15 Nightman
- 21.15 Directo XXI
- 22.00 Os Reis da Música Nacional
- 24.00 Justiça Final
- 03.15 Competente e Descarada

Sábado, 12

RTP 1

- 08.00 Infantil/Juvenil
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Top+
- 15.20 Solteiros
- 15.50 Estrada Viva
- 16.45 Hóquei em Patins: Final
- 18.00 Fórmula 1 - GP do Canadá
- 19.15 Amigos
- 20.00 Telegiornal
- 21.25 Santa Casa
- 23.00 Já que Falamos em Sexo
- 23.30 Nash Bridges
- 00.30 24 Horas
- 01.20 Aberto Até de Madrugada (de Robert Rodriguez, EUA/1995, com George Clooney, Quentin Tarantino, Harvey Keitel. Ver Destaque)
- 03.10 Desafio Mortal (de Joseph Wein, EUA/1993, com Ross Kettle, Noon Combes. «Thriller»)

RTP 2

- 09.00 Universidade Aberta
- 11.30 Aventuras Espaciais
- 12.00 Contos Assombrosos
- 13.20 Dinheiro Vivo
- 14.00 Estranhos em Casa
- 15.00 Desporto 2
- 20.10 2001
- 20.45 Departamento de Homicídios
- 21.40 Ugh
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 O Lugar da História
- 23.35 Allô, Allô!
- 00.05 Liga de Cavalheiros
- 00.35 Absolutamente Fabulosas
- 01.05 Annie Hall (de Woody Allen, EUA/1977, com Woody Allen, Diane Keaton, Tony Roberts, Carol Kane, Paul Simon, Shelley Duvall. Ver Destaque)

SIC

- 08.00 Buéréré
- 11.55 O Nosso Mundo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Big Show Sic
- 15.00 Noivas de Santo António
- 18.00 Big Show Sic
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Mundo VIP
- 22.00 Marchas Populares
- 01.00 Malucos do Riso
- 01.30 Marchas Populares
- 02.00 Último Jornal
- 03.00 Portugal Radical

TVI

- 09.00 Animação
- 12.20 Top Rock
- 13.30 Contra-Ataque
- 15.00 O Judeu (de Scott Rosenfelt, EUA/1994, com Joe Mantegna, Anne Archer, Paul Reiser. Drama)
- 17.10 Santa Balbúrdia - I (de Peter Bogdanovich, EUA/1999, com Al Waxman, David Alan Grier, David Keely. Desporto)
- 19.00 Colégio Brasil
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 O Segredo das Estrelas
- 22.35 Operação de Resgate (de Larry Shaw, EUA/1993, com Lindsay Wagner, Robert Loggia, David Clennon. Catástrofe)
- 00.50 Presas e Predadores (de John Eyres, EUA/1993, com Bill Paxton, Lindsay Frost, Louis Gossett, Jr., John Hurt. Ficção Científica)
- 02.45 Casos de Arquivo

Domingo, 13

RTP 1

- 08.00 Infantil / Juvenil
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Made in Portugal
- 15.15 Saber & Fazer
- 15.50 Ferro e Fogo
- 17.05 Jet Sete
- 17.55 Eleições Europeias
- 01.40 24 Horas

RTP 2

- 09.00 Programa Religioso
- 09.30 Infantil/Juvenil
- 10.30 Eucaristia Dominical
- 11.30 Europa de Comboio
- 12.20 Heróis em Acção
- 13.10 Ekhaya
- 14.00 Jornal de África
- 14.30 Rotações
- 15.00 Desporto 2
- 20.05 Artes e Letras «Salman Rushdie»
- 21.05 A História de Tom Jones
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Horizontes da Memória
- 23.10 Hair (de Milos Forman, EUA/1979, com John Savage, Treat Williams, Beverley D'Angelo, Annie Golden, Dorsey Wright. Ver Destaque)

SIC

- 08.00 Buéréré
- 12.00 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 VIP
- 15.00 Rex, O Cão Polícia
- 16.00 Marchas Populares
- 19.00 Especial Eleições
- 22.00 Cantigas da Rua
- 23.10 O Regresso do Polícia Cyborg (de Sam Firstenberg, EUA/1994, com David Bradley, Morgan Hunter, Jill Pierce, Artes Marciais)
- 01.30 Último Jornal
- 02.05 Portugal Radical

TVI

- 09.00 Animação
- 11.00 Programa Religioso
- 11.10 Missa
- 13.05 Os Últimos Paraísos na Terra
- 14.00 Os Gordos
- 15.00 Os Últimos Dias do Paraíso (de John McTiernan, EUA/1993, com Sean Connery, Lorraine Bracco. Drama)
- 17.00 O Agente Canino (EUA/1998, com Nathan Cavaleri, Emillie François, Billy Connolly. Drama)
- 19.00 Colégio Brasil
- 21.00 Directo XXI
- 21.40 Marés Vivas
- 22.35 Causa Justa



A série «Jornalistas» caminha rapidamente para o top de audiências

Segunda, 14

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.40 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Consultório
- 14.45 Nas Asas do Destino
- 15.40 Malha de Intrigas
- 16.30 O Amigo Público
- 18.15 País, País
- 18.55 País Regiões
- 19.15 Os Lobos
- 20.00 Telegiornal
- 21.00 Nós, os Ricos
- 21.35 Canções da Nossa Vida
- 23.00 Guerra Fria
- 24.00 24 Horas
- 00.55 Máquinas

RTP 2

- 14.00 Informação Gestual
- 15.45 Rumo ao Sul
- 16.35 O Nosso Charly Enjeitado
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Universidade Aberta
- 19.00 Hugo
- 19.30 Um, Dó, Li, Tá
- 21.00 Portugalmente
- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Claxon
- 23.20 A Coroa e o País
- 23.50 Novos Heróis
- 00.45 Biografia: «Bento de Jesus Caração»

SIC

- 08.00 Buéréré
- 10.00 Sic 10 Horas
- 12.00 Zázá
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Juiz Decide
- 15.00 Você Decide
- 16.00 Fátima Lopes
- 17.55 No Sofá Vermelho
- 18.00 Meu Bem Quer
- 19.00 Andando nas Nuvens
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.50 Conversas da Treta
- 21.20 Suave Veneno
- 22.20 Roda dos Milhões
- 00.40 Toda a Verdade
- 01.40 Último Jornal
- 02.15 Os Filmes do Século: «As Gold Diggers de 35» (de Busby Berkeley, EUA/1935, com Dick Powell, Adolphe Menjou, Gloria Stuart, Alice Brady. Ver Destaque)
- 04.00 Portugal Radical
- 04.30 Vibrações

TVI

- 09.00 A Fúria do Destino
- 09.55 TVI Jornal

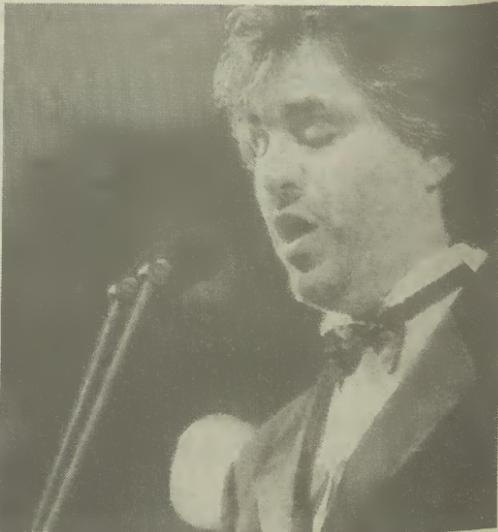
Terça, 15

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.40 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Consultório
- 14.45 Nas Asas do Destino
- 15.40 Malha de Intrigas
- 16.30 O Amigo Público
- 18.15 País, País
- 18.45 País Regiões
- 19.15 Os Lobos
- 20.00 Telegiornal
- 21.25 Cromos de Portugal
- 22.10 Herman 99
- 00.30 Dharma e Greg
- 00.55 24 Horas
- 01.45 Seaquest, Brigada Submarina

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.45 Derrick
- 16.30 Uma Janela sobre a Natureza
- 17.40 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Hugo
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 20.10 O Macaco Dourado
- 21.00 Portugalmente
- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Ler para Crer



De que se faz e como se fez o êxito do jovem tenor Andrea Bocelli: a Sic mostra-o nesta quinta-feira, em fecho de emissão

- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Sinais do Tempo ou Zoom
- 23.45 Terror no Espaço

SIC

- 08.00 Buéréré
- 10.00 Sic 10 Horas
- 12.00 Zázá
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Juiz Decide
- 15.00 Você Decide
- 16.00 Fátima Lopes
- 18.00 Meu Bem Quer
- 19.00 Andando nas Nuvens
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Jornalistas
- 22.10 Suave Veneno
- 23.20 Amor e Vingança (de Bob Misiorowski, EUA/1993, com Michael Paré, Barbara Carrera, Michael Ironside. Acção)
- 01.20 Último Jornal
- 01.55 Médicos Sem Fronteiras
- 03.25 Vibrações

TVI

- 09.00 A Fúria do Destino
- 09.55 TVI Jornal
- 10.00 Animação
- 12.00 Pérola Negra
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Sangue do Meu Sangue
- 15.00 Samantha
- 16.00 Animação
- 18.00 A Patrulha do Tempo
- 19.00 Asas nos Pés
- 20.00 Nightman
- 21.00 Directo XXI
- 21.40 Quero Justiça!
- 22.40 Não Falarás (de Masrini Kitzrosser, EUA/1997, com Lysette Anthony, William Moses. Drama)
- 00.50 O Homem dos Meus Sonhos
- 02.15 Competente e Descarada
- 02.45 Casos de Arquivo

TVI

- 09.00 A Fúria do Destino
- 09.55 TVI Jornal
- 10.00 Animação
- 12.00 Pérola Negra
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Sangue do Meu Sangue
- 15.00 Samantha
- 16.00 Animação
- 18.00 A Patrulha do Tempo
- 19.00 Asas nos Pés
- 20.00 Nightman
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Marés Vivas
- 23.00 O Rasto do Gang (de Rafael Zielinski, EUA/1993, com C. Thomas Howell, Renée Humphrey. Drama)
- 01.15 Acerto Final (de Sean Penn, EUA/1995, com Jack Nicholson, David Morse, Robin Wright, Anjelica Huston. Drama)
- 03.10 Competente e Descarada
- 03.45 Desporto

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...



Tom Hanks e Geena Davis, dois dos principais intérpretes de «Liga de Mulheres», filme de Penny Marshall

Liga de Mulheres

(Quinta, 15.00, SIC)

O enredo deste filme constitui apenas um pretexto para assistir a uma comédia cheia de momentos hilariantes e, por vezes, comoventes: trata-se de uma história, situada na época da II Grande Guerra, que gira à volta de uma equipa feminina de *baseball* americano, num tempo em que os homens combatiam no teatro de guerra, na Europa. É natural, assim, que sejam os intérpretes os principais responsáveis pelo êxito do filme, com um Tom Hanks irresistível no papel de um treinador bêbado, antigo e célebre jogador, que se encarrega de formar a equipa, e Geena Davis e Madonna, nas figuras de duas das suas surpreendentes jogadoras. Para passar o tempo.

Annie Hall

(Sábado, 01.05, RTP2)

Alvy Singer é um cómico profissional que não consegue disfarçar a sua constante tendência para a depressão. O facto é que Annie Hall, a sua companheira, de boa educação burguesa, acaba de deixá-lo, apesar de tudo ter tentado para se adaptar aos «humores» de Alvy. Mesmo assim, sempre se vão reencontrando de tempos a tempos e é precisamente nestes reencontros que o que é mais fabuloso e característico na arte histriónica e cinematográfica de Woody Allen vem a primeiro plano, sobretudo nas irresistíveis cenas em que as suas nevroses e manias da perseguição se intrometem nas relações do casal. Com uma fotografia soberba de Gordon Willis, eis um dos filmes justamente mais aplaudidos do grande cineasta norte-americano, aliás muito pouco visto nas nossas televisões.

Aberto até de Madrugada

(Sábado, 01.10, RTP1)

Colaboração de dois cineastas de culto de certa cinematografia norte-americana – Quentin Tarantino e Robert Rodriguez, este último o realizador propriamente dito deste filme, que se segue a outras obras de estreia como *El Mariachi* e *Desperado* – *Aberto até de Madrugada*, escrito por Tarantino, conta-nos uma histórica fantástica e ao velho estilo dos filmes de *série B*, na qual um pai de família e os dois filhos se vêem envol-



Annette Bening e Warren Beatty, casados na vida real, são o par de apaixonados de «O Amor da Minha Vida», de Glenn Gordon Caron

vidos numa noite de verdadeiro terror. Mas, para os mais reticentes ao género, diga-se que as referências sublinham a profusão de cenas hilariantes e um manancial de efeitos especiais que contribuem para os condimentos indispensáveis. A descobrir.

Hair

(Domingo, 23.10, RTP1)

Claude, filho de um proprietário agrícola do Middle West dos EUA, está em vésperas de partir para o Vietname. É então que encontra Berger e o seu grupo *hippy* e também Sheila, uma jovem burguesa. Para «festejar» a sua despedida, uma festa é organizada em sua honra. Mas é Berger que responde à chamada em vez de Claude e parte para a guerra. Nas imagens finais, vemos todo o grupo reunido junto do túmulo de Berger, que morreu no campo de batalha, enquanto que se ouve a canção *Let the Sun Shine in*. Realizado sem grande fulgor ou imaginação por Milos Forman, este filme, adaptação ao grande ecrã da peça-musical do mesmo nome, apenas resiste ao passar do tempo enquanto um dos ícones inegáveis do movimento *hippy* e da luta da juventude norte-americana contra a Guerra do Vietname.

Blaze, Amor Proibido

(Domingo, 01.30, TVI)

O argumento desta obra cinematográfica desenvolve-se nos meios políticos dos Estados Unidos – desta vez com a história da «ligação escan-

dalosa» de um governador da Louisiana a uma *strip-teaser*. O problema do filme, que teve uma fraca carreira comercial, é nunca ter sabido centrar-se na verdadeira história que queria contar, já que, no outro prato da balança, apresenta como outro trunfo forte (e altamente concorrente) o ambiente político e social do Sul dos EUA – as lutas dos negros pelos seus direitos cívicos. Destaque para uma grande interpretação de Paul Newman e para a estreia de Lolita Davidovich, no papel de Blaze Starr.



Diane Keaton e Woody Allen, em «Annie Hall», um dos melhores filmes deste realizador

As Gold Diggers de 35

(Segunda, 02.15, SIC)

Depois da verdadeira obra-prima que foi o filme *Gold Diggers de 33*, realizado por Mervyn LeRoy – e que constitui uma peça preciosa da cinematografia norte-americana do período da Depressão (transformada, pela «máquina dos sonhos» de Hollywood em elemento de desvio das atenções face aos dramas e a miséria que grassavam pelos EUA) – este *Gold Diggers de 35* está alguns furos abaixo, atenuando-se bastante a sua magia original. Agora realizado por Bubsy Berkley, o mago do *musical* e das espetaculares encenações de bailados para o cinema de Hollywood, é preciso esperar pelo número final – o espantoso *Lullaby of Broadway* – para experimentar todo o fulgor que o primeiro filme havia despertado por completo. A este filme seguir-se-ia, ainda, *Gold Diggers de 37*, agora de Lloyd Bacon.

O Amor da Minha Vida

(Quarta, 22.15, RTP1)

Não há dúvida que os argumentos originais de *Love Affair* e *An Affair to Remember*, ambos baseados em histórias de amor muito idênticas e realizados respectivamente em 1938 e 1957 por Leo McCarey (o primeiro com Charles Boyer e Irene Dunne e o segundo com Cary Grant e Deborah



A versão cinematográfica de «Hair», de Milos Forman, esta semana na RTP 1

CABO & SATÉLITE



Uma obra reconstruída de G. W. Pabst, no Arte

Não é, seguramente, uma das obras-primas do cineasta alemão George Wilhelm Pabst, mas o interesse que aqui nos desperta o filme *Crise* (*Abwege*, 1928, mudo, com banda sonora), tem que ver com três aspectos essenciais. Em primeiro lugar, trata-se da projecção de uma cópia restaurada em 1998 e que se diz de grande qualidade técnica; depois, o destaque vai para a banda sonora, inteiramente nova e composta expressamente para esta reconstituição; finalmente (ou acima de tudo?) está a presença da espantosa Brigitte Helm (transformada logo numa *diva* do cinema expressionista alemão, dois anos antes, em *Metropolis*, de Fritz Lang) e que aqui nos surge em todo o seu esplendor no papel da jovem esposa de um homem que se crê preterida pelo marido em detrimento da ocupação profissional deste e que atravessa uma crise de sensualidade, procurando provocá-lo. A não perder. (Arte, Quinta-feira, das 22.45 às 00.25)

No GNT, continua «Manhattan Connection»

Como excelente exemplo de um agradável *bate-papo* no qual se abordam, com a irreverência tão própria dos nossos irmãos brasileiros, os assuntos mais palpitantes da realidade internacional e, sobretudo, dos EUA, o programa *Manhattan Connection* continua a ser um momento de escolha obrigatória para quem se interesse por estas temáticas. Animado por um conjunto de jornalistas e



Caio Blinder, Nelson Motta e Lucas Mendes

escritores brasileiros, o programa vai para o ar às segundas-feiras, pelas 22.30. (GNT, segundas-feiras, das 22.30 às 23.30)



Graeme, Bill e Tim vestidos de... escuteiros!

Comédia de bom tom britânico

À falta do desenvolvimento da produção de programas cómicos portugueses que não privilegiem o riso pateta em detrimento do humor inteligente, a criação, pela RTP 2 (embora a uma hora excessivamente tardia) de um espaço semanal intitulado «Britcom» e dedicado à comédia televisiva inglesa, terá já habituado o espectador português à tão especial forma de humor dos britânicos. Nesse sentido, desde já se aconselha (apenas aos amadores do género, claro!) uma série humorística de culto, protagonizada por um trio tresloucado, ressaltadas as devidas proporções muito na linha de um *Charlot* ou de um *Buster Keaton*, e que dá pelo nome de «The Goodies». É na BBC Prime, todas as sextas-feiras, pelas 23 horas. (BBC Prime, sextas-feiras, das 23.00 às 00.30)

PRIME

Pelas ruas da amargura...

Desde já aviso todos os leitores pertencentes a um eventual clube de fãs do «Portugalmente» - e, se este ainda não existe, é urgente criá-lo, tanto mais que já se diz ir desaparecer em breve este inteligente espaço de intervenção audiovisual com a entrada em acção de uma nova grelha! - que o título que encabeça esta crónica em nada se refere a quaisquer critérios de avaliação da qualidade da série propriamente dita. Pelo contrário, ele foi-me sugerido por uma ocorrência reportada num dos mais recentes (e irresistíveis) programas transmitidos esta semana, naquela que foi uma interessante sequência de temas que procurei acompanhar com maior atenção e mais regularidade do que me é habitual.

E o termo «reportar» também não deverá ter conotações pejorativas, já que consistiu em uma verdadeira reportagem o programa realizado pela dinâmica equipa de

«Portugalmente» a propósito de um leilão de curiosidades, recordações, pertences e outros objectos ligados ao ditador António de Oliveira Salazar. Uma reportagem que, sem qualquer texto de comentário (!), teve o condão de valer por si própria, ou seja, por aquilo que deixou ver e ouvir, sem praticamente sujeitar a qualquer montagem os sons ou os planos contínuos de cada uma das câmaras envolvidas naquilo que foi, ao mesmo tempo, um verdadeiro espectáculo tragicómico.

Então não querem lá ver que «o casaco de cerimónia e as calças de fantasia» que S. Exa usava vestiu para receber os dignitários do corpo diplomático não conseguiram ultrapassar nem mesmo os

desgastante actividade profissional através de um par de quase-imperceptíveis tiradas filmadas em dois prolongadíssimos planos-sequência-em-jeito-de-capicua, com a câmara à mão (*steadycam*?) - o primeiro desde a entrada no edifício da Portela até à sala de embarque para uma *tournee*, o segundo em sentido inverso e guarda-roupa completamente diferente, após uma outra digressão - é um achado de se lhe tirar o chapéu!

Da mesma forma me pareceu extremamente interessante a forma como foi abordada num dos últimos programas a problemática recente, mediaticamente trazida a primeiro plano, do polémico projecto já apelidado de «Manhattan em Cacilhas» - isto a propósito da reconversão da zona ribeirinha de Almada, numa intervenção prevista para as futuramente desactivadas instalações da Lisnave.

Também sem a necessidade de utilização de quaisquer comentá-

rios - antes optando por uma espécie de montagem paralela abordando os problemas essenciais que se colocam àquela zona a partir dos depoimentos de elementos interessados na questão, filmados em ambas as margens do Tejo e como que convergindo para o (chamemos-lhe assim) «local do crime» -, foi-se tornando claro o que estava em jogo: independentemente da bondade das intenções meramente artísticas do gabinete de arquitectos envolvido, colocavam-se de um lado os interesses dos promotores financeiros do projecto na defesa arrogante de uma afirmada perspectiva «de futuro» que se destinava a ultrapassar os anseios de um «parque etnográfico onde os res-

TVISTO

■ Francisco Costa



João Abel Manta

15 mil escudos para os quais o leiloeiro havia baixado a licitação inicial de 20 mil! E que dizer da poltrona que Salazar usava na sua residência oficial de S. Bento, um pouco danificada no seu braço direito porque o sujeito (na pitoresca e pormenorizada descrição do leiloeiro) tinha por hábito tamborilar nervosamente os dedos da mão direita quando alguma coisa lhe corria mal ou recebia notícias desagradáveis? Não é que a dita não foi capaz de ultrapassar os 130 contos? É por isso que «pelas ruas da amargura» é o mínimo que poderá dizer-se acerca de como vão estes leilões fracassados...

Outro programa bem interessante - e de temática completamente diferente - foi aquele dedicado a Mísia, essa voz (e essa presença) que veio transformar por completo, sem qualquer beliscadela em termos de respeito pelo essencial da tradição, a forma de viver e encarar o fado. E eis como, aqui, alguns problemas de forma e conteúdo que pessoalmente eu já tivera a oportunidade de assinalar em relação a outros episódios menos conseguidos de «Portugalmente» me parecem ter sido resolvidos de forma bem mais desenvolta e imaginativa.

Na realidade, para além dos excertos musicais muito bem filmados, atribuir em discurso directo o essencial da informação acerca da personalidade da artista, das suas ideias ou das incidências de uma

quícios de uma sociedade de proletários industriais (estaria em desaparecimento) (como acontece «em todo o Mundo!»); do outro lado, a firmeza da denúncia de um projecto alegadamente «destinado a promover lucros enormes, feito à revelia de uma Lei da República, destinado a resolver problemas de um grupo financeiro» e (perceber-se-ia nas entrelinhas) sem audição prévia da Câmara de Almada - isto para citar duas das opiniões contrárias ouvidas no programa.

A única reticência que se me afigura oportuno adiantar quanto a este programa radica numa falha de concepção eminentemente prática, mas para mim essencial, que em geral me parece ainda manter-se, quase como «um estilo», em «Portugalmente». A saber: o reservar por sistema, para uma lista final (e não sobrepondo-os sobre a imagem, à medida que vão surgindo) os nomes dos intervenientes. Para além de alguns mais atentos, quem é que conhece Manuel Graça Dias, Luís Noronha, Óscar de Mascarenhas, etc.? Por outro lado, não será verdade que o espectador interessado gostaria de ser logo informado com a «fotografia» respectiva (e não apenas no fim) sobre quem seriam aqueles senhores, uns menos respeitáveis que outros, que se permitiam dizer coisas que, às vezes, assumiam o peso e o tamanho das enormidades!?

Esclarecimentos

Queixa-se muita gente - e esse lamento vem mais à tona precisamente em tempo de campanha eleitoral - de que se encontra mal informada, de um modo geral, quanto ao que está realmente em jogo cada vez que se vota, quanto ao que realmente se prepara pelos «políticos» em termos de política, seja ela local, nacional ou de implicações internacionais. É certo que este tempo eleitoral é o tempo em que as promessas chovem, em que são desbloqueados alguns meios, em que se procedem a inaugurações convenientemente atrasadas para serem içadas a primeiro plano e deixarem ao eleitor um sabor a reбуçado que lave o amargor do resto das horas passadas em lutas ou em esperas. O tempo eleitoral, porém, raramente contribui decisivamente para esclarecer melhor e serve mais para avivar vontades e clubismos. Quem, como a CDU, se lança não só nas refregas, explicando a diferença da sua postura, mas também no esclarecimento do que está realmente em questão, tem a tarefa dificultada pela persistente ignorância dos eleitores acerca dos problemas sobre os quais os «políticos» intervêm.

Não há caso que melhor ilustre esta situação como é este, das eleições para o Parlamento Europeu. Desde as questões sobre a organização dos poderes no seio da União Europeia e das competências e composição dos seus órgãos - entre os quais avulta o PE que vai ser eleito simultaneamente em todos os países da União - até aos problemas que a própria UE levanta, cria e resolve aos países que nela participam e aos eleitores a quem diz respeito a política escolhida, um enorme acervo de realidades permanece envolto num escuro mistério, no interior do qual se supõe que, tal como alquimistas, os «políticos» manipulam fórmulas e esquisitas poções.

Não arredando de nós próprios a quota que nos cabe de responsabilidade nas faltas de um esclarecimento contínuo e aprofundado, temos a consciência de haver, ao longo dos tempos, procurado contribuir para uma informação verdadeira sobre o que se pode esperar desta União Europeia dominada pelos monopólios, sobre a Europa social, de paz e cooperação que pretendemos construir e sobre os momentos mais importantes da política europeia, nomeadamente no que a Portugal e aos interesses dos trabalhadores e dos portugueses em geral diz respeito.

Trata-se de uma verdadeira luta, esta do esclarecimento. Uma luta, porém, desigual. Como outros povos europeus, os portugueses vivem no interior de um sistema cercado por meios de comunicação na maioria afectos ao poder do capital ou de um Estado ao seu serviço. E se, em tempo de campanha, estes meios denunciavam muitas vezes a falta de esclarecimento de que sofrem os eleitores, raramente contribuem para que esse esclarecimento se verifique. Por outro lado, a informação e a verdade não faz parte das preocupações dos «políticos» da direita que se vem sucedendo no poder, trocando os partidos de lugar e mantendo no essencial a mesma linha de rumo favorece-

dora do capital, desprezando os principais criadores da riqueza.

Encarando a sociedade como um vasto mercado em que tudo se compra e sobretudo em que tudo se pode vender, os «políticos» da direita sobem à tribuna, em tempo de eleições, como quem leva a saldo o seu produto. E é mais fácil encontrar respeito pela deontologia entre os publicitários e os comerciantes do que entre os actores principais dos partidos com que nos confrontamos. Se já vai longe o tempo em que, para a maioria das gentes, a palavra impressa era palavra certa e a imagem transmitida era visão da realidade, o descrédito da generalidade da «política» e dos meios de comunicação não deixa de ter consequências bem nefastas, nomeadamente arredando o cidadão da participação activa no que lhe diz directamente respeito e do exercício esclarecido dos seus direitos.

Com efeito, obrigar o eleitor a comprar um propósito e torná-lo seu é o objectivo essencial de tais «políticos». Seja lá como for, nem que a técnica escolhida seja a da banha-da-cobra, arrebanhando gente ávida de encontrar o unguento que cure todos os males. A questão da verdade ou sequer da coerência fica definitivamente afastada deste modo de comunicar com o eleitor.

Olhando os principais candidatos dos outros três partidos com representação parla-

mentar concorrentes a estas eleições, não nos surpreendemos por ver dois deles, por exemplo, a criticar a intervenção da NATO na Sérvia, enquanto as formações cujas listas encabeçam defendem encarnadamente

a agressão; nem um terceiro aparecer a defender os interesses dos agricultores quando o seu partido tem votado medidas contra esses mesmos interesses.

Paradigmático, Mário Soares, disse há anos que só os burros não mudavam de opinião. É esse o mais firme «princípio» que se lhe conhece. Ao longo dos tempos, a vetusta figura que o PS foi buscar à arca das velharias para «credibilizar» a sua lista considerava em Outubro de 1995 que «uma das piores coisas é não saber retirar-se a tempo da política». E sublinhava um mês depois: «Não quero ter mais vida política, partidária ou não partidária.» No ano seguinte ainda não tinha mudado de opinião: «Não tenciono mais lutar por lugares políticos», asseverava. E, em Fevereiro de 1997, insistia: «O que prometi aos portugueses foi que de política partidária tinha o que bastava.» Agarrando-se a uma inusitada «coerência», aceitava uma candidatura «suprapartidária» ao Parlamento Europeu, nas listas de um... partido. Nem foi ao congresso do PS para «salvaguardar» o seu «suprapartidarismo».

Soares devia estar a sentir-se mal com tanta coerência. Devia temer que alguém um dia lhe chamasse burro. Foi certamente por isso que há dias veio jurar que «nunca disse» que a sua candidatura fosse «suprapartidária»...

Ao mesmo tempo chegava a casa de muitos portugueses uma carta dele, a pedir votos. «Todos me conhecem», escreveu. «Sabem, por experiência, que nunca vos menti.»

Assim, tudo fica esclarecido.

CRÓNICA

■ Leandro Martins



ESCAPARATE

FESTAS



MARCHAS POPULARES

Arrancam as Festas de Lisboa

É já no próximo sábado, que começa a edição deste ano das Festas de Lisboa, coincidindo precisamente com o tradicional Desfile das Marchas Populares. Depois, o próximo grande espectáculo será o concerto do grupo francês Malabar na Praça do Comércio, na Terça-feira 15, às 22 horas. Segundo o programa de apresentação, trata-se de «um espectáculo dimensionado para grandes espaços. (...) A história gira em torno de um barco lunar que vagueia pelas artérias da cidade (...) uma espécie de nave que transporta sonhos aquáticos e celebrações fantásticas». No próximo número do «Avante!», procuraremos dar aos leitores uma ideia mais aproximada da maior concentração de eventos que se realizarão na próxima semana e até ao fim do mês, mas desde já poderemos adiantar que, de acordo com o que está anunciado, «as Festas de Lisboa de 1999 decorrerão dentro dos limites de um território claramente demarcado, no espaço da cidade velha. Tendo como extremo oriental a Praça do Comércio, o percurso desenvolve-se na direcção de Poente, cruzando a Praça do Município, ruas do Arsenal, Bernardino Costa e Remolares, flectindo depois pela Travessa da Ribeira Nova para a Praça de S. Paulo e desta para a de D. Luiz, onde o território das Festas encontra o seu termo ocidental».

TEATRO-CANÇÕES

Teatro para Crianças e Suzanne Vega no CCB

A partir de Sábado e até 18 deste mês, o **Dynamo Théâtre** de Montréal (Quebec, Canadá) apresenta **Teatro de Movimento Acrobático**, num espectáculo intitulado «Mur Mur» que decorrerá na **Praça do Museu do CCB**. Segundo o programa nos adianta, trata-se de «uma proposta de espectáculo de movimento acrobático bastante particular; numa relação directa com a cenografia, **Mur Mur** conta-nos uma história a partir da energia acrobática. As emoções, os personagens e os gestos desta história alegre e bem construída, saltam do universo

da acrobacia para nos oferecer uma experiência teatral e coreográfica que encanta e surpreende pequenos e grandes». Dias 12 e 13, às 17.30; 14, 15, 16, 17 e 18, às 11 horas; 19 e 20, às 17.30.

Um outro acontecimento a não perder é, naturalmente, o concerto a realizar também no **Centro Cultural de Belém**, mas agora no **Grande Auditório**, por **Suzanne Vega**, uma das mais importantes vozes e compositoras da



música popular dos nossos dias, autora de temas tão famosos como «Luka», «Tom's Dinner», «Left of the Center» ou «Marlene on the Wall». É na Terça-feira 15, pelas 21.30, num espectáculo previsto para durar uma hora, sem intervalo.

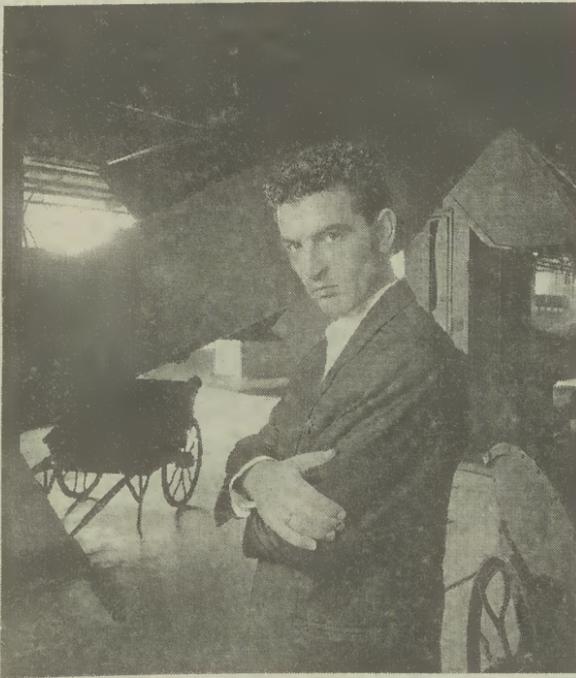
Festival de Música de Sintra

Começa no sábado o XXXIV Festival de Música de Sintra, uma das mais importantes realizações musicais no nosso país. Este ano o evento ocupará 17 concertos que se alargarão, em termos logísticos, a Cascais e ao Estoril, sendo os concertos realizados não apenas nos habituais **Palácios de Sintra** mas também no **Hotel-Palácio do Estoril** e no **Parque de Palmela** (Cascais).

O primeiro concerto, a realizar no Sábado 12 pelas 21.30 no **Palácio Nacional de Queluz** (Sala do Trono), terá a colaboração da **Orquestra Gulbenkian** sob a direcção do maestro **Muhai Tang**. No

repertório deste concerto serão interpretadas a **Sinfonia n.º 31 em Ré Maior, K. 297** («Paris»), de **Wolfgang Amadeus Mozart** e a **Sinfonia n.º 3 em Bémol Maior op. 55** («Heróica»), de **Ludwig van Beethoven**. Completarão o programa um concerto para piano e orquestra, cujo solista e peça ainda não era conhecidos á data de fecho da edição do jornal.

Dias depois, na terça-feira 15, no mesmo local, assistir-se-á a um excepcional recital por dois grandes pianistas europeus: o italiano **Aldo Ciccolini** e o português **António Rosado**. Ouvir-se-ão **Andante e Variações op. 46**, de **Robert**



António Rosado



Schumann; «En Blanc et Noir», de **Claude Debussy; Sonata de Francis Poulenc; e Sonata op. 34-Bis de Johannes Brahms**.

Em próximos números do «Avante!», daremos aqui

destaque às principais realizações musicais deste festival, ao qual se seguirão, como é também habitual todos os anos, já nos meses de Julho e Agosto, as **Noites de Bailado em Seteais**.



Claude Debussy (1862-1918)

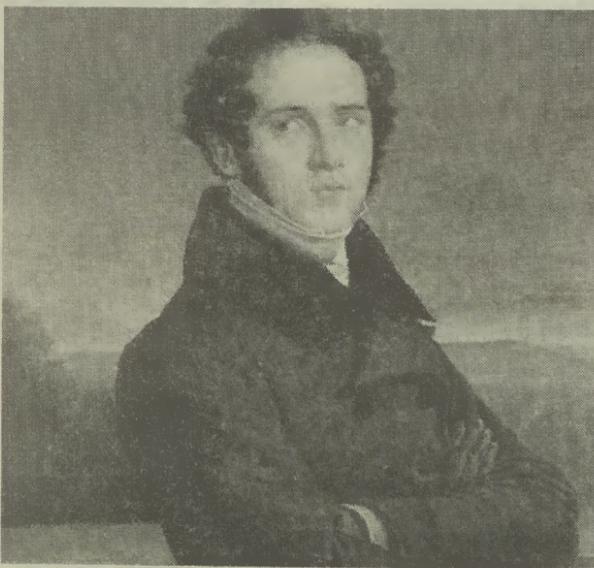
BAILADO

A Companhia Nacional de Bailado em Viseu

Na sua actividade descentralizada em relação a vários pontos do país, a **Companhia Nacional de Bailado** apresenta hoje e amanhã às 21.30 mais duas récitas do bailado «A Bela Adormecida», ontem estreado no **Pavilhão do INATEL de Viseu** e que é um dos mais destacados programas que constituem o repertório da presente temporada da

companhia. Com coreografia de **Marius Petipa**, coreografia adicional de **Ted Brandsen**, música de **Piotr Ilitch Tchaikovsky**, cenografia e figurinos de **António Lagarto** e desenho de luz de **Paulo Graça**, a companhia será acompanhada pela **Orquestra Sinfónica Portuguesa** sob a direcção do maestro **Vasco Pearce de Azevedo**.

ÓPERA



Bellini em S. Carlos

Há muito que não damos aqui boas notícias aos melómanos e amadores de ópera. Pois bem, esta semana, concretamente já amanhã à noite (pelas 20 horas) e no Domingo (pelas 16 horas), serão cantadas no **Teatro Nacional de S. Carlos** as últimas duas récitas da ópera «La Sonnambula», um melodrama em dois actos composto por **Vincenzo Bellini** sobre libreto de **Felice Romani**. Com encenação de **Waldemar Kramer**, coreografia de **Jean Moussy**, cenografia de **Ezio Frigerio**, figurinos de **Cordeia Dvorák** e desenho de luzes

de **Pascal Mérat**, os principais personagens e intérpretes da ópera serão os seguintes: **Amina, Ruth Ann Swenson; Elvino, Stanford Olsen; Conde Rudolfo, Stefano Rinaldi Miliani. Coro do Teatro Nacional de S. Carlos** (maestro titular **João Paulo Santos**) e **Orquestra Sinfónica Portuguesa** sob a direcção de **Roberto Tolomelli**. É uma produção conjunta da Ópera de Lausana, da Ópera de Bordéus e do Teatro Nacional de S. Carlos. Mas se escolher a *matinée* de Domingo, não se esqueça de ir votar antes!

REVISTA

Vértice

Está já há algum tempo em distribuição mais um número da revista **Vértice**, correspondente aos meses de **Março-Abril**. O tema **Em Questão** viria ainda mais a propósito se o tempo que nos separa das eleições - destas ou de quaisquer outras - não fosse tão curto e desse mais largueza à reflexão. **Caminhos da Esquerda** tem de facto suficiente interesse em si mesmo para que a leitura nos seja vivamente solicitada e para que, nesta revista prestigiada, algumas

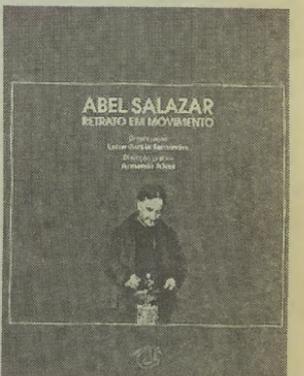


vozes da esquerda «em geral» hajam colaborado. Não se trata, evidentemente, de um «coro». A destacados nomes comunistas como **Francisco Lopes**, da Comissão Política do PCP, e **Sérgio Ribeiro**, deputado ao Parlamento Europeu e novamente candidato da CDU, juntam-se nomes de aliados, como **Blasco Hugo Fernandes**, mas também de interventores na política que, no espaço eleitoral (e não só), surgem como adversários do que os comunistas pensam ser uma política de esquerda. É no debate, porém, que se poderão encontrar os caminhos que convergem e os que, fatalmente, hão-de divergir. Neste número da **Vértice** há ainda outros motivos de interesse cultural, como um estudo sobre música e coreografia na Índia e outro sobre o conceito de reabilitação em centros históricos.

LIVROS

Abel Salazar Retrato em Movimento

Organizado por **Luísa Garcia Fernandes** e com a excelente direcção gráfica de **Armando Alves**, eis um livro sobre **Abel Salazar**, dado à estampa pela



Campo das Letras, que reúne numerosos depoimentos que a vida, o trabalho e a personalidade cívica deste artista suscitaram a destacados nomes da vida cultural e política portuguesa. Depoimentos inéditos, que são acompanhados por um inventário artístico do património da Casa-Museu Abel Salazar, por reproduções de obras suas, por uma biobibliografia e por um índice de obras sobre este intelectual, bem como de outro referindo artigos de jornais ácerca do mesmo tema.

ATAQUE DE FOICE

Mãos limpas

A falta de informação e o excesso de informação têm o mesmo efeito nefasto: a ignorância. Passou o tempo em que os detentores do poder sonjavam abertamente a informação, ciosos e receosos que tão poderosa arma caísse nas mãos das massas, tornando-as mais fortes, mais esclarecidas e logo menos manobráveis. O ónus da censura tornou-se demasiado pesado para regimes que se pretendem democráticos, formalmente que seja. E se é possível atingir os mesmos resultados com métodos mais suaves... quem veste a pele do lobo quando uma ovelha pode levar o rebanho para o matadouro?

Agora o caminho é outro. A produção de informação é tanta e tão rápida que o comum dos mortais fica de cabeça à roda, sem capacidade para a absorver e, sobretudo, para a analisar. Da escassez passou-se para a quantidade, e a abundância é tanta que pouco espaço sobeja para a qualidade. Há naturalmente informação que continua a ser cuidadosamente sonogada, mas quem vai dar por isso no manancial servido diariamente com requintes de mestre sala? No meio do ruído perde-se a noção do som, e se ou outro ouvido mais atento insiste na falta de harmonia, basta aumentar o volume. O sistema é tão eficaz que até permite, quando o não pode evitar, a divulgação do que realmente importa. Não há perigo de contágio. Cercado por todos os lados de supérfluo, o essencial mal dá nas vistas, e se por acaso vem à superfície logo a contra-informação se encarrega de o fazer submergir. Elementar.

Vem isto a propósito da campanha eleitoral que agora termina e da prestação de candidatos que gastaram saliva até ficar com a boca seca sem que tivessem dito fosse o que fosse de importante, para já não falar das mentiras descaradas que serviram com a seriedade de actores consumados. Se, como nos fazem acreditar em crianças, caísse um dente por cada uma, os protésicos não teriam mãos a medir.

Do PS ao PSD, sem esquecer o inefável CDS/PP que agora desenterrou a maioria silenciosa, ninguém poupou nas promessas de honestidade, espírito de sacrifício, defesa dos interesses nacionais, progresso e bem-estar social. Nenhum, curiosamente, encontrou uns segundos para comentar uma notícia aparecida há dias no semanário britânico «The Independent on Sunday», dando conta do sucedido com Paul van Buitenen, o funcionário que alertou para as práticas fraudulentas de alguns comissários europeus, levando em Março à demissão da totalidade dos comissários e à substituição do presidente da Comissão Europeia, Jacques Santer.

Informa o jornal que Buitenen foi transferido de serviço, a título de sanção, encontrando-se agora esse contabilista altamente qualificado e experiente a desempenhar a estimulante função de «contar lâmpadas eléctricas, comprar tinta, mandar reparar tapetes e estudar a viabilidade orçamental de pedidos de compra de «abat-jours»». Como a muito democrática Comissão Europeia não dá ponto sem nó, Van Buitenen foi ainda avisado para não quebrar o sigilo a respeito de alguns «dossiers» sensíveis a que teve acesso. Vale a pena dizer que, na sua ingenuidade e provavelmente na sua crença nos altos valores que presidem às instituições europeias, Paul van Buitenen tinha pedido para integrar o novo serviço da Comissão, de luta contra a fraude. É de crer, a persistir neste caminho, que ainda acaba a varrer os salões de Bruxelas.

A vingança é um prato que se serve frio, diz-se. Nesta Europa do capital que nos querem fazer engolir, diríamos que se serve gelada. A menos que, ignorando o ruído e dando atenção ao som coerente e com sentido, na hora de votar se faça a escolha certa. Com provas dadas e trabalho feito, a CDU tem as mãos limpas destas e doutras malvadezas. Sabe bem apertar umas mãos assim.

■ Anabela Fino

Museus, vigilantes da Natureza, pessoal não docente Administração Pública sofre descontentamento profundo

Para os próximos dias, estão marcadas greves em importantes sectores da Administração Pública, onde os trabalhadores mostram um grande descontentamento por o Governo adiar sucessivamente a concretização de compromissos e promessas.

Os trabalhadores dos museus e palácios dependentes do Ministério da Cultura - guardas de museu, técnicos de museografia, restauro e conservação -, depois de terem paralisado no feriado do Corpo de Deus, voltam a cumprir um dia de greve amanhã, Dia de Camões, de Portugal e das Comunidades Portuguesas.

A paralisação, que abrange cerca de 300 trabalhadores, tem como objectivo protestar contra o impasse em que se encontram os processos de reestruturação das carreiras de museologia, conservação e restauro e de regulamentação da duração de trabalho e organização de horários, gozo de folgas e feriados.

Ao longo de quatro anos, a actuação do Ministério da Cultura tem-se caracterizado pela alternância entre «ausência de diálogo» e «arremedos de negociação», diz a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, denunciando o facto de, «em vésperas de eleições», o Governo vir «facultar» um anteprojecto de diploma de carreiras «que pretende seja final e sem discussão». Com esta atitude, o ministro da Cultura revela um «défice de cultura democrática», afirma a FNSFP, exigindo a concretização imediata de uma reunião para acordar o processo de negociações.

Para dia 17, a federação convocou uma greve nacional dos trabalhadores não docentes das escolas públicas, caso até lá não sejam concluídas, de modo favorável, as negociações sobre

o novo regime jurídico daqueles funcionários. A decisão foi tomada num plenário de dirigentes e delegados sindicais, realizado dia 2 à porta do Ministério da Educação, onde decorreu uma reunião negociada que abordou, sobretudo, matérias das tabelas indicárias. A realização da reunião chegou a ser posta em causa pelos responsáveis do ME, incomodados pela presença, na rua, dos sindicalistas que acompanhavam os representantes dos trabalhadores.

A federação entende que as propostas do Governo mantêm situações de estagnação profissional e não representam uma clara revalorização das carreiras profissionais.

As comemorações oficiais do Dia do Ambiente, a 5 de Junho, foram perturbadas pela greve dos guardas e vigilantes da Natureza, dependentes do Instituto de Conservação da Natureza, em luta por um novo regime laboral. No sábado, paralisaram os guardas e vigilantes do Parque Natural da Serra de S. Mamede, onde decorreram as cerimónias, com a presença da ministra Elisa Ferreira. No dia 3, a greve atingiu o Parque Natural de Sintra-Cascais. As paralisações, iniciadas dia 15 de Maio, podem estender-se até Outubro.

Enfermeiros

Para as próximas segunda e terça-feira está convocada uma

greve dos enfermeiros que exercem funções na indústria seguradora e que já haviam paralisado dois dias, em Março, contra a posição intransigente da Associação Portuguesa de Seguros na revisão do contrato colectivo. A proposta sindical, refere o SEP, foi entregue em Dezembro de 1997. O sindicato, tentando chegar a um entendimento com a APS de modo a evitar os prejuízos da greve para os utentes, pediu anteriormente que fosse marcada até hoje uma reunião com a associação patronal.

Aposentados

Ontem à tarde, a comissão de aposentados da Administração Pública foi ontem à tarde entregar ao primeiro-ministro cerca de 600 postais, subscritos por trabalhadores reformados que estão descontentes por o Governo não cumprir as promessas de recuperar as pensões degradadas e se sentem marginalizados face a outros funcionários do Estado. Protestam também contra a aplicação de um aumento percentual uniforme, que não atende aos valores diferenciados das revalorizações nas categorias de origem, e contra a exigência de uma dedução para a CGA, como condição para o aumento das pensões.

«Stop» no dia 22 de Junho

Na próxima terça-feira, a União dos Sindicatos de Santa-

rém dá início a uma série de contactos com a população e trabalhadores do distrito, que culminam com um encontro distrital, a 22 de Junho, no Jardim da República. Para esta data, a CGTP marcou uma acção nacional de luta contra a destruição da Segurança Social e contra o pacote laboral, que está a ser preparada pelas estruturas distritais e sectoriais da central.

CTT de Lisboa

Em greve na sexta-feira vão estar também os trabalhadores da Central de Correio de Lisboa, anunciou o Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações, que espera há dois anos que a administração dos CTT resolva uma série de problemas.

Prepotência das chefias e más relações de trabalho, horários, escalas de serviço e de férias, deslocações de trabalhadores sem qualquer critério, violações do Acordo de Empresa, discriminações entre os trabalhadores mais antigos e os novos, subsídios de turno, são alguns dos problemas que os trabalhadores querem ver resolvidos e que a empresa continua a «empatar».

Assim, «fartos» da situação, os trabalhadores decidiram, em plenário realizado na semana passada, efectuar uma greve geral, na sexta-feira, e greve ao trabalho extraordinário, amanhã e sábado.

Pão de Açúcar incentiva abstenção

O Grupo CPH/Auchan não encontrou melhor dia para proceder ao inventário, nos super e hipermercados Pão de Açúcar e Jumbo, do que domingo, 13 de Junho, dia das eleições para o Parlamento Europeu!

Antes de tomar conhecimento desta decisão, já os sindicatos dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal e do Norte se tinham dirigido à Comissão Nacional de Eleições, solicitando a sua intervenção junto das associações patronais e das empresas que abrem todos os dias, incluindo domingos e feriados, no sentido de estas facilitarem a participação dos trabalhadores no acto eleitoral.

Entretanto, face à marcação pelo Grupo Auchan, para o dia 13 de Junho, de um inventário que envolve todos os trabalhadores durante horas e horas consecutivas, o CESP e o CESNorte dirigiram uma carta à administração onde, depois de considerarem que tal medida «obviamente visa dificultar e desincentivar» o exercício do voto, exigem que este grupo mundial, sediado em França, «respeite as leis, normas e tradições de Portugal».

